

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

HILBERT REIS SILVA

**PONTE JORNALISMO E AS REPRESENTAÇÕES DAS VIOLÊNCIAS:
Práticas discursivas e contra-hegemonia**

**FRANCA
2018**

HILBERT REIS SILVA

PONTE JORNALISMO E AS REPRESENTAÇÕES DAS VIOLÊNCIAS:

Práticas discursivas e contra-hegemonia

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em Direito. Área de concentração: Sistemas normativos e fundamentos da cidadania.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Gabriela Mendes Braga

FRANCA

2018

Silva, Hilbert Reis.

Ponte Jornalismo e as representações das violências : práticas discursivas e contra-hegemonia / Hilbert Reis Silva. – Franca : [s.n.], 2018.

136 f.

Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Ana Gabriela Mendes Braga.

1. Criminologia. 2. Violencia (Direito). 3. Análise crítica do discurso. I. Título.

CDD – 341.59

HILBERT REIS SILVA

**PONTE JORNALISMO E AS REPRESENTAÇÕES DAS VIOLÊNCIAS:
Práticas discursivas e contra-hegemonia**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em Direito. Área de concentração: Sistemas Normativos e Fundamentos da Cidadania.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof.^a Dr.^a Ana Gabriela Mendes Braga

1º Examinador: _____
Prof.^a Dr.^a Maíra Rocha Machado – FGV/SP

2º Examinador: _____
Prof. Dr. Paulo César Corrêa Borges – FCHS/UNESP

Franca, 24 de abril de 2018.

AGRADECIMENTOS

A vida não existe fora das relações que estabelecemos, que construímos historicamente. Por isso, agradeço em primeiro lugar àquela pessoa com a qual mantive e mantenho a relação mais terna e duradora: Minha mãe, Francisca. Mulher guerreira e sensata por qual nutro um amor incondicional.

Agradeço ao meu pai, Gilberto, homem de fala tranquila e olhar manso, que me ensina no dia-a-dia a ser resistente às dificuldades, mantendo o coração sereno e a mente tranquila.

À Ana Gabriela Braga, minha querida orientadora, que me deu liberdade para pensar e desenvolver essa pesquisa. Agradeço pelo apoio, pelas importantes trocas vivenciadas, pela sabedoria compartilhada. Obrigado especialmente pela atenção, pelas leituras e observações cuidadosas, pela confiança e compreensão. Nesta vida de tantos caminhos possíveis, me alegra, aqui, tê-la encontrado.

Ao Prof. Paulo Borges, por sempre ser um incentivador à pesquisa e ao aprofundamento do conhecimento. Seus ensinamentos, em sala de aula e na banca de qualificação, foram fundamentais a esse trabalho. Agradeço o seu enorme encorajamento e estímulo dado durante em toda essa jornada.

À Prof. Maíra Rocha Machado a qual sou grato pela abertura de horizontes e pelos saberes críticos compartilhados, especialmente através de seus escritos e deu suas valiosas participações na banca de Defesa e Qualificação.

A todas professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNESP, bem como a todas e todos funcionários e colegas, pelos ensinamentos e auxílios durante todo esse período.

Ao Prof. José Benedito Donadon-Leal e ao Prof. Edvaldo Costa Pereira Júnior, meus ex-professores da UFOP, por terem sido as primeiras pessoas a me incentivarem no universo da pesquisa.

Ao Irving, Ana Francine e Jô por serem pessoas queridas e especiais em minha vida.

Ao Nepal (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprisionamentos e Liberdades) e à REJ (Revista de Estudos Jurídicos da UNESP), representados por todos amigos e colegas pelo qual pude trocar vivências e conhecimentos enriquecedores.

À Ponte Jornalismo, e todas suas colaboradoras e colaboradores, cujas narrativas, discursos e força me despertaram a curiosidade e o incentivo de pesquisar esse movimento.

Aos amigos e colegas que pude conhecer em Franca.

À Capes, pela concessão da bolsa, me permitindo mergulhar na pesquisa e nos estudos aplicados neste trabalho.

A todas e todos que participaram direta ou indiretamente deste trabalho. Em um misto de felicidade e emoção, meu muito obrigado.

O conhecimento é simplesmente o resultado do jogo, do afrontamento, da junção da luta e do compromisso entre os instintos. É porque os instintos se encontram, se batem e chegam, finalmente, ao término de suas batalhas, a um compromisso, que algo se produz. Este é o conhecimento. (Foucault, 1996b, p. 16).

SILVA, Hilbert Reis. **Ponte Jornalismo e as representações das violências: práticas discursivas e contra-hegemonia**. 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMO

O presente estudo busca analisar as representações das violências de alguns vídeos do canal no *YouTube* da Ponte Jornalismo. Pretende-se mapeá-los de maneira a traçar as principais características relacionadas aos modos de produção e às práticas discursivas. De início, percorre-se um caminho teórico voltado a pavimentar o estudo do campo, no sentido de apresentar e justificar certas escolhas e definições, como a de considerar a Ponte Jornalismo uma força contra-hegemônica no universo das representações. A hipótese formulada é a de que é possível a constituição de práticas discursivas calcadas em perspectivas contra-hegemônicas, enrobustecendo outros paradigmas no que se refere às representações das violências. O objetivo principal desta dissertação é o de analisar as representações das violências na Ponte Jornalismo, de forma a compreender as estratégias e as práticas discursivas deste canal. Tendo como *corpus* empírico alguns vídeos, buscou-se sistematizar a abordagem do objetivo, desfragmentando-o em um foco primário (representações) e secundário (práticas discursivas e contra-hegemonia) com abordagem qualitativa num esforço de investigação e produção empírica dedutiva-indutiva. Trata-se neste trabalho, enfim, da análise de outras formas de representação das violências na mídia, onde as pessoas invisibilizadas e as violências do Estado são colocadas nos holofotes e no protagonismo das cenas.

Palavras-chave: mídia. representações. contra-hegemonia. violências. estado.

SILVA, Hilbert Reis. **Ponte Jornalismo and the representations of violence: discursive practices and counter-hegemony**. 2018. 136 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

ABSTRACT

The present study seeks to analyze the representations of the violence of some of the videos on the YouTube channel of Ponte Jornalismo. It is intended to map them in order to trace the main characteristics related to modes of production and discursive practices. Initially, was developed a theoretical basis for studying the field, with the purpose of presenting and justifying choices and definitions, such as considering the Journalism Bridge a counter-hegemonic force in the universe of representations. The hypothesis formulated is that it is possible to constitute discursive practices based on counter-hegemonic perspectives, strengthening other paradigms on the representations of violence. The main objective of this dissertation is to analyze the representations of violence in the Journalism Bridge and to understand the strategies and discursive practices of this channel. The empirical corpus of this research are some videos of the Journalism Bridge. Was systematized how would approach the objective, defragmenting it in a primary focus (representations) and secondary (discursive practices and counter-hegemony). This work uses qualitative approach and the case study strategy in an empirical deductive-inductive research and production effort. Finally, it is the analysis of other forms of violence representation in the media, where the invisible people and state violence are placed in the spotlight and in the protagonism of the scenes.

Keywords: media. representations. counter-hegemony. violence. state.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 – EMICIDA.....	75
ILUSTRAÇÃO 2 – CRIOLO E O SEU PAI.....	83
ILUSTRAÇÃO 3 – DANIELA ANDRADE.....	89
ILUSTRAÇÃO 4 – HEMATOMA EM LUANA BARBOSA.....	94
ILUSTRAÇÃO 5 – EMICIDA [2].....	96
ILUSTRAÇÃO 6 – PESSOAS SUBINDO ESCADAS PARA FUGIR DE AÇÃO REPRESSIVA POR PARTE DA PM.....	99
ILUSTRAÇÃO 7 – ALEX SILVEIRA, FOTÓGRAFO.....	102
ILUSTRAÇÃO 8 – ZILDA PAIVA, AO CENTRO.....	107
ILUSTRAÇÃO 9 – JANETH, À DIREITA; RUTH, À ESQUERDA.....	110
ILUSTRAÇÃO 10 – MURILO MAGALHÃES.....	113

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – AS ESFERAS DE PERTENCIMENTO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (ADAPTADO).....	37
QUADRO 2 – CATEGORIAS.....	54
QUADRO 3 – PLANO DE ANÁLISE.....	60
QUADRO 4 – QUADRO-RESUMO.....	66

LISTA DE SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso.
DSM	<i>Diagnostic and Statistical Manual.</i>
GID	<i>Gender Identity Disorder.</i>
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.
MST	Movimento dos Sem-Terra.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
PARTE 1 REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA.....	17
1.1 Práticas discursivas e representações.....	18
1.1.1 Práticas discursivas.....	18
1.1.1.1 <i>Das práticas discursivas em relação à violência na mídia.....</i>	<i>23</i>
1.1.2 Contribuições de Antonio Gramsci.....	28
1.1.2.1 <i>Breves considerações acerca dos discursos hegemônicos e contra-hegemônicos.....</i>	<i>29</i>
1.1.3 Alguns apontamentos acerca das representações sociais.....	34
1.1.3.1 <i>Representações da(s) violência(s) na mídia.....</i>	<i>38</i>
1.1.4 Algumas considerações sobre o YouTube e a cultura participativa.....	43
PARTE 2 CAMINHO METODOLÓGICO	48
2.1 Metodologia de pesquisa.....	48
2.1.1 Recorte do campo: Ponte Jornalismo.....	49
2.1.2 Estratégias de análise e categorias.....	51
2.1.3 Etapas e linhas de análise.....	57
2.1.4 Referenciais teóricos.....	61
PARTE 3 A PONTE.....	63
3.1 Quadro-resumo da Ponte Jornalismo.....	65
3.1.1 Da necessidade do roteiro de apresentação.....	67
3.1.2 Roteiro de apresentação e breves reflexões.....	67
3.1.3 A Ponte Jornalismo.....	67
PARTE 4 CENAS MIDIÁTICAS: UMA PONTE À OUTRAS REPRESENTAÇÕES....	72
4.1 Invisibilidades: Ponte Jornalismo e outras narrativas.....	72
4.1.1 Raça.....	73
4.1.2 Pessoas trans e travestis.....	85
4.1.3 Denúncias da violência estatal.....	91

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS.....	121
APÊNDICE	
APÊNDICE A - PONTE JORNALISMO.....	133

INTRODUÇÃO

Uma investigação geralmente precede de uma ou muitas inquietações. No caso específico deste estudo, cujo objetivo é analisar as representações das violências de alguns vídeos do canal Ponte Jornalismo, minha inquietação inaugural veio em razão da ausência de uma produção criminológica brasileira que direcionasse olhares ao movimento contemporâneo e cada dia mais potente das mídias “ciberativistas” e “ciberlivristas” (BENTES, 2015).

Feita uma pesquisa bibliográfica sobre a realidade do tema pude constatar que existe uma relevante produção voltada ao estudo das influências de conteúdos violentos na mídia¹, sobretudo no que se refere a programas policiais e a jornais sensacionalistas. Apesar de ter me deparado com essas pesquisas e de ter a oportunidade de aprofundar nessas análises, preferi assumir os riscos de seguir outro caminho, entrecruzando saberes criminológicos com outras áreas do conhecimento, na busca de compreender um “outro lado”² das representações das violências, não propriamente voltado às influências de conteúdos violentos, mas à maneira como se representa a violência.

Inicialmente um pouco desorientado diante das inúmeras possibilidades de tratar o tema, somente com apoio fundamental de minha orientadora é que pude transformar minha inquietação em uma pesquisa estruturada com a definição da metodologia de pesquisa. Neste caminho, cheguei a pensar em trabalhar com mais de um objeto e vários objetivos, tendo, ao final de um percurso de idas e vindas, decidido concentrar meus esforços na análise das representações das violências (objetivo) de alguns vídeos da Ponte Jornalismo na plataforma do *YouTube* (objeto). Para tanto, busquei sistematizar a maneira como abordaria o objetivo, desfragmentando-o em um foco primário (representações) e secundário (práticas discursivas e contra-hegemonia), tendo como *corpus* empírico os vídeos da Ponte Jornalismo.

1 Apesar de em outros trabalhos ter preferido usar a expressão em latim *media* (em itálico) ao invés da versão abreviada mídia por aderir a ideia de que no Brasil a tradução para “mídia” foi feita a partir da importação da forma estadunidense de pronunciar a palavra *media* (pronuncia semelhante a forma que escrevemos mídia); deixo de usá-la, em razão de sugestões em minha banca de qualificação, para me adequar a bibliográfica brasileira sobre o tema que, quase majoritariamente, usa a expressão mídia.

2 Entende-se como um “outro lado”, representações das violências dissociadas das representações da mídia tradicional e hegemônica.

A escolha destes focos atendeu minha disposição inicial de analisar um “outro lado”, para tanto recorri especialmente ao universo das práticas discursivas (FOUCAULT, 1996a, 1996b, 2002, 2008; FAIRCLOUGH, 1989, 2001; VAN DIJK, 1994, 1995a, 1995b, 1996, 1999) e da (contra-)hegemonia (GRAMSCI, 1999; 2000; 2001) como maneira de justificar o que entendo como sendo o “outro lado” no universo das representações das violências. Assim, dada a dimensão particular e pessoal dessas escolhas, prefiro não forjar a ilusão de pressupostos de neutralidade e imparcialidade, uma vez que o processo de elaboração desta dissertação reflete minha trajetória e escolhas.

A escolha de alguns vídeos da Ponte Jornalismo se deu baseada no entendimento que esse canal pode representar um movimento de resistência na disputa de narrativas em relação aos discursos de violência, proporcionando visibilidade pública a novos repertórios. Em resumo, a Ponte Jornalismo me pareceu ser esse “outro lado” no universo das representações por ser uma rede de produção e compartilhamento de conteúdo midiático fundado e idealizado por um grupo de profissionais que parecem atuar de modo contra-hegemônico em relação ao poder, através de produções coletivas, deslocadas e laterais.

Assim, o **objetivo geral** desta dissertação é o de analisar as representações das violências de alguns vídeos da Ponte Jornalismo, de forma a compreender as estratégias e práticas discursivas empregadas. Para tanto, busquei observar os vídeos com o esforço de investigação e produção empírica dedutiva-indutiva. Realizei a seleção de alguns vídeos da Ponte, transcrevi e analisei-os à luz especialmente da criminologia crítica, na tentativa de juntar campo com análises teóricas, com o intuito de construir elos de **diálogos** onde a **teoria** seja instrumento às minhas limitações em interpretar o **campo**, e onde o campo seja o lugar onde possa encontrar respostas aos meus objetivos.

Diante disso, minha **hipótese** é a de que é possível a constituição de práticas discursivas calcadas em perspectivas contra-hegemônicas capazes de enrobustecer outros paradigmas no que se refere às representações das violências.

Ao propor a análise das representações das violências na Ponte Jornalismo a partir da relação entre teoria e campo, esta pesquisa pode vir a trazer alguma contribuição ao debate acadêmico, sobretudo ao propor abordagens diferentes em comparação com outras investigações sobre mídia(s) e violência(s). Em decorrência da velocidade das mudanças em nosso tempo e da importância cada vez maior da

internet e de ferramentas como o *YouTube* na construção social da realidade, mostra-se urgente tentativas de compreensão de movimentos midiáticos como a Ponte que, em razão de sua subjetividade e parcialidade, “[...] carregam mundos possíveis dentro de cada enunciado” (BENTES, 2015, p. 16), opondo-se à falsa objetividade e imparcialidade da mídia tradicional e hegemônica.

Assim, feitas essas considerações, apresento, agora, sucintamente, o que a pessoa leitora encontrará nas próximas quatro partes dessa dissertação.

A Parte 1, “Representações das violências”, é formada pelo *corpus* teórico desta investigação. Nesta etapa discuto as práticas discursivas, a questão da (contra-)hegemonia, das representações da(s) violências, além de trazer algumas considerações sobre o *YouTube* e a cultura participativa. De início, analiso às práticas discursivas com especial recorte à violência na mídia. Em seguida, aprofundo os estudos em relação às contribuições de Antonio Gramsci, destacando o seu conceito de hegemonia. Trago breves considerações acerca dos discursos hegemônicos e contra-hegemônicos, especialmente como forma de justificar a percepção demonstrada em toda a dissertação de que as práticas da Ponte Jornalismo parecem contra-hegemônicas. Nesta fase eminentemente teórica, abordo acerca das representações sociais com recorte nas representações da(s) violência(s) na mídia. Por derradeiro, como forma de pavimentar caminhos para a compreensão do lugar em que se dá a investigação, trago algumas considerações sobre o *YouTube* e a cultura participativa.

A Parte 2, “Caminho metodológico”, é constituída pela explicação da metodologia de pesquisa. De início, demarco o recorte do campo, e trago a cena os caminhos para a escolha da Ponte Jornalismo. Na sequência, apresento as estratégias de análises e as categorias. Ademais, explícito as etapas e linhas de análises. Aqui, busco traçar um passo a passo detalhando as operações metodológicas realizadas. Ao final, como elemento essencial do desenvolvimento desta dissertação, apresento os referenciais teóricos que contribuíram para a compreensão da realidade estudada.

A Parte 3, “A Ponte” trata-se literalmente de uma ponte ligando a parte mais teórica do trabalho com a parte mais empírica. Nesta fase, apresento sucintamente os principais aspectos relacionados aos vídeos da Ponte Jornalismo. Desenvolvo um quadro-resumo e um roteiro de apresentações e breves reflexões. A partir da

sistematização desenvolvida com o roteiro, passo a detalhar a apresentar um pouco sobre a Ponte Jornalismo e a sintetizar algumas de suas atividades e mensagens.

Finalizo esta dissertação com a Parte 4, “Cenas midiáticas: Uma ponte a outras representações” aonde busco juntar teoria com campo. A finalidade é a realização uma análise criminológica sobre alguns vídeos da Ponte Jornalismo. Nesta etapa, a partir das categorias desenvolvidas na parte metodológica desta investigação, trabalho com o objetivo de, a partir da observação dos materiais, aliado à teoria, realizar inferências sobre como se operam as representações das violências nos vídeos selecionados da Ponte Jornalismo.

PARTE 1 REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA

Centrado desde uma perspectiva criminológica de compreensão das representações da(s) violência(s)³ na mídia⁴, busco nesta primeira parte desta dissertação analisar as principais características referentes ao tema, para ter subsídio teórico na análise do campo.

Em vista do propósito da presente pesquisa, não me lançarei à análise de reflexões teóricas unicamente voltadas à mídia, nem me aprofundarei em observações exclusivamente sociológicas, já que estas não são minhas principais áreas de análise. Contudo, por ser a criminologia uma área eminentemente transdisciplinar⁵, voltada ao diálogo e discussão, trarei as percepções de algumas autoras e autores destas áreas com o objetivo de construir uma compreensão compartilhada em relação às representações da violência na mídia, reconhecendo os meus limites e oferecendo abordagens à luz de outras subjetividades.

Sob este prisma, não são poucos os trabalhos que buscam identificar as causas e os possíveis efeitos da atuação midiática no estabelecimento de representações (sociais) sobre a(s) violência(s). Em especial, são os pesquisadores da área da comunicação quem têm-se debruçado mais afincado nas análises sobre a mídia, existindo no Brasil relevante produção acadêmica destinada a compreender os diversos padrões da mídia na construção da realidade social, sobretudo, voltadas a relação causa-efeito quanto aos modos de se produzir notícias, em especial no tocante aos meios de comunicação de massa⁶.

3 A palavra “violência” deriva do termo em latim *violentia* que remete a *vis* (força). De acordo com Alba Zaluar (1999, p. 8), “[...] esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente.”

4 Ainda que tenha usado em outros trabalhos e prefira o emprego da expressão *media* (em itálico) para se referir ao conjunto dos meios de comunicação (como a imprensa, o jornalismo e os veículos de comunicação), em vista de tratar-se da expressão originária em latim (meios, em Tradução nossa), neste trabalho adotarei o termo comumente usado em outros trabalhos sobre o tema produzidos no Brasil, os quais majoritariamente usam a expressão abasileirada “mídia”.

5 A transdisciplinaridade segundo Alvino Sá (2014, p. 179), “[...] vai além da interdependência de conhecimentos ou da transformação de conceitos e princípios científicos. Ela supõe uma revisão de nossa própria história, nossos valores e de nossa ética, não no sentido de negá-los, mas de reconhecer-lhes os limites, os questionamentos, a relatividade [...]”.

6 De acordo com Denis McQuail (1983, p. 51 apud WOLF, 1999, p. 5), os meios de comunicação de massa ou *mass media* são “[...] instituições que exercem uma atividade-chave que consiste na produção, reprodução e distribuição de conhecimentos [...], conhecimentos que podem dar um sentido ao mundo, moldam a nossa percepção e contribuem para o conhecimento do passado e para dar continuidade à nossa compreensão presente.

Como não é o meu objetivo a análise dos meios de comunicação de massa, aproximo-me mais aos trabalhos produzidos por criminólogos e sociólogos, já que estes buscam desprender-se das análises eminentemente direcionadas à mídia, passando a analisar mais sobre o aspecto social e de sociedade. Não que não haja pesquisas produzidas por pesquisas da área da comunicação que interseccione mídia e sociedade, contudo, a partir de minha pesquisa teórica exploratória, pude constatar que são obras da criminologia e das ciências sociais que mais se aproximam ao que tenciono chegar com este trabalho.

Assim sendo, passo a analisar a questão das representações, com especial interesse em problematizar a representação da violência na mídia.

1.1 Práticas discursivas e representações

Como pretendo problematizar mais especificamente a relação da cobertura da Ponte Jornalismo sobre violência(s) (não apenas voltada a crimes, mas também à violência estatal, estrutural, racial, de identidade etc), trago alguns breves apontamentos sobre o universo das práticas discursivas e das representações, pois corroboram, em um **primeiro momento**, para a compreensão de como se dá a construção do conhecimento, dos discursos e da realidade social, e, num **segundo momento**, para as análises de como a mídia participa da produção de acontecimentos e, especialmente, de que maneira representa a violência.

Durante a fase preliminar desta pesquisa pude me aproximar e observar diversas formas de construção e transformação da realidade o que me levou a explorar essa dinâmica criadora de múltiplas realidades onde as identidades, as subjetividades e as culturas dão forma às práticas dos sujeitos, ajudando a construir as representações sociais.

1.1.1 Práticas discursivas

Quando me propus a este trabalho, de início havia selecionado algumas

fontes⁷ que, conforme o amadurecimento da pesquisa⁸, acabaram não compondo o *corpus* empírico do presente trabalho. Apesar disso, pude através de algumas análises preliminares destes materiais (vídeos) observar certos traços marcantes, como a constituição, objetivo, formas de cobertura, além das diferenças de abordagem em relação à violência na mídia.

Essas análises **preliminares** me possibilitaram fazer uma importante percepção **preliminar** em relação às estratégias discursivas de alguns canais do *YouTube*, me permitindo perceber semelhanças e diferenças, com especial recorte no que diz respeito as representações e as práticas discursivas.

Levando-se em consideração a linguagem como uma prática social (MOSCOVICI, 1976) e histórica (CHARTIER, 2002), e a percepção de que as representações se movimentam reconstruindo-se nos discursos sociais (LEITE, 2017, [p. 13]), a análise das práticas discursivas se justifica pelo caráter intercambiável entre as representações sociais e a linguagem.

Assim, trago alguns apontamentos sobre as práticas discursivas para enriquecer a discussão que aqui ainda se inicia, principalmente por, mais a frente, entrelaçar o conhecimento de alguns clássicos da literatura das práticas discursivas, com as minhas percepções do campo exploratório/preliminar acompanhado de outras pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre violência, crime e mídia (Parte 4 deste trabalho).

Observa-se que para grande parte da literatura, a linguagem e o discurso são elementos interligados, não havendo como dissociar – totalmente – um do outro. Ocorre que ainda que grande parte da literatura reconheça isso, não são todos que se dedicam a essa relação, podendo observar-se uma certa preferência em analisar somente a linguagem ou somente o discurso.

Um dos grandes responsáveis pela quebra dessa dicotomia foi Michel Foucault (1996b) ao estabelecer que os discursos consistiriam na produção de conhecimento através da linguagem, unindo discurso e linguagem num mesmo

7 No início desta pesquisa tencionei a analisar quatro canais do *YouTube* de perspectivas e abordagens diametralmente opostas, de um lado a Ponte Jornalismo e a Mídia Ninja; e de outro Apoio Policial Oficial e Admiradores da Rota. Após banca de qualificação, decidimos (eu e minha orientadora), em vista das observações dos avaliadores da banca, em analisar exclusivamente um canal. Por possuir um recorte temática voltado aos direitos humanos, segurança pública e justiça, escolhemos a Ponte Jornalismo por entendermos ser, dentre os quatro canais, aquele com maior potencial corroborar às análises aqui lançadas.

8 Especificamente, após a banca de qualificação a pesquisa tomou novos rumos, melhor dizendo, foram adequados alguns rumos, principalmente no que se refere ao recorte metodológico.

contexto. Para Foucault (1996b, p. 9) o discurso é mais do que a compreensão da relação entre linguagem e regras sintáticas, sendo “[...] um conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro [...]”, ao passo que a prática discursiva seria a construção de elos entre discurso e prática, ou seja, a interação entre fatos linguísticos e o campo social. Neste sentido, Rosa Maria Bueno Fischer (2001, p. 200), sob compreensão foucaultiana, assim expressa o significado do discurso:

[...] o discurso ultrapassa a simples referência a coisas, existe para além da mera utilização de letras, palavras e frases, não pode ser entendido como um fenômeno de mera expressão. de algo: apresenta regularidades intrínsecas a si mesmo, através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria.

De acordo com Foucault (2008, p. 55), “[...] os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala.”. Neste mesmo sentido, de acordo com o autor francês, não há como dissociar a linguagem do contexto social, sendo ambos interligados e interdependentes, ao formarem um sistema de conhecimento que incorporam o poder.⁹ (FOUCAULT, 1996b).

Foucault realmente analisou os textos e suas representações, mas, também, se preocupou em analisar as formações e as práticas discursivas, em busca de um saber profundo, “arqueológico”. Segundo definição de Stuart Hall (1997, p. 47, grifo do autor): “Ele [Foucault] não estudou a linguagem, mas o **discurso como um sistema de representação.**”¹⁰

Para Foucault (1996a, p. 10), todo discurso possui influência das relações de poder, de modo que não há discurso que não seja proveniente de algum interesse relacionado ao poder, pois, o discurso “[...] não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”. Indo mais além, Foucault (2008, p. 170-171) assim problematizou o discurso:

O discurso é o caminho de uma contradição a outra: se dá lugar às que vemos, é que obedece à que oculta. Analisar o discurso é fazer

⁹ Segundo Foucault (2003, p. 104) o poder consiste em algo instável, essencialmente tenso, caracterizado por relações de forças desequilibradas e heterogêneas.

¹⁰ Tradução nossa do original: “**He studied not language, but discourse as a system of representation.**”

com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência. Para a análise arqueológica, as contradições não são nem aparências a transpor, nem princípios secretos que seria preciso destacar. São objetos a ser descritos por si mesmos, sem que se procure saber de que ponto de vista se podem dissipar ou em que nível se radicalizam e se transformam de efeitos em causas.

Neste sentido, Foucault (2008, p. 133) ao pensar o discurso conjuntamente com a prática, definiu a “prática discursiva” como “[o conjunto] de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.” Logo, para Foucault (2002) toda prática discursiva transporta certos significados que são decorrentes de regras e contextos históricos, geralmente mobilizados por relações de forças instáveis e mutáveis.

A prática discursiva ao definir o exercício das funções enunciativas através das formulações verbais e não-verbais, pode formar conjuntos de enunciações e definir-se pelo saber que ela própria forma (mesmo aqueles saberes independentes da ciência) (FOUCAULT, 2002, p. 205). Neste sentido, de acordo com Ana Gabriela Mendes Braga (2012, p. 191): “As chamadas práticas discursivas têm a função de determinar o que e como pode ser dito, estabelecendo as maneiras e possibilidade de compreender o mundo.”

Sob uma perspectiva de análise do discurso crítica, Norman Fairclough (2001, p. 83-87) é um dos autores que mais estudaram profundamente as noções iniciais de práticas discursivas de Michel Foucault, problematizando alguns aspectos da obra do autor francês, especialmente a desconsideração da ausência do texto e da análise textual às práticas discursivas e em relação à percepção das propriedades constitutivas do discurso.

A crítica de Fairclough a Foucault reside principalmente no fato de o autor francês afirmar que a prática se reduz a estruturas, ao passo que para ele a prática significa “[...] os exemplos reais das pessoas que fazem, dizem ou escrevem coisas.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 83). De acordo com Fairclough (2001, p. 84), “[...] as estruturas são reproduzidas, mas também transformadas em prática.”

Sobre a percepção das propriedades constitutivas do discurso, Fairclough e Foucault parecem concordar que tanto os objetos quanto os sujeitos são moldados

pelas práticas discursivas, contudo a crítica do autor inglês encontra-se no fato de que “[...] [as práticas discursivas] são inevitavelmente localizadas dentro de uma realidade material, constituída, com objetos e sujeitos pré-constituídos.”. Norman Fairclough, diferentemente de Foucault, defende que os processos constitutivos dos discursivos sejam vistos em termos de uma dialética inserida dentro de uma realidade pré-constituída, e cita um exemplo pertinente ao contexto deste trabalho para defender sua ideia:

Os estudos da mídia, que focalizam a forma de interpretação e de organização de textos particulares, sugerem um quadro altamente complexo, em que os textos podem ser interpretados de várias posições mais ou menos aquiescentes ou opositivas, tornando altamente problemática qualquer visão esquemática do efeito do discurso – por exemplo, sobre a constituição dos sujeitos sociais. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 87).

Assim, observa-se que nos conteúdos produzidos pela mídia, a interpretação passa mais obliquamente pelas formas de interação entre os sujeitos pré-constituídos, ou seja, ao intersectarem-se, produzem processos constitutivos calcados por ângulos não iguais, já que nem a interpretação e nem os sujeitos são posicionados passivamente “em linha reta”.

Para Fairclough (2001, p. 107), os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos, de modo que as práticas discursivas inseridas dentro de produções midiáticas guardam especificidades próprias. De acordo com o autor inglês:

[...] um artigo de jornal é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva por um grupo cujos membros estão envolvidos variavelmente em seus diferentes estágios de produção – no acesso a fontes, tais como nas reportagens das agências de notícias, na transformação dessas fontes (frequentemente elas próprias já são textos) na primeira versão de uma reportagem, na decisão sobre o local do jornal em que entra a reportagem e na edição da reportagem. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 107).

Embora reconheça que as práticas discursivas envolvam uma série de construções semióticas não-linguísticas e recursos imagéticos diversos, para Fairclough (1989) a linguagem segue sendo o mais complexo processo de criação de significados.

Dessa maneira, sob a compreensão foucaultiana do discurso como um sistema de representação somado com os avanços trazidos por Norman Fairclough sobre as práticas discursivas, tenciono – especialmente nas partes 3 e 4 deste trabalho – trabalhar com uma proposta semelhante a lançada por Teun Van Dijk (2009, p. 63), de analisar a forma como os dominados podem resistir discursivamente a dominação a partir de uma amostra coletada.

1.1.1.1 Das práticas discursivas em relação à violência na mídia

Considerando que as práticas discursivas são inúmeras e distingue-se umas das outras, cabe a esta investigação recortar o lugar e algumas posições no intento de definir melhor “onde se quer chegar”. Para tanto, não poderia referir às práticas discursivas em relação à violência na mídia sem, ao menos, uma introdução anterior de algumas ideias da onde estou partindo, ou seja, do conceito foucaultiano de discurso e de práticas discursivas de Norman Fairclough.

Particularmente, não é nenhuma novidade as cenas de violência real e cotidiana transmitidas pela mídia, tampouco as formas, os discursos e as práticas discursivas dos grandes jornais impressos ou dos conglomerados midiáticos brasileiros. Muitas pesquisas no Brasil, como as desenvolvidas por Elizabeth Rondelli (1998) e Marília de Nardin Budó (2013), têm se comprometido a analisar as causas e efeitos da cobertura (jornalística ou não) dada à criminalidade e à violência, desde de pontos de vistas criminológicos, sociológicos e psicológicos. Ocorre que embora existam pesquisas voltadas à influência de conteúdos violentos na mídia, ainda me parece que há algumas lacunas em relação aos estudos a partir da análise das práticas discursivas, principalmente relacionada às novas plataformas de compartilhamento de conteúdo na internet, como o *YouTube*.

De início, amparado pelo meu referencial teórico da criminologia, pensava que somente a partir da teoria estaria “pronto” para o campo, contudo após as primeiras impressões dos vídeos pude perceber que a complexidade dos materiais exigia compreensões para além daquilo que a teoria criminológica poderia me oferecer, sobretudo por encarar certas perspectivas muito mais afeitas a outras áreas do conhecimento. Assim, procurei encontrar em outros trabalhos caminhos que me permitissem melhor explorar o campo. Neste aspecto, os trabalhos de Teun van Dijk (1994; 1999), Elizabeth Rondelli (1998), Lucília Maria Souza Romão e

Nádea Regina Gaspar (2008) e Marília de Nardin Budó (2013) foram essenciais para um primeiro passo em relação as maneiras de como deveria entender e tratar o campo.

Destarte, no que se refere às práticas discursivas midiáticas em relação à violência foi em Teun van Dijk (1995a; 1995b) onde consegui meus maiores subsídios teóricos para lançar-me à análise empírica proposto na parte 4 desta dissertação. Se por Michel Foucault pude compreender melhor sobre os discursos, por Norman Fairclough as práticas discursivas, por Teun van Dijk consegui visualizar melhor a questão das práticas discursivas em relação à violência. Ainda que van Dijk tenha dedicado seus esforços majoritariamente à análise dos *mass media*, os subsídios trazidos por este autor, sobretudo em relação ao estudo crítico entre discursos, ideologia e práticas da mídia, foram fundamentais para que pudesse traçar estratégias a respeito do campo a ser explorado tendo em vista ser sensivelmente distinto a dos *mass media*.

Neste sentido, ainda que em “*Power and the News Media*” (1995a) e “*The mass media today*” (1995b) Teun Van Dijk não tenha direcionado olhares ao campo que pretendo analisar, principalmente pelo fato de naquele tempo ainda não existir a internet como a conhecemos hoje, as noções trazidas pelo autor holandês permanecem atuais, sobretudo por envolver a análise de discurso e de práticas da mídia que, independente do meio e do momento histórico, interrelacionam-se com processos de reprodução que envolvem estratégias de poder.

Assim, de acordo com van Dijk, a mídia¹¹ e, especialmente os meios de comunicação de massa, possuem um poder simbólico e persuasivo capaz de convencer pessoas de forma como nenhuma outra pessoa ou instituição seria capaz de fazer. (van Dijk, 1995a). Ao trabalhar o conceito de práticas discursivas na mídia, van Dijk indica a tendência de parte da mídia em “[...] focar em uma pequena seleção de tópicos preferidos [...]” (Van DIJK, 1995a, p. 19) especialmente quando trata de certas classes de pessoas ou de certas “etnias”.

Para Van Dijk (1995b), a mídia quando se refere aos imigrantes, negros ou outras minorias, geralmente destaca a imigração, o crime, a violência e as diferenças culturais através de fórmulas tendenciosas no sentido de relacionar diretamente certas classes de pessoas a crimes ou à violência. Para ele: “A

¹¹ Levando-se em conta o momento histórico, van Dijk referia-se aos meios de comunicação de massa da época, principalmente a televisão.

cobertura da imigração e das minorias nos meios de comunicação se concentra em temas como ‘a imigração é uma ameaça’, ‘a integração com outras etnias é um grande problema’, ‘eles são criminais’ etc.”¹² (Van Dijk, 2013, p. 183).

Ainda que o estudo de Teun Van Dijk tenha se dado exclusivamente em relação aos *mass media* tradicionais, a abordagem do autor sugere certas percepções que em maior ou menor grau também podem ser válidas a outras realidades:

Na Europa, praticamente não existem jornalistas provenientes de grupos minoritários, nem, muito menos, no controle de posições editoriais. Os principais jornais geralmente possuem apenas um ou dois, muitas vezes em cargos não contratados ou freelances. Até nos EUA, 51% dos jornais não têm jornalistas provenientes de grupos minoritários, e as promoções para posições mais altas são notoriamente problemáticas. Na televisão, [as minorias] têm acesso limitado apenas para algumas poucas atividades visíveis (muito moderadas). Como resultado, a equipe da redação é praticamente inteiramente branca, e isso terá sérias consequências para a produção das notícias, estilo de escrita, acesso as fontes e perspectiva geral do discurso das notícias ou de programas de televisão.¹³ (Hartmann and Husband, 1974; Martindale, 1986; Smitherman-Donaldson and van Dijk, 1988; van Dijk, 1991 apud VAN DIJK, 1996, p. 92).

Ao sinalizar que as práticas discursivas em relação à violência nos *mass media* são constituídas também de fatores calcados no poder, nas formas de acesso, na ideologia e nos contextos, o estudo de van Dijk (1995a;1995b; 1996) também se mostra pertinente à realidade da “mídia emergente” pois, ainda que seja aparentemente mais descentralizada do que a mídia tradicional, certos discursos e práticas, como também certos sujeitos e representações, seguem sendo representados da mesma forma que nos *mass media*.

Apesar disso e mesmo tratando do tema ainda numa época onde não havia sido inaugurado o tempo do “midiativismo digital” que facilitou o acesso das pessoas

12 Tradução nossa do original: “*To wit, the coverage of immigration and minorities in the mass media focuses on such topics as ‘Immigration is a threat’, ‘Integration of ethnic others is a huge problem’, ‘They are criminals’, etc.*”

13 Tradução nossa do original: “*In Europe, there are virtually no minority journalists, least of all in controlling editorial positions. Major quality newspapers may have just one or two token minorities, often in nontenured contract or freelance positions. Even in the USA, 51 per cent of the newspapers have no minority journalists, and promotions to higher positions are notoriously problematic. Television has limited access only for some (very ‘moderate’) visible token minorities. As a result, the newsroom staff are virtually wholly white, and this will of course have serious consequences for news production, writing style, source access and general perspective of news discourse or television programmes (Hartmann and Husband, 1974; Martindale, 1986; Smitherman-Donaldson and van Dijk, 1988; van Dijk, 1991).*”

à produção de conteúdo, Van Dijk (1995b, p. 42), já sugeria a possibilidade de construção de outras práticas discursivas, pois “[...] podemos procurar e ajudar formulações anti-ideologias alternativas capazes de suportar o contra-poder necessário para resistir às forças predominantes que atuam contra a igualdade étnica, de gênero, multiculturalismo e democracia real.”¹⁴

Assim, baseado no entendimento de Eugénio Raul Zaffaroni (1988, p. 89), de que a única função racional da criminologia é de impulsionar movimentos redutores da violência estrutural, e considerando a mídia tradicional como uma força que geralmente atua no recrudescimento da violência estatal contra determinadas classes de pessoas, a perspectiva trazida por van Dijk sobre formulações alternativas capazes de suportar o contra-poder trata-se de um importante aporte às análises desenvolvidas na Parte 4 deste trabalho.

Fato é que a proposta de Teun Van Dijk ainda trata-se de uma realidade tímida no universo discursivo midiático, uma vez que a grande mídia tradicional, como também uma parte da mídia independente, sob pilares de “neutralidade” e “imparcialidade”, segue reproduzindo as mesmas representações da violência desejadas por aqueles que detém o poder. Neste sentido, de acordo com Elizabeth Rondelli (1998, p. 148-149):

Pelo procedimento da ampla visibilização, os meios de comunicação agem como construtores privilegiados de representações sociais e, mais especificamente, de representações sociais sobre o crime, a violência e sobre aqueles envolvidos em suas práticas e em sua coibição. Estas representações sociais se realizam através da produção de significados que não só nomeiam e classificam a prática social, mas, a partir desta nomeação, passam mesmo a organizá-la de modo a permitir que se proponham ações concretas em relação a ela. Portanto, o modo como a mídia fala sobre a violência faz parte da própria realidade da violência – as interpretações e os sentidos sociais que serão extraídos de seus atos, o modo como certos discursos sobre ela passarão a circular no espaço público e a prática social que passará a ser informada cotidiana e repetidamente por estes episódios narrados. Revela-se, aqui, o caráter estruturado/estruturador dos discursos. A mídia é um determinado modo de produção discursiva, com seus modos narrativos e suas rotinas produtivas próprias, que estabelecem alguns sentidos sobre o real no processo de sua apreensão e relato. Deste real ela nos devolve, sobretudo, imagens ou discursos que informam e conformam este mesmo real. Portanto, compreender a mídia não deixa de ser um modo de se estudar a própria violência, pois quando

14 Tradução nossa do original: *“In the same vein, we might look for, and help formulate, alternative anti-ideologies capable of supporting the counter-power necessary to resist the prevailing forces against ethnic and gender equality, multiculturalism, and real democracy.”*

esta se apropria, divulga, espetaculariza, sensacionaliza, ou banaliza os atos da violência está atribuindo-lhes um sentido que, ao circularem socialmente, induzem práticas referidas à violência. Se a violência é linguagem – forma de se comunicar algo –, a mídia, ao reportar os atos da violência, surge como ação amplificadora desta linguagem primeira, a da violência.

Assim, através de cenas de violência e/ou do uso de linguagem violenta (geralmente relacionando a violência a determinadas classes de pessoas), esses meios de comunicação retratam a violência a partir de relações discursivas de poder estruturadas em representações que tentam através da “neutralidade” e “imparcialidade” encobrir as estratégias de manutenção discursiva das relações de poder que designam à determinadas pessoas, corpos e classes sociais à opressão e à violência. De acordo com Carla Luciana Silva e Alexandre Soares (apud GODIN, 2017b, [p. 2]):

Como aparelho privado de hegemonia, os órgãos de imprensa propõem permanentemente interpretações sobre a realidade que acabam contribuindo para que os leitores formulem suas visões de mundo. Essas formas de pensar influenciam nos comportamentos políticos e sociais dos sujeitos históricos.

Sob essa mesma lógica, Michele Negrini e Romulo Tondo (2007) perceberam ao analisar o discurso do jornalista José Luiz Datena, âncora do programa “Brasil Urgente” da Rede Bandeirantes, que na luta pela audiência as emissoras de televisão usam o recurso da espetacularização como forma de atrair públicos. Para esses autores: “Espetacularizar a partir de brechas deixadas pelas autoridades competentes parece ser uma fórmula que dá certo e atrai públicos.” (NEGRINI; TONDO, 2007, p. 31). Para Negrini e Tondo (2007) o uso da dramatização é um dos principais fatores que geram ilusões no público.

Interpretando esses movimentos desde uma mirada mais ao Sul, de natureza essencialmente latino-americana, Eugénio Raul Zaffaroni (2012) destaca a presença de uma chamada “criminologia midiática” que canalizando toda a causa (das violências) contra determinadas classes de pessoas, apelando a criação de realidades através da informação, da subinformação e da desinformação.¹⁵

¹⁵ De acordo com Giovanni Sartori (2001, p. 64-65), a informação não é conhecimento, pois “[...] não implica a compreensão das coisas informadas”. A subinformação, por sua vez é “[...] uma informação totalmente insuficiente que empobrece demais a notícia que dá, ou até mesmo uma informação que não informe de fato.” Já a desinformação trata-se “[...] da distorção da informação, isto é, dar notícias que falseiam a verdade, induzindo o ouvinte ao engano.”

(SARTORI, 2001). Para o autor argentino “[...] o discurso da criminologia midiática atual não é outro senão o chamado *neopunitivismo* dos Estados Unidos que se expande pelo mundo *globalizado*.”¹⁶ (ZAFFARONI, 2012, p. 216, grifo do autor).

Ao construir práticas discursivas em relação à violência na mídia a partir de realidades que escolhem determinadas classes de pessoas como a “a cara do crime”, e na medida que isso é repetido e reproduzido por várias outras instituições (Estado, judiciário, família etc.), aquilo que então passa a ser representado como a causa e o problema da violência, tende a torna-se real, implicando concomitantemente a aparência de ser verdadeiro.

Assim, neste contexto onde algumas classes de pessoas são vistas como sujeitos indesejados e onde a criação de realidades dá-se através da informação, da subinformação e da desinformação, a constituição de forças midiáticas contra-hegemônicas surge como uma tentativa de contrapor essas práticas discursivas tomadas por valores dominantes e seletivos, pois a mídia tradicional “[...] além de legitimar o sistema penal em sua atuação seletiva e estigmatizante na própria construção social da criminalidade [...], atua como órgão de sua relegitimação e, portanto, de sua expansão.” (BUDÓ, 2012, p. 112).

Através dessas percepções trazidas especialmente por Van Dijk (1995), Rondelli (1999), Zaffaroni (2012) e Budó (2012) de que as práticas discursivas em relação à violência na mídia são geralmente baseadas em relações de poder marcadas por preconceitos e seletividade, mostra-se bastante necessário, portanto, a organização de processos de deslegitimação deste movimento midiático, uma vez que a criminologia crítica, de acordo com Budó (2012), já demonstrou a deslegitimação do sistema penal, que em parte é combustível e alimento a maneira como a mídia trata discursivamente o crime, a criminalidade e o criminoso.

1.1.2 Contribuições de Antonio Gramsci

Dando continuidade ao caminho teórico deste trabalho, faz-se necessário delinear a compreensão de discursos hegemônicos e discursos contra-hegemônicos que será empregada na análise dos vídeos. Esta consideração mostra-se pertinente sobretudo porque aplico tais conceitos para a seleção da amostra e mapeamento

¹⁶ Tradução nossa do original: “*El discurso de la criminología actual no es otro que el llamado neopunitivismo de Estados Unidos, que se expande por el mundo globalizado.*”

dos vídeos – melhor detalhado no capítulo metodológico. Assim, ao trazer breves considerações acerca dos discursos hegemônicos e contra-hegemônicos neste primeiro capítulo desta pesquisa, traço qual sentido que essas expressões assumem nesta investigação, em especial na Parte 4 deste trabalho.

1.1.2.1 Breves considerações acerca dos discursos hegemônicos e contra-hegemônicos

A expressão “hegemonia” tradicionalmente compreendida como a dominação de alguém sobre outrem, pode ser lida como a forma com que elites capitalistas e políticas promovem seus valores com o interesse de manter privilégios e *status*.

Antonio Gramsci, nas Cartas e Cadernos do Cárcere, escritos de 1926 a 1933¹⁷, desenvolveu o conceito de hegemonia tendo como ponto de partida uma compreensão ampla e dinâmica da sociedade, englobando diferentes aspectos sociais e econômicos para a composição de suas ideias. De acordo com Gramsci (2001) a hegemonia se constitui a partir de processos e relações dinâmicas da sociedade, baseadas em assimetrias de poder e influências, geralmente associadas às classes dominantes. Para o autor italiano, “[...] toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica e se verifica não apenas no interior de uma nação e entre as forças que a compõe, mas também em todo o campo internacional e mundial.”¹⁸ (GRAMSCI, 1986, p. 210).

Partindo da ideia de que a hegemonia se assenta em questões econômicas, mas também em questões ético-políticas, Gramsci (2001, p. 125) pontua que ainda que a história ético-política possa ser constituída de muitas formas, ela não deixa de ser “[...] uma hipótese arbitrária e mecânica do momento da hegemonia; da direção política, do consenso, na vida e no desenvolvimento das atividades do estado e da sociedade civil.”. Assim, a hegemonia constitui-se como um fundamental elemento explicativo da história ético-político, interferindo na construção e produção simbólica de discursos e de poder.

Neste processo, ao analisar os principais embates pela hegemonia, Gramsci observou existir duas esferas no seio das superestruturas responsáveis pela

¹⁷ Antonio Gramsci morreu em 1937 sem terminar sua obra, composta de 33 livros.

¹⁸ Tradução nossa do original: “*Toda relación de “hegemonía” es necesariamente una relación pedagógica y se verifica no sólo en el interior de una nación, entre las diversas fuerzas que la componen, sino en todo el campo internacional y mundial.*”

organização da vida cotidiana: a sociedade política e a sociedade civil. Partindo de Gramsci, Denis de Moraes (2010, p. 57) define da seguinte maneira o conceito de sociedade política e sociedade civil:

[...] [a sociedade política] é o conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle dos grupos burocráticos unidos às forças armadas e policiais e à aplicação das leis. [E a sociedade civil] é o conjunto de instituições responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias enquanto concepções de mundo, compreendendo o sistema escolar, a Igreja, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico, etc.

Em relação à sociedade civil, especialmente no que se refere às instituições de propagação de ideologias, Gramsci guardou especial espaço para tratar sobre os meios de comunicação, sobretudo ao perceber a transformação no modo de se comunicar de sua época, notadamente em decorrência do surgimento dos ‘novos’ meios de comunicação falados.

Para Gramsci, ainda que muitas outras instituições fossem responsáveis pela produção de legitimação ideológica dominante, a imprensa – constituída como elemento da esfera da sociedade civil – é um dos principais instrumentos para a manutenção do exercício da dominação, razão pelo qual [Gramsci] ocupou-se de tecer críticas à forma como a imprensa agia e à ideologia que a legitima. Nas próprias palavras do autor italiano, a imprensa consiste na “[...] parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura.” (GRAMSCI, 2001, p. 78).

Neste contexto a questão da capacidade de a imprensa de defender discursivamente determinadas orientações políticas, econômico-sociais e científicas assume especial relevância, visto que a hegemonia parece ter nos meios de comunicação um de seus principais braços na concretização do exercício da hegemonia.

Transportando para os dias de hoje, percebe-se que as denúncias de Gramsci permanecem atuais em relação à capacidade dos meios de comunicação de modelar a vontade pública em torno de seus objetivos, uma vez que “[...] os meios de comunicação de massa ampliaram as possibilidades de conformação ao

modo de pensar e de viver dominantes, atuando como grandes mecanismos desmobilizadores das massas.” (SCHLESENER, 2013, [p. 7]).

Acontece que da mesma maneira que os meios de comunicações podem contribuir ao exercício da hegemonia, Gramsci (2001) sinalizou que por meio deles também pode-se abrir possibilidades do surgimento de discursos contra-hegemônicos, não necessariamente no sentido de se criar uma outra hegemonia, mas de fortificar outros lados nos campos de disputa, que não o lado hegemônico.¹⁹

[...] a luta por novas relações de hegemonia implica ativar os mecanismos de educação a fim de difundir o saber das classes subalternas de modo independente e autônomo, isto é, definindo novos parâmetros de cultura fundada na experiência popular, meio eficaz de formação de uma consciência crítica. (SCHLESENER, 2013, [p. 6]).

Dessa forma, partindo de experiências populares e da formação de uma consciência crítica, Gramsci (2001) coloca ser possível a existência de discursos contra-hegemônicos capazes de criar verdadeiras trincheiras de resistências frente ao discurso e ao poder hegemônico.

Ainda que não tenha conhecido o “ciberespaço” e a “cibercultura”²⁰, muitos ensinamentos de Gramsci podem ser aplicados a esta realidade contemporânea, em vista que os diferentes interesses políticos e econômicos em disputa, mesmo que possam ter sofrido alterações com o tempo, seguem sendo guiados pela mesma interação dialética entre fatores culturais e político-econômicos.

A partir de Gramsci se tornam claras as dimensões entre os poderes políticos, econômicos e ideológicos que nutrem as estruturas de dominação, demonstrando que independente do contexto histórico colocado, a hegemonia sempre está associada ao poder, ou seja, o poder hegemônico sempre é aquele que exerce a dominação perante os demais. Transportando o pensamento gramsciano para a atualidade é possível depreender algumas formas de resistência e de construção

¹⁹ Para Gramsci (2000) a criação de uma nova hegemonia seria possível somente através da luta dentro do Estado.

²⁰ De acordo com Pierre Lévy (1999, p. 17), a expressão ciberespaço “[...] especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo ‘cibercultura’, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.”

política onde o poder dominante muitas vezes não se preocupa em efetivamente em controlá-los.

Neste sentido, observa-se que a internet vem guardando possibilidades de resistências subterrâneas frequentemente ignoradas pelo poder dominante, podendo por meio de práticas de lutas contra-hegemônicas desencadear contraposições ao poder hegemônico. Assim, por meio de práticas discursivas de resistência, talvez a crescente presença de discursos de contestação no meio virtual pode contribuir – nem que minimamente – ao fortalecimento dos enunciados contra-hegemônicos.

Assim como no “mundo real”, no ciberespaço também ocorre o processo em que determinadas classes de pessoas tentam transformar a ideia de que o seu grupo transporta a única verdade possível a todas outras classes de pessoas. Essa classe, que ao tempo de Gramsci seria a classe burguesa, é quem tenta ditar as regras, num jogo discursivo em busca do consenso. Ocorre que no ciberespaço, esse discurso encontra trincheiras de resistências que, pela própria essência da internet, são muito mais visíveis a todos do que fossem limitados ao mundo real.

Neste processo, os discursos contra-hegemônicos midiáticos, caracterizados por representar as vozes alheias à hegemonia, das classes trabalhadoras e populares, se ocupam de “incomodar” os detentores do poder (econômico e político-ideológico), ou seja, aqueles sujeitos responsáveis pela tentativa de manutenção do poder e da hegemonia.

Fato é que as classes hegemônicas ainda detêm não só o domínio econômico mas também o controle de setores estratégicos, como a mídia e a produção de conhecimento (SEMERARO, 2007). Ainda que o ciberespaço pareça nos propiciar algumas possibilidades de construção de práticas discursivas não-punitivistas e desintonizadas com os interesses do poder, a mídia – inclusive àquela inserida dentro do ciberespaço – ainda é dominada pelas classes hegemônicas.²¹

21 Essa percepção dá-se por duas razões: Primeiro, pelas considerações de Dênis de Moraes (2009) de que a concentração monopólica na esfera da produção simbólica presente nos *mass media* migrou ao ciberespaço e até aprofundou a dominação de classe. E, segundo, porque através de minha pesquisa preliminar (melhor detalhada na parte metodológica deste trabalho) pude perceber que os canais com viés contra-hegemônico não possuem grandes quantidades de seguidores e visualizações no *YouTube* (se comparado com outros canais com discursos e práticas aparentemente com viés hegemônico).

Sob um ponto de vista mais pessimista em relação as novas mídias²², Dênis de Moraes (2009), apesar de reconhecer o potencial desse movimento hodierno midiático, considera que é necessário conter as “euforias tecnológicas” objetivando uma maior mobilização social e a construção de interpelações mais críticas (MORAES, 2009, p. 89). Ocorre que me parece que mesmo que as classes hegemônicas estejam dominando a produção de conteúdo nas novas mídias, as forças contra-hegemônicas devem-se valer da mesma euforia tecnológica para fincar, de maneira crítica, seus pontos de vista e suas formas de resistência com o objetivo de sinalizar ao poder dominante que, “*pera* lá, também estamos aqui”. Em sentido próximo, coloca Ana Gabriela Mendes Braga (2008, p. 174) que:

Não há nenhum ‘exterior absoluto’ em relação ao poder, tampouco um campo que esteja imune a sua ação. Os mecanismos de resistência configuram uma das formas do indivíduo reagir à ação dos mecanismos de controle, sem que isso signifique desvincular-se deles. O poder, mais do que um atributo de um indivíduo ou uma instituição, é um fluxo de forças que permeia todas as relações sociais. Assim como o poder, a resistência não está concentrada.

Considerando que os discursos contra-hegemônicos, de resistência, são vozes minoritárias diante dos discursos hegemônicos atrelados ao poder, e partindo da ideia de que “[...] a resistência ao poder não existe fora dele [...]” (BRAGA, 2008, p. 174), é necessário que as coberturas midiáticas contra-hegemônicas considerem todo o contexto de distribuição do poder, de modo a trabalhar com o “*framing* contra-hegemônico” (GÓES, 2007, p. 12), ou seja, com o enquadramento discursivo contra-hegemônico, como forma de desafiar as estruturas do poder (CARRAGEE; ROEFS, 2004).

Assim, é sob essa perspectiva que parece atuar a Ponte Jornalismo, uma vez que a atuação contra-hegemônica deste canal do *YouTube* aparentemente desafia os valores hegemônicos, resistindo ao poder. Como durante todo esse trabalho passarei a me referir a Ponte Jornalismo como uma “força contra-hegemônica” considerarei importante trazer esses breves apontamentos sobre os discursos

²² Trazer uma definição para as novas mídias pode ser algo arriscado em vista de que se trata de um movimento contemporâneo sujeito a muitas alterações no decorrer do tempo. Assim, de acordo com Lev Manovich (2001, p. 20), autor que dedicou um capítulo de sua obra “*The Language of New Media*” para discutir sobre “o que é a nova mídia”, podemos começar a entender as novas mídias a partir da noção de que elas são baseadas no computador e nos seguintes princípios: da representação numérica, da modularidade, da automação, da variabilidade e da codificação cultural.

hegemônicos e contra-hegemônicos a luz especialmente das contribuições de Gramsci (1986; 2001) como forma de justificar minhas escolhas terminológicas ao associar a Ponte às perspectivas contra-hegemônicas.

1.1.3 Alguns apontamentos acerca das representações sociais

Até a primeira metade do século XX o universo das representações tratava-se de um campo de estudo ainda pouco explorado, sendo o conceito de representações coletivas de Emile Durkheim considerado o primeiro estudo a designar a especificidade do pensamento coletivo em relação ao pensamento individual (OLIVEIRA, 2012).

Essa noção durkheimiana tinha como objeto um conjunto inespecífico de pessoas que juntas formariam uma espécie de consciência coletiva a partir de experiências culturais. Na concepção de Durkheim, o coletivo não poderia ser reduzido ao individual na medida que os indivíduos seriam produto e reprodutores das representações dominantes da sociedade (DURKHEIM, 1994).

Para esta corrente, a consciência individual não faria parte das representações coletivas uma vez que estas seriam resultados de uma consciência coletiva. Ocorre que a partir da segunda metade do século XX, essa leitura durkheimiana passou por algumas outras releituras. A mais exponencial, deu-se através do trabalho do sociólogo francês Serge Moscovici, mais especificamente em sua obra “La psychanalyse, son image et son public”, de 1961, traduzida e publicada parcialmente no Brasil em 1976, sob o título “A representação social da Psicanálise”.

De acordo com Nilma Margarida de Castro Crusoé (2004, p. 106):

A Teoria das Representações Sociais proposta pelo psicólogo social francês Serge Moscovici e apresentada por ele na obra intitulada **A representação social da psicanálise** preocupa-se fundamentalmente com a inter-relação entre sujeito e objeto e como se dá o processo de construção do conhecimento, ao mesmo tempo individual e coletivo na construção das Representações Sociais, um conhecimento de senso comum. (grifo original).

Serge Moscovici ocupou-se a estudar as inter-relações entre sujeito de objeto de maneira dinâmica, ou seja, considerando tanto a consciência coletiva como a consciência individual – residindo aqui importante distinção com o trabalho de Durkheim (CRUSOÉ, 2004).

Apesar de o conceito de representação social ter sido pensado e aplicado por Moscovici à luz da Psicanálise, vários²³ pesquisadores das ciências sociais aplicadas têm trabalhado com os conceitos de Moscovici, visto que a construção das representações sociais estão entre nós, se manifestam entre nós e dão forma às nossas vidas. Diferentemente de Durkheim, as representações sociais para Moscovici (1976, p. 31), ao levarem em consideração as individualidades dentro do universo coletivo, formam um sistema de valores, sentidos e significados que possuem duas funções:

[...] primeiro, estabelecer uma ordem que permita aos indivíduos orientem-se no mundo material e social; e, em segundo lugar, permitir que a comunicação ocorra entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes códigos para as relações sociais e códigos para nomear e classificar inequivocamente vários aspectos do mundo e de sua história individual e grupal.²⁴

Assim, a teoria das representações sociais de Moscovici, entendida como mais uma forma de compreender a construção social da realidade, é um estudo complexo já que as representações sociais não são ‘simples opinião sobre alguma coisa’ mas são “[...] teorias *sui generis*, destinadas a descobrir a realidade e sua ordem [...] sistema de valores, ideias e comportamentos [...]” (GARCÍA RAMÍREZ, 1992, p. 17).

Para Denise Jodelet (2003), as representações sociais estão presentes em todas as partes onde existam discursos, bastando existirem palavras, mensagens ou imagens para que o universo das representações sociais esteja em ação. Para a referida autora, a teoria das representações sociais trata-se de um fenômeno onde as circunstâncias observáveis são reconstruídas por um trabalho científico a partir das particularidades dos objetos e da atenção nos conteúdos e nos processos.

De acordo com Jodelet (2008, p. 50) as representações sociais podem ser referidas a três esferas de pertencimento: a da subjetividade, a da intersubjetividade

23 Durante a primeira fase deste trabalho, mais precisamente durante a exploração bibliográfica pude identificar muitos trabalhos das ciências humanas e sociais que recorreram ao conceito de Serge Moscovici.

24 Tradução nossa do original: “[Social representation as] a system of values, ideias and practices with a twofold function: first, to establish an order which enable individuals to orientate themselves in their material and social world and to master it; and secondly to enable communication to take place among the members of a community by providing them with a code for social exchange and a code for naming and classifying unambiguously the various aspects of their world and their individual and group history.”

e a da trans-subjetividade. De acordo com a autora, a da subjetividade leva em consideração os processos que operam a nível dos indivíduos, podendo ser de “[...] natureza cognitiva e emocional, e a depender de uma experiência no mundo da vida.”²⁵ (JODELET, 2008, p. 51). A da intersubjetividade refere-se a situações que, em um contexto determinado, “[...] contribuem a estabelecer representações elaboradas na interação entre sujeitos, especialmente as elaborações negociadas e produzidas em comum através da comunicação verbal direta.”²⁶ (JODELET, 2008, p. 52). E, a da trans-subjetividade, refere-se a esfera que “[...] se compõe de elementos que atravessam tanto o nível subjetivo como o intersubjetivo.”²⁷ (JODELET, 2008, p. 53), as circunstâncias observáveis são reconstruídas por um trabalho científico a partir das particularidades dos objetos e da atenção nos conteúdos e nos processos.

Para Denise Jodelet, a trans-subjetividade é aquela esfera que considera tanto as percepções individuais como as percepções coletivas, todos os contextos interacionais entre particulares-particulares, particulares-coletivo e coletivo-coletivo, as produções discursivas e os intercâmbios verbais.

25 Tradução nossa do original: *“Estos procesos pueden ser de naturaleza cognitiva y emocional, y depender de una experiencia en el mundo de la vida.”*

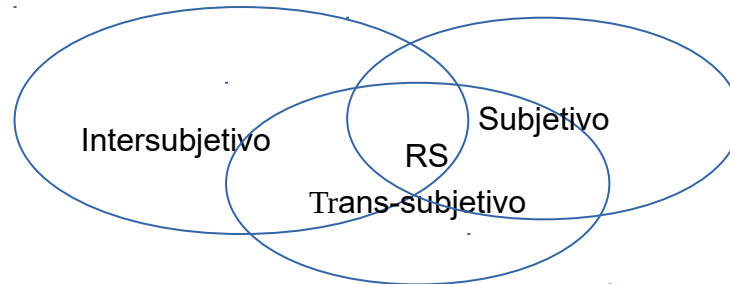
26 Tradução nossa do original: *“La esfera de la intersubjetividad remite a situaciones que, en un contexto determinado, contribuyen a establecer representaciones elaboradas en la interacción entre sujetos, especialmente las elaboraciones negociadas y producidas en común a través de la comunicación verbal directa.”*

27 Tradução nossa do original: *“Esta esfera se compone de elementos que atraviesan tanto el nivel subjetivo como el intersubjetivo.”*

QUADRO 1 – AS ESFERAS DE PERTENCIMENTO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (ADAPTADO)²⁸

Não existe indivíduo isolado

Não existe pensamento sem palavras



Contexto social de integração e inscrição

Espaço social e público

Fonte: Jodelet (2008) - (traduzido e adaptado por Hilbert Reis Silva).

Assim, sob a compreensão de que as representações sociais são compostas e derivadas de três esferas (intersubjetiva, subjetiva e trans-subjetiva), e que a esfera da trans-subjetividade se situa também nas relações da intersubjetividade e da subjetividade, o universo das representações assume papéis fundamentais na “[...] reconstituição do real e nas atribuições de significações específicas.” (ABRIC, 1994, p. 88 apud CRUSOÉ, 2004, p. 107)

A análise da realidade a partir do universo das representações nos auxilia especialmente na redução de dificuldades metodológicas ao englobar várias dimensões (psíquica, cognitiva etc.) que dificilmente poderiam ser olvidadas mas que igualmente seriam difíceis de serem consideradas, ainda mais em pesquisas das ciências sociais aplicadas. De maneira sintética, a compreensão das representações sociais proposta por Moscovici (1976) e aperfeiçoada por Jodelet (2008) e outros, nos auxilia a tentar compreender certos discursos, práticas discursivas e, em última análise, a construção social e cotidiana da realidade.

Assim, ao aproximar o universo das representações sociais ao pretendido nesse trabalho, e partindo do pressuposto de que a mídia não apenas oferece informação imparcial, mas constrói representações da realidade, o presente conceito

²⁸ As esferas de pertencimento das representações sociais, tradução nossa do original “*Las esferas de pertenencia de las representaciones sociales.*” (JODELET, 2008, p. 51).

de representação social, apresenta-se como uma das minhas escolhas para o entendimento da forma como a mídia

[...] constrói e reconstrói e seleciona fatos sociais por meio de narrativas, constituindo esses mesmos fatos em eventos/acontecimentos que, pelas significações e prioridades a eles atribuídas, chegam até a sociedade na condição de notícia. (PORTO, 2009, p. 214-215).

1.1.3.1 Representações da(s) violência(s) na mídia

Particularmente quando falamos de representações (sociais) da violência na mídia, dificilmente seria possível atribuir à mídia a exclusividade pela construção de suas representações, uma vez que as relações entre mídia e sociedade esboçam-se de maneira interligada e interdependente, tendo em vista que as construções simbólicas da realidade geralmente precedem de entendimentos coletivizados, ainda mais em tempos modernos onde os papéis de emissores e receptores não se resumem a “caixotes” pré-definidos.

Numa sociedade onde quase qualquer aspecto físico ou psicológico pode consagrar alguém a algum determinado rótulo e onde certas condutas levam algumas pessoas a linhas mais próximas da violência e do processo de criminalização, a maneira como a mídia representa a realidade dessas pessoas somente intensifica ou ameniza esses processos, já que a mídia é apenas um dos vários instrumentos de controle daqueles que exercem o poder.

Assim, considerando que a forma como a mídia ou qualquer outra instituição ou pessoa representa a realidade é fruto do produto e do processo de atividades mentais voltadas a significar algo ou alguma coisa (ABRIC, 1997, p. 59), e que essas significações geralmente são criadas com algum propósito, parece razoavelmente claro que certas instituições (estatais, jurídicas, econômicas etc) e mídia possam “[...] atuar sistematicamente na reprodução das desigualdades e no esforço para que nenhum movimento de pessoas marginalizadas possa se articular contra o poder instituído.” (SERRA, 2018, p. 5).

Neste mesmo sentido, Roger Chartier (2002, p. 17) ao propor o conceito de representação em um sentido particular e historicamente mais determinado, observou que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Para Chartier (2002, p. 17), “[...] as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros [...]” já que produzem estratégias e táticas a legitimar projetos e sujeitos. Nesse jogo onde quem exerce o poder dita as regras, àqueles colocados para *fora do baile* poucas são as saídas, uma delas é a resistência.

Ainda que se traje sob o falso véu da “imparcialidade”, grande parte da mídia (aqui faço um especial recorte à mídia tradicional) representa a violência sob óticas dominantes, a partir de miradas privilegiadas e sintonizadas com o poder que inculcam as teorias do senso comum e ampliam o espectro punitivo (BATISTA, V. M., 2001, p. 5). Relacionando com o que coloca Chartier (2002, p. 17-18), se não há neutralidade discursiva nas percepções sociais, muito menos haveria nas representações conduzidas pelo jogo midiático.

Ocorre que o alcance das representações propostas por esse jogo midiático possui impactos diferenciados na sociedade, na medida que a grande mídia está presente na vida de quase todas das pessoas. O problema é ao reproduzir as assimetrias que privilegiam certas pessoas que exercem o poder, a mídia contribui para representação de uma realidade calcada em um espectro dualístico, geralmente marcada por “etiquetas” (BECKER; 2008; PAYNE, 1973) onde “[...] espera-se da pessoa um comportamento coerente com a definição que lhe foi dada.” (ANIYAR DE CASTRO, 2005, p. 105).

Ainda que geralmente só reproduza a representação estabelecida pelos que a exercem o poder, a mídia muitas vezes, como um bom filho que quer impressionar em casa, faz a tarefa de representar (negativamente ou positivamente) determinadas classes de pessoas com até mais afinco do que o próprio poder poderia desejar. Neste sentido, coloca Dávid Sánchez Rúbio (2012, p. 144) que:

As lógicas excludentes patriarcais, sexistas, economicamente desiguais, xenófobas, racistas e ocidente-cêntricas são reforçadas desde esse esquematismo de crime-castigo (pena ou sanção) que opera sobre quem são permanentemente vitimizados por essas dinâmicas discriminatórias de dominação e império. Ademais, a seletividade, a reprodução da violência, a criação de condições de

maiores condutas lesivas, a corrupção institucionalizada, a verticalização social e a destruição das relações horizontais e comunitárias não são características conjunturais, mas estruturais no exercício do poder de todos os sistemas penais latino-americanos.²⁹

Sob esse diagnóstico apresentado por Sánchez Rúbio (2012) e amparado pela percepção de muitas autoras e autores da criminologia³⁰ e de outras áreas do conhecimento das ciências sociais aplicadas³¹, percebe-se que são especialmente a população negra e a população pobre as principais personagens representadas negativamente na mídia tradicional, sendo geralmente associadas a enredos sobre crime, criminalidade e violência.

São os chamados “bodes expiatórios” (ZAFFARONI, 2012) ou “clientela habitual” (SHECAIRA, 2014) do apelo midiático por punição e do sistema penal.³² Neste sentido, de acordo com Sérgio Salomão Shecaira (2014, p. 308), a clientela habitual do sistema penal:

[...] é formada por aquelas pessoas que têm problemas com a lei, não por praticarem mais crimes do que os outros, mas porque o controle social formal é discriminatório. Na realidade, vale aqui a assertiva segundo a qual a desviação não é uma qualidade ontológica da ação, mas antes o resultado de uma reação social e que o delinquente apenas se distingue do homem normal devido ao fenômeno da seletividade do sistema.

Devido a essas representações negativas e seletivas, como coloca Shecaira (2004), a mídia tradicional parece atuar com empenho em processos seletivos de (in)visibilidade, destacando positivamente aqueles que mais lhe convém e negativamente aqueles que podem ser “perigosos” ao poder instituído.

29 Tradução nossa do original: *“Las lógicas excluyentes patriarcales, sexistas, economicistas desiguales, xenófobas, racistas y occidental-céntricas son reforzadas desde ese esquematismo de crimen-castigo (pena o sanción) que opera sobre quienes son permanentemente victimizados por esas dinámicas discriminatorias de dominación e imperio. Además, la selectividad, la reproducción de la violencia, la creación de condiciones para mayores conductas lesivas, la corrupción institucionalizada, la verticalización social y la destrucción de las relaciones horizontales o comunitarias no son características coyunturales, sino estructurales en el ejercicio del poder de todos los sistemas penales latino-americanos.”*

30 Como Eugénio Raúl Zaffaroni, Massimo Pavarini, Lola Aniyar de Castro, Vera Regina de Andrade, Evandro Piza Duarte, entre muitos outros.

31 Pierre Bourdieu, Alba Zaluar, entre outros.

32 Entendendo aqui o sistema penal como “[...] o conjunto das agências que operam a criminalização (primária e secundária) ou que convergem na sua produção. Dentro desse entendimento, referimo-nos a sistema no sentido elementar de conjunto de entes, de suas relações recíprocas e de suas relações com o exterior (o ambiente) e nunca no símil biológico de órgãos do mesmo tecido que realizam uma função, de vez que estas agências não operam coordenadamente, mas sim por compartimentos estanques, ou seja, cada um de acordo com seu próprio poder, com seus próprios interesses setoriais respectivos controles de qualidade (ZAFFARONI et al., 2003, p. 60).

Neste sentido, de acordo com Elizabeth Rondelli (1998, p. 149):

Pelo procedimento da ampla visibilização, os meios de comunicação agem como construtores privilegiados de representações sociais e, mais especificamente, de representações sociais sobre o crime, a violência e sobre aqueles envolvidos em suas práticas e em sua coibição. Estas representações sociais se realizam através da produção de significados que não só nomeiam e classificam a prática social, mas, a partir desta nomeação, passam mesmo a organizá-la de modo a permitir que se proponham ações concretas em relação a ela.

Constituídos como veículos de representação social, a mídia por possuir especial influência na vida das pessoas estimula construções de representações que são – em menor ou maior grau – voltadas aos seus próprios interesses. Isso ajuda a explicar porque aos olhos da mídia certas condutas são retratadas de formas mais vigorosa, ou mais branda; tudo a depender de quem será atingido.

Apenas como exemplo, são as matérias – jornalísticas ou não – sobre sonegação. Na ponta mais vulnerável encontram-se os pequenos sonegadores, da “Nota Fiscal Paulista”³³, enquanto do outro lado, estão os grandes devedores, como algumas empresas de comunicação (MARINONI, 2014). Para a mídia é relativamente mais fácil transformar o primeiro como o grande vilão do *déficit* público, bastando alguns segundos para convencer parte dos telespectadores de que o hábito de não pedir nota fiscal é o responsável pela desestabilidade econômica do país. Neste sentido,

“[...] a mídia atua em um princípio fabricando coletivamente uma representação social que, ainda que esteja bastante longe da realidade, perdura mesmo quando posteriormente desmente os fatos ou os retifica porque, com muita frequência, não faz mais do que fortalecer as interpretações espontâneas [...]”³⁴ (CHAMPAGNE, 1999, p. 52).

Isto vem acontecendo com especial notoriedade nos casos de corrupção na política brasileira. Observa-se que na tentativa de colocar-se “ao lado do povo”³⁵, a mídia – em cumplicidade com alguns setores da justiça –, se ocupa de condenar

33 A Nota Fiscal Paulista, do governo do Estado de São Paulo, consiste num programa de incentivo aos consumidores a exigirem dos comerciantes a emissão de nota fiscal.

34 Tradução nossa do original: *“Ahora bien, los medios actúan en un principio y fabrican colectivamente una representación social que, aun cuando esté bastante alejada de la realidad, perdura pese a los desmentidos o las rectificaciones posteriores porque, con mucha frecuencia, no hace más que fortalecer las interpretaciones espontáneas.”*

35 Entenda-se ao lado do povo como a construção em que a mídia acredita estar ou deveria estar o povo.

peessoas antes mesmo que o sistema de justiça o faça. Estas ainda são pessoas que possuem especiais condições para se defender na mídia e nos autos; o problema, todavia, revela-se ainda maior àquelas pessoas invisibilizadas, que ao sofrerem com a calúnia midiática muitas vezes não conseguem libertar-se da condenação pública, e nem muito menos da condenação da justiça.

Ainda que isso possa parecer uma problemática mundial, Conrad Phillip Kottak, ao analisar paralelamente a forma como mídia estadunidense e brasileira representam a violência e o crime, se mostrou especialmente preocupado com a forma como a mídia e o judiciário conduzem a construção dos acontecimentos. Segundo o autor:

O Brasil oferece um contraste particularmente difícil com os Estados Unidos em reportagens sobre crimes. A imprensa e as autoridades frequentemente violam o devido processo e os direitos criminais (que são praticamente inexistentes no Brasil).³⁶ (KOTTAK, 2016, p. 94).

Dessa forma, ainda que a mídia tente se isentar por meio do véu da imparcialidade³⁷, suas representações sobre a violência contribuem de maneira decisiva na forma como as pessoas também constroem suas representações. Assim,

[...] acatar tal afirmação implica atribuir à teoria das representações sociais potencial explicativo privilegiado para a compreensão da mídia e para o entendimento da forma como esta constrói, reconstrói e seleciona fatos sociais por meio de narrativas, constituindo esses mesmos fatos em eventos/acontecimentos que, pelas significações e prioridades a eles atribuídas, chegam até a sociedade na condição de notícia. (PORTO, 2009, p. 212-213).

Sem embargo, a teoria das representações sociais talvez possa contribuir às análises de como a mídia representa a violência, principalmente pelo que ela própria representa em relação à sociedade. Se as representações de violência da mídia tradicional são relacionadas e reproduzem as assimetrias instituídas por aqueles que detém o poder, talvez seja entendendo as representações da violência sob os

³⁶ Tradução nossa do original: *“Brazil offers one particularly striking contrast with the United States in crime reporting. Press and officials alike frequently violate due process and criminal rights (which are virtually nonexistent in Brasil).”*

³⁷ Quanto ao conceito de imparcialidade, tendo a compartilhar com a percepção de Iris Marion Young (apud MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 66), de que a imparcialidade não é apenas um ideal inatingível, “[...] mas um valor que serve a funções ideológicas precisas.”

olhares de “outros” atores midiáticos alternativos que possa residir caminhos a representações da violência menos assimétricas e mais humanas, portanto, por isso que me dedicarei mais na sequência deste trabalho (Parte 4) em analisar as representações na Ponte Jornalismo.

1.1.4 Algumas considerações sobre o *YouTube* e a cultura participativa

Este presente tópico nasce com o propósito de trazer algumas considerações sobre o *YouTube* no sentido de oferecer uma breve contextualização sobre esse espaço onde se dá a pesquisa exploratória empírica desta investigação. Aproveitando o contexto, trago também algumas considerações sobre a cultura participativa, uma vez que, conforme melhor explicitado na Parte 4 deste trabalho, as produções da Ponte Jornalismo parecem fazer parte deste movimento, por serem coletivas, deslocadas, laterais e, geralmente, horizontalizadas.

O *YouTube* desde seu primeiro vídeo postado em abril de 2005³⁸, projetou-se potente no campo midiático de produção de vídeos no ambiente da internet. Em termos numéricos em pouco tempo o site alcançou expressiva audiência, tendo no primeiro mês de abertura oficial angariado mais de oito milhões de visualizações por dia.³⁹ O que pode parecer muito, nem se compara aos dados mais recentes do site, que segundo sua página oficial de “Estatística”, acumula um total de dois bilhões de visualizações por dia.⁴⁰

O *YouTube*, sucintamente, é uma plataforma de vídeos em que qualquer pessoa, através de um computador ou *smartphone*, pode fazer o *upload* de vídeos (carregamento do material de seu equipamento à base de dados do site). Uma vez feito o *upload*, o vídeo permanece à disposição do usuário-espectador, que tem a possibilidade de encontrá-lo através do uso de “palavras-chaves” no campo “pesquisar” na barra superior ao centro da página. Outro modo de localizá-lo é caso o usuário-espectador siga seu “canal”. Cada usuário pode possuir seu próprio

38 O primeiro vídeo postado no *YouTube* foi realizado em 23 de abril de 2005, sete meses antes da abertura oficial do site. Trata-se de um vídeo publicado pelo usuário “jawed”, Jawed Karim, cofundando do *YouTube*. Intitulado “*Me at the zoo*”, o vídeo de duração de 18 segundos. Mostra Jawed no Zoológico de San Diego, Califórnia, Estados Unidos da América. Em 4 de março de 2017, o vídeo contava com um total 36.652.479 visualizações.

39 Segundo dados o jornal britânico “*The Telegraph*”, em novembro de 2005, o *YouTube* recebeu importe de 3,5 milhões de dólares do grupo de investimentos “Sequoia Capital”, o que propiciou com que no mês seguinte de abertura oficial do site, angariassem média de 8 milhões de vídeos assistidos por dia.

40 De acordo com as Estatísticas disponíveis no próprio site.

“canal”. Os canais consistem no agrupamento dos vídeos de cada usuário. Dessa maneira, os usuários-espectadores possuem diferentes meios de chegar ao conteúdo pretendido dentro das pesquisas no próprio site, podendo também fazê-lo por meio externo, através de sites de busca, compartilhamentos em redes sociais, e-mails etc.

Outra característica importante é o fato de não haver limites no número de vídeos que cada usuário pode enviar à plataforma e de parecer não haver um limite total máximo de vídeos que podem ser lançados na plataforma. A não limitação de vídeos na plataforma possibilita que milhões de vídeos sejam postados ao dia.

Assim, a plataforma que de início parecia voltada ao compartilhamento de vídeos pessoais, passou-se no decorrer dos anos, a se transformar numa complexa e desenvolvida rede de publicação de conteúdo. Segundo Jean Burgess e Joshua Green (2009, p. 4):

Apesar da insistência de o serviço ter sido projetado para compartilhar vídeos pessoais [...] foi a combinação da popularidade de massa dos vídeos criados pelos usuários e a distribuição de conteúdo dos *media* (tradicionais) que capturaram a atenção do público. É também esta combinação que colocou (o *YouTube*) como um lugar-chave onde estão acontecendo disputas sobre *copyrights*, cultura participativa e as estruturas de mercado videográfico.⁴¹

Neste sentido, o *YouTube* se tornou o “elo” de encontro entre os mais variados confrontos, tendo em vista que abriga usuários e conteúdos de distintas visões de mundo. Além das disputas sobre direitos autorais, cultura participativa e estruturas de mercado videográfico, como aprofundam Jean Burgess e Joshua Green, outras disputas também encontram abrigo na aparente perspectiva democrática da plataforma.

Muitas destas disputas ramificam-se destes três pilares constituídos por BURGESS e GREEN (2009). Em especial a essa investigação, interessa analisar a cultura participativa. Para Jean Burgess e Joshua Green (2009, p. 10), a “[...] cultura participativa é um termo usado para falar sobre o aparente vínculo entre tecnologias

41 Tradução nossa do original: “Despite the insistence that the service was designed for sharing personal videos [...] it was a combination of the mass popularity of particular user-created videos and the uses of YouTube to distribute broadcast media content that capture the public imagination. It is also this combination that has positioned it as a key place where disputes over copyright, participatory culture, and the market structures of online video distribution are taking place.”

digitais mais acessíveis, conteúdo criado pelo usuário e as relações de poder entre as indústrias dos *media* e seus consumidores.”⁴²

Segundo BURGESS e GREEN (2009) a cultura participativa ganhou especial força após o surgimento do *YouTube*. De uma plataforma para publicação de vídeos caseiros e pessoais, o *YouTube* vem se tornando um espaço de interações e disputas que refletem aquilo que as pessoas desejam que se torne público. “Ame ou deteste, o *YouTube* é agora parte da paisagem dos *media mainstream* e uma força a ser contada na cultura popular contemporânea.”⁴³ (BURGESS; GREEN, 2009, p. 7).

Essa transformação participativa, sobretudo no *YouTube*, “[...] aumentou o leque de produtores e indubitavelmente movimentou um número significativo de pessoas para a produção cultural, contudo, estas continuaram a valorizar apenas aqueles que reproduzem a política do sistema anterior.”⁴⁴ (BURGESS; GREEN, 2009, p. 82). Todavia, ainda que produção cultural nas novas mídias tenha parecido seguir os passos do sistema anterior (da ‘velha mídia’⁴⁵), já que “[...] a construção dominante é inevitável a um produto social – [como a mídia] [...]”⁴⁶ (SURETE, 1997, p. 11), desde o início dos anos 2010, novas frentes ao enfrentamento deste cenário vem sendo lançadas, tanto a nível nacional, como internacional.

Com efeito, Stuart Hall – muito antes do surgimento do *YouTube* – já analisava as movimentações contestadoras de uma chamada “cultura popular” (de onde deriva a cultura participativa). De acordo com HALL (1981, p. 239), “[...] a cultura popular é um dos locais onde esta luta por (cultura) e contra a cultura dos poderosos está engajada.”⁴⁷ Hall sob uma perspectiva gramsciana, procurou analisar a partir da realidade britânica os enfrentamentos entre a “cultura popular” e a “cultura dominante”.

De acordo com as análises de Hall (1981, 2006) e de Gramsci (1999, 2000), o estudo da cultura popular tem sido tratado muito por meio de abordagem descritiva,

42 Tradução nossa do original: “*Participatory culture is a term that is often used to talk about the apparent link between more accesible digital technologies, user created content, and some kind of shift in the power relations between media industries and their consumers.*”

43 Tradução nossa do original: “*Love it or loathe it, youtube is now part of mainstream media landscape and a force to be reckoned with in contemporary popular culture.*”

44 Tradução nossa do original: “[...] *have increased the range of producer, and undoubtedly moved a significant number of people toward cultural production, continuing to value only those who produce replicates the politics of the previous system.*”

45 Entende-se como velha mídia os meios de comunicação tradicionais, como a televisão, o rádio e o jornal.

46 Tradução nossa do original: “*The dominant construction is inevitably a social product.*”

47 Tradução nossa do original: “*Popular culture is one of the sites where this struggle for and against a culture of the powerful is engaged.*”

como se os movimentos de cultura popular fossem sintéticos ao ponto de serem criados e multiplicados apenas em razão de um único impulso. Cultura popular não seria um “[...] passatempo popular, como caça a javali ou colecionar gnomos no jardim [...]” (HALL, 2006b, p. 361), mas uma das formas de tentar romper com os paradigmas que (des)vigoram a cultura popular.

Segundo Hall (2006b, p. 362):

Nós estamos olhando para a evolução da cultura popular através de um conjunto de transformações históricas importantes: uma mudança, não apenas de um passatempo para outro, mas entre épocas históricas. A luta de galo se tornou ilegal, não só porque não era ‘politicamente correta’ (nunca foi), mas porque alguns dos ‘politicamente corretos’ adquiriam os meios para impor hábitos e padrões de caráter mais urbano na vida rústica (implicando mudanças na lei e no estado) [...].⁴⁸

Fato é que os discursos dominantes em torno da cultura participativa parecem ser atrelados ao mesmo *status* anterior ao surgimento de plataformas como o *YouTube*. Apesar deste cenário, pontua Marília de Nardin Budó (2016, p. 485), que:

Se o direito de informar, há bem pouco tempo, era exercido, sobretudo, por jornalistas profissionais através de meios de comunicação comerciais, hoje é possível afirmar que ele atinge a sua quase plenitude, quando os meios técnicos de comunicação livre através da internet se tornam uma realidade. O cidadão digital aparece como figura central da chamada cibercultura, ainda que haja muitos questionamentos a respeito seja da exclusão digital, seja da real participação esclarecida dos indivíduos na internet.

Dessa forma, parte da cultura participativa, sob uma nova forma de fazer sociedade (LEMOS; LÉVY, 2010), parece tomar novos rumos, desvinculando-se à mera reprodução de um sistema já conhecido. A cultura erguida a partir de produções descentralizadas e veiculadas em sistemas culturais dinâmicos, como o *YouTube*, parecem abrir novos cenários à cultura participativa, visto que podem ser importantes contrapontos a estereótipos oriundos da produção cultural dominante. Neste sentido, destaca Ivana Bentes (2015, p. 59), que:

⁴⁸Tradução nossa do original: “*We are looking at the evolution of popular culture across a set of major historical transformations: a shift, not just from one pastime to another, but between historical epochs. cock-fighting was made illegal, not only because it was frowned on by the ‘polite’ (it always was), but because some of the ‘polite’ acquired the means to impose habits and standards of a more urban character on rustic life (implying changes in law and state) [...].*”

Vivemos um movimento singular e de mudança de eixo na produção cultural contemporânea, com a ascensão e a visibilidade da produção cultural vinda das periferias, subúrbios e favelas. Uma produção cultural deslocada, lateral, que traz consigo embriões de políticas públicas potenciais, com a possibilidade de redistribuição de riqueza e de poder, constituindo-se também como lugar de trabalho vivo e não meramente reprodutivo.

Contudo, nem tudo são rosas na produção cultural descentralizada. A assimetria entre estes novos atores midiáticos com os tradicionais atores midiáticos é uma barreira de difícil transposição, sobretudo pelas disparidades de poder econômico e ideológico. Apesar das dificuldades, vem notando-se certa transformação na cultura participativa, com a ocupação de novos espaços por parte de culturas descentralizadas, sobretudo por intermédio das novas formas de comunicação, como a internet.

Produzir conteúdo independente de enfrentamento à estrutura social e política é tarefa árdua, e alguns canais no *YouTube* vem tendo certo êxito, como o caso da Ponte Jornalismo. Em um universo em que o apelo aos discursos punitivistas parece hegemônico, certos grupos apontam caminhos possíveis à ruptura deste *status quo*, reestruturando a produção cultural e a cultura participativa a partir da ebulição de múltiplas lideranças (coletivamente) que, se organizadas, podem minimizar as assimetrias diante de grupos hegemônicos.

PARTE 2 CAMINHO METODOLÓGICO

Nesta parte da investigação, descreverei o caminho metodológico para explicar as operações que levaram à escolha da pesquisa de campo de abordagem qualitativa. Em seguida, detalharei as etapas e as operações para a escolha do material de análise, as técnicas de análise e estratégias de estudo, e a definição das categorias. Por último, apresento os referenciais teóricos que me nortearam durante toda a execução dessa investigação. Alguns deles já contribuíram às análises introdutórias sobre representações da violência e das práticas discursivas, enquanto os demais guiarão às análises derivadas da pesquisa de campo, nas partes 3 e 4.

2.1 Metodologia de pesquisa

Sucintamente, esta investigação consiste numa pesquisa empírica de abordagem qualitativa. A escolha da pesquisa empírica se baseia na noção de que “[...] a produção de dados empíricos permite que sejam (re)avaliados os rumos das ciências criminais, constituindo uma ferramenta importante para a reprodução e para a transformação do sistema de justiça criminal.” (BRAGA, 2014, p. 52).

De abordagem qualitativa, esse trabalho tenta não se limitar às hipóteses e às categorias pré-formuladas pois, conforme melhor detalhado nos itens sobre as **“Estratégias de estudo e categorias”** e as **“Etapas e linhas de Análise”**, trabalho prevalentemente no intento de que o próprio campo me mostre os caminhos para a constituição das categorias, conforme os conselhos de Ana Gabriela Mendes Braga (2012, p. 121), de que “[...] o desenho da pesquisa molda-se com o desenvolvimento da própria pesquisa, e a coleta de dados interfere diretamente na maneira de interpretá-los.”

Sob a noção de que “[...] a metodologia analítica surge a partir da insatisfação [...]” (BECKER, 1999, p. 25), o caminho desta pesquisa consiste num esforço de investigação e produção empírica dedutiva-indutiva⁴⁹ (CAPPI, 2017, p. 395), tendo como base a observação de importante e contemporânea fonte de

⁴⁹Para Ricardo Cappi (2017, p. 395): “Dedução e indução são operações lógicas realizadas pela pesquisadora e pelo pesquisador para chegar à produção de conhecimento. Assim, a dedução refere ao método utilizado mais tradicionalmente na ciência – e nas ciências sociais – cujo objetivo é, em geral, a verificação de hipóteses elaboradas a partir de um marco teórico preestabelecido. Já a indução prevê um outro tipo de operação cognitiva: as hipóteses são geradas a partir das emergências da observação.”

conteúdo midiático: o *YouTube*. A escolha deste meio se justifica pois este espaço conta com mais de um bilhão de usuários, quase um terço dos usuários da *internet* e a cada dia recebe bilhões de visualizações⁵⁰, e desde seu surgimento vem sendo a principal ferramenta de divulgação de vídeos na internet. Segundo Ivana Bentes (2015, p. 123):

O *YouTube* consagra a produção amadora, anônima, seja ordinária ou extraordinária, desconfigurando a ideia do que é “noticiável” ou do que merece ser visto, segundo os manuais do jornalismo ou da TV. Cria, ao mesmo tempo, a televisão de uma só pessoa e a televisão da multidão, em que o mais singular surge de um coletivo, sem um culto específico da autoria, estimulando uma produção gigantesca de imagens, discursos produzidos de forma barata e imediatista e com usos, propostas, estéticas de extensas variedades, mas também de grande redundância e repetição.

Neste sentido, o *YouTube* surge como grande subsídio para esta investigação, pois essa plataforma de vídeos permite a experiência de construir uma própria base de análise através de mecanismo de busca de classificações por relevância, data de envio, contagem de visualizações e avaliações. Tendo, ainda, a possibilidade da criação de subcategorias, por meio da análise da data de envio (qualquer data, ao vivo, hoje, essa semana, este mês) e duração (todos, curto com menos de quatro minutos e longo com mais de 20 minutos).

De posse alguns destes instrumentos e a partir do conceito de hegemonia de Gramsci, busquei selecionar um canal que pudesse representar formas contra-hegemônicas de representar a(s) violência(s), por meio principalmente de narrativas independentes e abordagem contestadoras. Assim, considerando que a pesquisa foi desenhada tendo o *YouTube* como base inicial de observação, passo a descrever as operações realizadas dentro desta plataforma que me fizeram definir a Ponte Jornalismo como o objeto de análise do presente trabalho.

2.1.1 Recorte do campo: Ponte Jornalismo

Percorri um longo caminho até chegar a Ponte Jornalismo. De início, procurei identificar alguns canais no *YouTube* que envolvessem a temática crime. Para tanto, apliquei a palavra-chave “crime” na ferramenta de busca do *YouTube*. Como resultado preliminar desta pesquisa exploratória meramente quantitativa (no que se

⁵⁰ Dados extraídos da página “Estatísticas” do site *YouTube*.

refere a relação visualizações/assinantes), tive dificuldades em encontrar material relativo à investigação, uma vez que por se tratar de uma plataforma com milhões de vídeos lá alocados, quando lançado a palavra-chave “crime” aparecem milhares de vídeos desconexos à temática, relacionados, por exemplo, à músicas, *games* e novelas.⁵¹

Assim, necessitando refinar os métodos de coleta de dados, decidi explorar a plataforma – a partir de minha própria bagagem de conhecimento daquele instrumento, passando a navegar de canal a canal, em busca de materiais que me despertassem algum interesse. Com isso, iniciei buscas de canais brasileiros, hospedados no *YouTube*, que tivessem como maior temática as questões envolvendo o “crime” e a “criminalidade”. Como consequência, encontrei dois canais que tinham relevantes quantidades de visualizações e assinantes (Admiradores da Rota e Apoio Policial Oficial), contudo, guardavam entre si a semelhança por promoverem vídeos voltados ao escracho de determinadas pessoas (geralmente supostos autores de supostos crimes); à valorização da atividade policial; e ao enfoque às cenas de violência física ou verbal, algo que iria contrário ao que tencionara investigar.

Através da breve análise desses canais, notei que para alcançar uma problematização mais profunda das representações da violência na mídia era necessário analisar outras leituras sobre a violência, que não fossem apenas relacionadas à perspectiva dos dois canais acima citados. Assim, a partir do conceito gramsciano de (contra-)hegemonia, me lancei a procurar canais envolvidos com a temática “violência(s)” (não apenas crimes) que tivessem narrativas independentes e abordagem contestadoras, e que pudessem representar uma tentativa de escapar dos discursos midiáticos voltados a rotular a violência como exclusividade da favela e dos negros, ou seja, que pudessem mostrar a violência por outros ângulos, principalmente aquela vinda do próprio Estado.

Como consequência, encontrei dois canais aparentemente relacionados à perspectiva (contra-)hegemônica das práticas discursivas em relação à violência: Ponte Jornalismo e a Mídia Ninja⁵². Ambos canais, me pareceram – ainda durante

⁵¹Segundo o próprio *YouTube* são aproximadamente 14.300.000 de vídeos relacionados a palavra-chave “crime” no Google. Proveniente do termo em latim *crimen*, várias outras línguas também fazem uso da expressão “crime”, o que infla ainda mais os resultados, inviabilizando as análises, uma vez que pretendia analisar somente vídeos provenientes do Brasil.

⁵² A Mídia Ninja trata-se de canal voltado ao mídia-ativismo ao produzir conteúdos em forma de crônicas eminentemente subjetivas e com viés sociopolítico. O canal trata-se de um espaço coletivo

esta pesquisa exploratória prévia – um contraponto a maneira tradicional de cobrir a(s) violência(s), sobretudo ao denunciar as violências cometidas pelo Estado e de seus sistemas (penal, de justiça etc.).

Assim, pensando numa perspectiva de adequação do recorte metodológico e de potencialidade das análises, escolhi a Ponte Jornalismo por entender que ela é quem pode melhor representar um movimento de resistência na disputa de narrativas em relação aos discursos de violência, proporcionando visibilidade pública a novos repertórios. A opção pela Ponte Jornalismo se dá apesar de sua limitada⁵³ repercussão diante de outros canais que abordam a temática “violência(s)”. A Ponte me pareceu representar a violência a partir de perspectivas diferentes quando comparado com outros canais do *YouTube* ou com outros veículos de comunicação da rádio ou TV.

Desse modo, a Ponte Jornalismo foi escolhida porque representa outras formas de abordar e pensar a(s) violência(s), não servindo ao poder formal – como parece acontecer com a maioria das empresas de rádio e a televisão.

2.1.2 Estratégias de análise e categorias

Por meio do *YouTube*, esta investigação recorre à estratégia da observação para melhor desenhar os passos a serem tomados após a escolha do tipo de pesquisa (empírica) e da amostragem (os vídeos da Ponte Jornalismo). Como explicitado no tópico acima, essa investigação parte de inquietações que me levaram inicialmente a fontes e lugares tão abrangentes e contraditórias que impediriam que pudesse mergulhar especificamente em um fenômeno, o que fatalmente poderia alongar e expandir a pesquisa para horizontes incertos e fronteiras de difícil delimitação.

A partir das percepções e contribuições de Eduardo Carlos Bittar (2012) e Maíra Machado (2013, 2017), tomei conhecimento da necessidade de reduzir e

formado por uma rede descentralizada de colaboradores com atuação em diversas regiões do Brasil. Por se tratar de uma rede colaborativa, parece não haver hierarquização na relação das pessoas envolvidas.

⁵³ Poderia ter escolhido outros canais com maior repercussão, como por exemplo, Admiradores da Rota e Apoio Policial Oficial. Ambos canais exploram a temática “violência” em seus vídeos, possuindo em 15 de outubro de 2017, respectivamente, 103.516 mil e 133.266 mil assinantes; e 17.349.781 milhões e 59.156.357 milhões de visualizações. Enquanto, no mesmo período, a Ponte Jornalismo contava com uma quantidade não informada de assinantes; e 3.384.136 visualizações. Acontece que minha escolha pela Ponte Jornalismo não deu-se exclusivamente sob uma ótica quantitativa, mas, a partir do conceito de hegemonia de Gramsci busquei selecionar o canal que me pareceu mais próximo a uma perspectiva anti-punitivista, e, este foi a Ponte Jornalismo.

delimitar minhas fronteiras, restringindo a pesquisa somente a um canal, a Ponte Jornalismo. Isto se deu porque os outros canais⁵⁴ inicialmente pensados para as análises, apesar de inseridos em um mesmo contexto pós-moderno de ocupação das mídias, possuíam estratégias e abordagens diametralmente opostas às perspectivas que inicialmente tencionara a analisar (o meu ponto de partida), o que dificultaria (senão, impossibilitaria) toda a organização do estudo, uma vez que para tratar de perspectivas tão antagônicas seria necessário um prazo maior à pesquisa.

Assim, optando em analisar o fenômeno da cobertura midiática contra-hegemônica em relação ao crime no ambiente do *YouTube* escolhi alguns vídeos da Ponte Jornalismo como objeto de estudo por entender que este canal ocupa um lugar especial na rearquitetização das representações das violências pela mídia através da internet.

Até a tomada de decisão de analisar a Ponte Jornalismo percorri alguns caminhos, e com o apoio fundamental de minha orientadora, Ana Gabriela Mendes Braga, fui desenhando e redesenhando inúmeras vezes não somente os passos a serem tomados bem como todos os desenhos que se impunham a cada passo que tomava.

Neste momento em que detalho brevemente este percurso e, agora, quando me deparo com os materiais que cheguei a analisar e acabei desconsiderando por romper os limites da pesquisa e todos aqueles que acrescentei por aceitar os giros que a própria pesquisa me trouxe, recorro as palavras de André Cellard (2010, p. 303) para amparar essa(s) escolha(s):

A escolha de pistas documentais apresentadas no leque que é oferecido ao pesquisador, deve ser feita à luz do questionamento inicial. Porém, as descobertas e as surpresas que o aguardam às vezes obrigam-no a modificar ou a enriquecer o referido questionamento.

Desse modo, trabalhando com um contexto de outros discursos possíveis nas novas mídias (*YouTube*), e tendo alguns vídeos da Ponte Jornalismo como material de análise, passo a ter margem para encarar mais uma camada (MACHADO, M. R., 2013, 2017) desafiadora neste procedimento, que é a definição e nomenclatura das categorias de análise, ou seja, o terreno mais profundo e problematizante a ser enfrentado pela investigação.

⁵⁴Admiradores da Rota e Apoio Policial Oficial.

Neste processo foram analisados **os dez vídeos⁵⁵ mais visualizados produzidos pela Ponte Jornalismo**, com o propósito de se alcançar a formação de categorias de análise para agrupação de “[...] elementos, ideias e expressões em torno de conceitos capazes de sintetizar a análise dos estudos de casos selecionados.” (ALVARENGA NETO; BARBOSA; CENDÓN, 2006, p. 10). Essa primeira escolha dos vídeos de maneira quantitativa, ou seja, considerando apenas os dez vídeos mais acessados do canal, se justifica porque esse recorte foi precedido de algumas análises preliminares, detalhadas no item acima, onde pude perceber que a maioria dos vídeos da Ponte se relacionava com as abordagens pensadas no ponto de partida deste trabalho, ou seja, giravam em torno de outras formas de representação das violências.

Como os dez vídeos mais visualizados se conectavam com o propósito deste trabalho decidi escolhê-los por representarem os materiais mais acessados pelo público da Ponte. Ainda que pudesse encontrar outros vídeos relacionados ao tema no canal, optei por escolher os vídeos mais visualizados numa tentativa de “tomada de distância” ao não escolher individualmente cada um dos vídeos a serem analisados. Obviamente, que esta “não-escolha” individual dos vídeos também trata-se de uma escolha metodológica, sendo tomada após a constatação de que todos os dez vídeos mais visualizados tinham conexão com objetivo da pesquisa.

Em vista deste posicionamento de escolha dos dez vídeos mais visualizados, assumi o risco de que o campo também me “tapeasse” ao direcionar-me a vídeos com maior visualização em razão da presença de personalidades ou de assuntos polêmicos. De fato alguns dos vídeos selecionados contam com essas características, contudo, a partir do conhecimento teórico e prático do campo midiático, somado às percepções da pesquisa preliminar à escolha dos dez vídeos mais visualizados, restou-me claro que não são muitas as possibilidades de escolhas menos comprometedoras quando se busca uma contribuição original às discussões criminológicas.

Dessa forma, no intento de sistematizar o vídeos escolhidos, elaborei algumas categorias de análises, no intento de tentar “[...] descobrir todos os tópicos que são abarcados pela pesquisa, mesmo que tangencialmente.” (BECKER, 2014, p. 194).

55 Serão considerados apenas os vídeos relacionados à temas que envolvam algum tipo de violência.

QUADRO 2 – CATEGORIAS

Categorias	Síntese
Raça	Voltada a compreender como a Ponte Jornalismo articula sua cobertura em relação à raça.
Pessoas trans e travestis	Dirigida a analisar aspectos relacionados a questões envolvendo pessoas trans e travestis. Observar-se-á a forma, a linguagem e a construção da representação das pessoas trans e travestis na Ponte Jornalismo, com a discussão sobre “quem fala, para quem fala”.
Denúncias da violência estatal	Neste momento será analisada a forma como a Ponte Jornalismo atua em relação às denúncias de violência estatal. Observar-se-á especialmente às perspectivas adotadas (se violentas ou anti-violentas, se punitivistas ou anti-punitivas).

Fonte: Elaborado por Hilbert Reis Silva.

A produção de parte dessas categorias veio principalmente das impressões trazidas do campo, uma vez que tentei não encaixar os vídeos em categorias preestabelecidas, **permitindo com que os vídeos me mostrassem caminhos para**

criação das categorias, de modo prevalentemente indutivo, no intento de não cair na armadilha sinalizada por Alvino Augusto de Sá (2014, p. 158-159):

Nós não podemos ceder ao apelativo urgente para uma análise e compreensão profundas da realidade (no caso, da realidade da violência, do crime e do criminoso), a partir de categorias racionais ‘claras’ e ‘objetivas’, mas também acomodatórias, cuja ‘clareza’ e ‘objetividade’ nos dão segurança e conferem ao nosso discurso aquele impacto desejado [...] Se conseguirmos transcender a bipolaridade dessas categorias, talvez possamos, não simplesmente enxergar outras coisas na realidade, mas enxergar uma outra realidade nas coisas.

A partir dos vídeos pude perceber uma diferença substancial de abordagem da Ponte Jornalismo em relação a alguns temas e personagens quando comparado com a mídia tradicional e hegemônica⁵⁶, de modo que decidi categorizar **raça e pessoas trans e travestis** que, derivados do *corpus* empírico observado, apareceram como marcos importantes para a amostra principalmente por guardarem estreitas relações baseadas em desigualdades de direitos, processos de criminalização, violência e invisibilidade. Como este trabalho trata-se de um estudo sobre as representações das violências e considerando a perspectiva crítica adotada, considerei que não poderia deixar de deslocar meus olhares aqueles temas e personagens mais atingidos pelas representações sociais e midiáticas.

Por essa mesma razão, mas através de um procedimento um pouco distinto, num movimento dedutivo-indutivo, desenvolvi a terceira categoria **Denúncias da violência estatal**. Esta categoria, diferente das demais que foram produzidas exclusivamente a partir dos achados empíricos, desenvolveu-se influenciada sobretudo pelos debates produzidos no “Seminário Justiça e Realidade Brasileira”, mais especificamente na palestra “Criminologia e sistema de justiça criminal em uma perspectiva feminista”⁵⁷, de Carmen Hein Campos e Ana Gabriela Mendes Braga, onde houve a reflexão de que muitas vezes certas classes ou grupos minoritários ao conviverem mais diretamente com as **violências do Estado** buscam no próprio Estado reconhecimento penal-estatal, não desejando o recrudescimento penal, mas como forma de denúncia das seletividades do sistema penal.

56 Tal percepção se deu baseada na comparação com outros trabalhos que trataram exclusivamente os modos de cobertura da mídia tradicional, como o caso da pesquisa de Elizabeth Rondelli (1998).

57 A palestra “Criminologia e sistema de justiça criminal em uma perspectiva feminista” ocorreu no dia 20 de setembro de 2017, na Faculdade Direito da Universidade de São Paulo (USP), campus Ribeirão Preto, São Paulo.

E, assim, se operou em alguns dos vídeos da Ponte, onde pude perceber que mesmo onde havia o pedido de reconhecimento do sistema penal, as práticas discursivas geralmente não se relacionavam à punição, ou seja, parecendo que a contra-hegemonia das práticas discursivas se operava até através dos pedidos de reconhecimento do sistema penal, sobretudo quando essa reivindicação vem de/para minorias. À vista disso, optei em criar essa terceira categoria **Denúncias da violência estatal**, influenciado pelos debates teóricos citados acima, e por perceber que dentro dos vídeos selecionados existiam alguns vídeos – apesar serem anti-punitivistas e anti-violentos – que representavam as violências do Estado, com base geralmente na denúncia da seletividade do sistema penal.

Assim, especificamente na produção desta terceira categoria, considerando o primeiro movimento prevalentemente dedutivo oriundo dos debates teóricos, tentei não atuar com eventuais conceitos preestabelecidos, com o intuito primordial de que as noções transportadas dos debates externos ao campo não viessem a limitar os achados do campo. Isto se justifica porque ainda que tenha feito um primeiro movimento dedutivo na produção desta categoria, somente houve a sua consolidação após a observação da realidade empírica, consubstanciado numa vertente indutiva.⁵⁸ Desse modo, esta terceira categoria assumiu um caminho diverso em relação as outras duas outras categorias, sem deixar de comungar do mesmo “chão empírico”.

Com efeito, a organização dos vídeos nessas três categorias permitiu-me uma maior sistematização na análise dos vídeos, o que não descarta a possibilidade da abordagem de outras conjunturas dentro ou fora dessas próprias categorias, uma vez que, como dito, os materiais são dinâmicos e guardam nuances que por vezes podem ocultar ou despertar novos sentidos.

2.1.3 Etapas e linhas de análise

Diante da necessidade de melhor delimitar meu campo de análise, tive que adotar algumas estratégias para compreender a maneira como as representações da violência eram retratadas na mídia. A princípio, pensei que poderia nesta

⁵⁸ Neste sentido, de acordo com Riccardo Cappelletti (2017, p. 395): “O caráter prevalentemente dedutivo ou prevalentemente indutivo da pesquisa se deve à escolha do lugar de partida num processo concebido, necessariamente, como circular.”

investigação trabalhar com quatro canais⁵⁹ de perspectivas totalmente antagonistas, mas no decorrer da pesquisa exploratória e, sobretudo por conta de sugestões em minha banca de qualificação⁶⁰ pude, primeiro, compreender que deveria tentar mergulhar em apenas uma realidade de análise⁶¹ e, segundo, que deveria explorar a realidade motivadora da pesquisa, ou seja, a(s) forma(s) contestadora(s) de retratar as representações da violência. Diante deste quadro, reduzi meu campo de análises de alguns vídeos do canal da Ponte Jornalismo aproximando-me da realidade que foi a força motriz para a criação dessa investigação.

Assim, procurei estabelecer algumas linhas para tratar as análises dos dez vídeos selecionados da Ponte Jornalismo porque notei que cada um desses vídeos abordava assuntos e demandas diferentes, contudo possuíam conexões capazes de formarem categorias de análise.

Confesso que em um primeiro momento pensei que poderia trabalhar com vídeos a partir de categorias pré-definidas a partir de minhas leituras teóricas e daquilo que já tinha visto ser experimentado em outros trabalhos acadêmicos, contudo, foi somente após as fases preliminares de escolha da Ponte Jornalismo e da definição dos dez canais que pude perceber a complexidade da realidade que cerca e preenche os vídeos da Ponte Jornalismo, onde a cada giro da câmera brota uma nova demanda por reconhecimento(s) ou uma nova denúncia de ofensa contra direito(s).

Por conta disso, percebi que deveria me atentar mais ao que o campo tentava me dizer, ainda que as vozes que dele ressoassem fossem maiores que os limites que tentava impor à pesquisa. Diante deste cenário, tomei as seguintes decisões:

[Passo primeiro]

Primeiro realizei uma pesquisa exploratória para tentar entender as origens e compreender como deu-se a criação da Ponte Jornalismo. A realização deste passo

59 Admiradores da Rota, Apoio Policial Oficial, Mídia Ninja e Ponte Jornalismo.

60 Composta por minha orientadora Ana Gabriela Mendes Braga, professora Marília de Nardin Budó e professor Paulo César Corrêa Borges.

61 Pelas dificuldades em traçar comparações diretas entre os canais Admiradores da Rota, Apoio Policial Oficial, Mídia Ninja e Ponte Jornalismo.

me ajudou na reflexão, realizada mais à frente, em relação as representações da violência no canal. Penso que seria mais difícil significar o conteúdo dos vídeos do canal se, preliminarmente, não tivesse explorado os pontos de partida do canal.

[Passo segundo]

Feito isso, parti propriamente para a análise do conteúdo dos vídeos da Ponte. Inicialmente, criei uma tabela⁶² onde pudesse visualizar algumas informações básicas mas imprescindíveis, como o título e alguns aspectos quantitativos dos vídeos;

[Passo terceiro]

Passei então a atuar na transcrição integral dos vídeos selecionados, destacando e separando as principais passagens de cada vídeo⁶³, no exercício duplo de observar e interpretar. Este procedimento me ajudou a observar aquilo que considere ser as **principais passagens de cada vídeo**, uma vez que com o texto transcrito pude analisar com mais calma o que de fato as cenas e os personagens queriam dizer. Tratou-se de uma escolha particular, uma vez que poderia simplesmente ter analisado os vídeos a partir do material audiovisual;

– Nesta fase, importava-me compreender onde a abordagem da Ponte Jornalismo se diferenciava de outras abordagens possíveis. Aqui, especialmente, aprofundi-me em leituras de alguns outros trabalhos que analisaram as práticas discursivas midiáticas (RONDELLI, 1998; ROMÃO; GASPARI, 2008; GODIN, 2017a). Essa fase mostrou-se especialmente importante porque pude trazer novamente à baila alguns aspectos que havia deixado de lado quando decidi limitar a pesquisa aos vídeos da Ponte Jornalismo. Assim, ainda que Admiradores da Rota e Apoio Policial Oficial foram desconsiderados pelas razões explicitadas no tópico acima, através destas leituras pude me (re)aproximar a outras formas de representação da(s) violência(s), mesmo que não especificamente em relação aos canais mencionados.

⁶² Documento disponível nos apêndices deste trabalho.

⁶³ Como tratam-se de 10 vídeos num total aproximado de 100 minutos, considere que transcrever na íntegra todos os vídeos me gerariam conteúdo em demasia que inevitavelmente seria parcialmente descartado. Assim sendo, optei em reduzir o material transcrito às principais passagens de cada vídeo. Defino como principais passagens todas as cenas onde 1) havia conteúdo relacionado as diversas formas de representações das violências; 2) os discursos contestadores mostravam-se mais fortes; 3) o ciberativismo da Ponte exibia-se frente às tentativas de silenciamento (por outros grupos organizados ou pelo Estado).

[Passo quarto]

Tentando dar sistematicidade e organização à pesquisa, criei uma tabela com base nas categorias anteriormente apresentadas, destacando e agrupando textualmente as principais passagens de cada vídeo de acordo com sua categoria. Tais categorias não foram criadas a partir de uma imposição “autor-campo”, mas decorreram de uma relação “campo-autor-campo”, onde através do próprio campo e, após a transcrição completa dos vídeos, pude identificar que certos vídeos poderiam ser agrupados de maneira orgânica, ou seja, a partir daquilo que eles próprios representavam e não daquilo que importava a eles. É claro que como toda definição de categorias a **subjetividade** de quem escreve está presente nesta decisão. Como exemplo, certos vídeos que estão inseridos dentro da categoria “raça” poderiam ser codificados dentro da categoria “pessoas trans e travestis” ou mesmo dentro da categoria “denúncias da violência estatal” e vice e versa. Contudo, o que quero demonstrar é que não cheguei simplesmente com categorias prontas e “encaixotei” o campo. Esse processo, na realidade, seguiu a seguinte montagem, a partir:

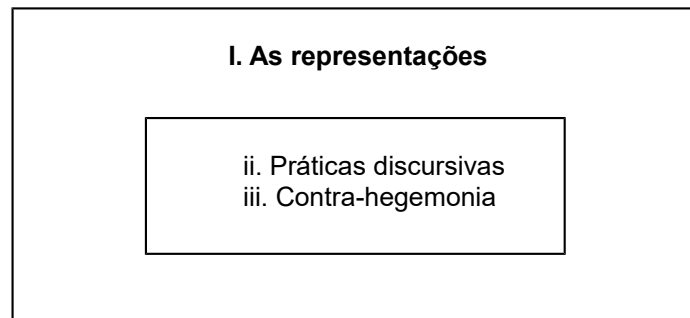
- (i) da curiosidade inicial;
- (ii) do campo;
- (iii) do objetivo estabelecido no início da pesquisa;
- (iv) da bagagem teórica pretérita e presente;
- (v) minha expectativa de resultados.

Como efeito deste processo, pude perceber que grande parte dos vídeos da Ponte mantinham uma relação estreita e articulavam aspectos relacionados à “raça”, “pessoas trans e travestis” e “denúncias da violência estatal”, razão pelo qual, a partir dos (ii) achados do campo somado (iii) à bagagem teórica e (iv) as expectativas de resultados, decidi codificá-los em forma de categorias.

[Passo quinto]

Feita a categorização dos vídeos, passei a me concentrar no trabalho conjunto e dirigido de analisar mais detalhadamente o material audiovisual e transcrito, considerando o seguinte plano de análise:

QUADRO 3 – PLANO DE ANÁLISE



Fonte: Elaborado por Hilbert Reis Silva.

Este plano de análise refere-se ao roteiro ao qual me propus seguir para a análise dos vídeos. Com base nos apontamentos teóricos da Parte 1 desta dissertação e em razão da riqueza da complexidade da realidade, decidi que seria necessário analisar os vídeos a partir de algumas prioridades, uma vez que a maioria dos vídeos traziam um caldeirão de informações que poderiam me gerar inúmeras discussões igualmente problemáticas à proposta, mas que inevitavelmente me fariam perder o rumo traçado no objetivo da pesquisa. Desse modo, em observância especialmente às percepções de Serge Moscovici (1976, 2003), de Michel Foucault (1996^a, 1996b, 2002, 2008), de Norman Fairclough (1989, 2001), de Antonio Gramsci (1999; 2000; 2001), de Stuart Hall (1997, 2001, 2006a, 2006b) e de Ivana Bentes (2015); e a partir da ideia de que este trabalho “[...] apresenta-se como resultado de uma escolha metodológica no decorrer do percurso de uma pesquisa [...]” (MACHADO, M. R., 2017, p. 363), passei a analisar os vídeos priorizando as percepções em relação: i. das representações (foco primário); ii. das práticas discursivas e iii. da contra-hegemonia (focos secundários).

Importante pontuar que não se trata de uma colocação rígida e hierarquia de percepções sobre o campo, mas refere-se aquilo que pretendo inferir sobre o campo. Sobre essa inferência, recorro a noção trazida por Lee Epstein e Gary King (2013, p. 43 apud MACHADO, M. R., 2017, p. 371) para melhor explicar o pretendido: “[...] [Inferir é] o processo de utilizar os fatos que conhecemos para aprender sobre os fatos que desconhecemos.”

[Passo sexto]

Depois desse longo percurso, de muitas idas e vindas, pude – enfim – me dedicar a parte mais interna desta pesquisa, a escrita do texto. Neste passo, conciliando o discurso do campo com o discurso teórico, tentei construir um texto onde teoria e campo dialogassem horizontalmente através de inserções de depoimentos transcritos do campo junto com inserções de perspectivas teóricas.

Nesta etapa, sucintamente, passei a escrever com o intuito de construir elos de diálogos onde a teoria seja instrumento às minhas limitações em interpretar o campo, e onde o campo seja o lugar onde possa encontrar respostas aos meus objetivos. Tratou-se da dupla missão de interpretar e reinterpretar, situação especialmente sensível à Parte 4 deste trabalho.

2.1.4 Referenciais Teóricos

A escolha do referencial teórico, como elemento essencial do desenvolvimento desta dissertação foi definido a partir da transdisciplinaridade que propõe este trabalho, tendo em vista que a tentativa de contribuição ao saber criminológico crítico perpassa necessariamente pelo diálogo franco entre autoras e autores do universo criminológico e de outras áreas das humanidades, como cientistas da comunicação, antropólogos e sociólogos. Para tanto, na primeira parte deste trabalho busquei constituir o *corpus* teórico com o intuito de construir um fundo teórico às minhas observações do campo, uma vez que antes de entrar propriamente nas análises do campo considerei necessário embasar uma série de denominações, classificações e características que trago especialmente na Parte 4 deste trabalho.

Assim, recorri a trabalhos clássicos da área das representações de Serge Moscovici (1976, 2001), Denise Jodelet (2003, 2008, 2011) e Roger Chartier (2002) no sentido de melhor delinear o que pretendo constituir como representações (da violência). Na tarefa de compreender como as representações são transformadas em práticas discursivas, baseei minhas atenções nas obras de Michel Foucault (1996a, 1996b, 2002, 2008), de Norman Fairclough (1989, 2001) e Teun van Dijk (1994, 1995a, 1995b, 1996, 1999). E, em vista da escolha do material e das discussões referente aos seus lugares e propósitos, empreguei os conceitos apresentados principalmente por Antonio Gramsci (1999, 2000, 2001), Stuart Hall

(1997, 2001, 2006a, 2006b) e de Ivana Bentes (2015) como forma de melhor desenhar o que pretendo significar quando me refiro à contra-hegemonia e ao ciberativismo. Ademais, especialmente na Parte 4 deste trabalho, no momento em que busco construir um diálogo calcado na relação campo e teoria, recorro especialmente a autoras e autores da criminologia críticos, pois

[a criminologia crítica] é quem mais se propõe a denunciar e desconstruir os problemas da criminologia etiológica e tradicional, a partir de uma análise mais ampla dos processos que compõe a realidade social e as manifestações de violência e da criminalidade, demonstrando a incidência das desigualdades de classe, do capitalismo, entre outros. (ORTEGAL, 2016, p. 528).

Dessa maneira, em razão da complexidade de se enveredar na compreensão das representações da violência a partir de uma pesquisa exploratória empírica que tem como base de análises um movimento contemporâneo e emergente, a transdisciplinaridade não se trata de uma opção pessoal e individual, mas de um fundamental caminho para a investigação, tendo em vista que a temática envolve universos plurais de sujeitos e práticas discursivas.

Escolhi majoritariamente autoras e autores que também interseccionam saberes e fazeres por entender, primeiro, pela necessidade de estender as fronteiras para além das pesquisas criminológicas em vista de que caminhos transdisciplinares exigem leituras transdisciplinares; e, segundo, pela própria realidade do campo, uma vez que ainda que tenha recortado o estudo às representações da violência, a interpretação dos dados do campo torna-se mais fluída quando realizada a partir de olhares plurais e da interação entre as diferentes áreas do conhecimento.

Resumidamente, a escolha do presente referencial trabalha no intento de estabelecer elos que tragam reflexões e caminhos capazes de analisar de maneira crítica os achados do campo, bem como tentar trazer caminhos ao desafio da reconstrução das representações da violência.

PARTE 3 A PONTE

O ponto de partida desse estudo foi o desejo de investigar a possibilidade da constituição de formas outras representações das violências no *YouTube*, que não fossem aquelas já conhecidas e relacionadas à mídia tradicional e hegemônica. No decorrer da pesquisa, lancei olhares a várias perspectivas e tratamentos à questão das violências, tendo inclusive tencionado inicialmente a analisar quatro canais do *YouTube* de perspectivas e abordagens diametralmente opostas, de um lado a Ponte Jornalismo e a Mídia Ninja; e de outro Apoio Policial Oficial e Admiradores da Rota.

Ocorre que a medida que avançava na observação destes canais, recordava do meu ponto de partida, que era investigar a possibilidade da constituição de formas outras representações das violências no *YouTube*, a partir principalmente de perspectivas anti-violentas, anti-punitivas, onde também as violências do Estado também fossem questionadas e denunciadas. Assim, por possuir um recorte temático voltado aos direitos humanos, à segurança pública e justiça, escolhemos a Ponte Jornalismo como objeto de análise porque dentre os quatro canais acima mencionados, foi o que pareceu mais próximo das práticas que pretendia investigar.

Neste sentido, mesmo possuindo práticas discursivas diferentes à grande maioria dos veículos de comunicação no que se refere à cobertura da temática violência, a Ponte Jornalismo ao se lançar no mundo da mídia-multidão⁶⁴ também traz consigo suas parcialidades refletidas em suas práticas, algo muito próximo com o que ocorre com outros canais do *YouTube*, como “Admiradores da Rota” ou a “Mídia Ninja”.⁶⁵

Caracterizada por linguagens e práticas discursivas desintonizadas às forças do poder, as produções da Ponte buscam valorizar as pessoas da periferia, os movimentos sociais, explicitando sua parcialidade em críticas constantes as diversas formas de repressão e seletividade do sistema. Diferentemente a mídia tradicional, a Ponte não se veste de imparcial tratando os diversos assuntos relacionados à

64 Expressão provavelmente criada por Ivana Bentes (2015, p. 15) que traduz-se na “[...] possibilidade de incluir o público na produção desse pós-jornalismo (que não descarta técnicas e práticas que sempre existiram, como a apuração, reportagem, pesquisa, edição, etc.).”

65 A “Mídia Ninja” inclusive chegou a ser objeto de análise de Ivana Bentes (2015), em sua célebre obra “Mídia-Multidão: Estéticas da comunicação e biopolíticas.”

segurança pública, justiça e direitos humanos de forma crítica ao, por exemplo, denunciar excessos de violência por parte de agentes do Estado ou acompanhar *in loco* manifestações reprimidas violentamente e truculentas reintegrações de posse. Composta em sua maioria por profissionais da área do jornalismo, a Ponte Jornalismo, mesmo possuindo uma formação mais profissional com a realização de reuniões de pauta e funções claras e estabelecidas, também pode ser considerado um veículo midiavivista⁶⁶ (BENTES, 2015) por:

[...] produzir uma comunicação em rede que faz alimentar novos gostos, novas agendas informativas e novos públicos, alargando assim o espaço público midiático, porque consegue hackear a atenção de narrativas que antes se concentravam no circuito de mídia. O midiavivismo é tipicamente a manifestação de uma monstruosidade comunicacional: são desenvolvidos por uma “pessoa qualquer” ou por pequenos “coletivos” [...]. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 15).

Assim como sugerido por Teun van Dijk (1995a), quando coloca que é possível o surgimento de formulações alternativas capazes de contrapor o poder, a Ponte parece atuar nessa trincheira de resistências às forças predominantes não porque para alguns possa defender uma “perspectiva de esquerda”, mas porque sua mobilização orgânica traz a tona potentes pessoas e denúncias que propositalmente são invisibilizadas na mídia tradicional. Como a mídia tradicional geralmente “oculta mostrando” (BOURDIEU, 2001) e só se interessa pelo excepcional (a eles), muitas vezes o que é mostrado na mídia tradicional ignora as vidas e as causas das pessoas não atreladas ao poder como se essas causas e essas vidas ordinárias não preenchessem os requisitos definidos pelo poder (BOURDIEU, 2001, p. 27-28).

Diferentemente da mídia tradicional, os vídeos da Ponte se confrontam com algo ou alguém (geralmente relacionado ao poder). Quando não são pessoas, são instituições. Por visibilizar pessoas esquecidas pela mídia tradicional, a Ponte consegue virar de ponta cabeça o tabuleiro das representações, ao deslocar a câmera à periferia (e não à elite); à violência do Estado (e não dos “pobres” ou dos negros”); aos manifestantes (e não aos policiais); às mulheres e às mães (e não aos homens ou as autoridades); aos negros (e não aos brancos).

⁶⁶ Para Ivana Bentes (2015, p. 14) “[...] o midiavivista não está em um protesto, ato, manifestação, apenas para fazer o registro (ou reportar) dentro de uma relação de trabalho. Ele é um corpo da multidão e a comunicação é uma das formas de mobilizar e organizar, expressar, essa multidão.”

A partir de linguagens emergentes e práticas discursivas compromissadas com a luta pela visibilidade de classes e pessoas ignoradas pelo poder e pelas denúncias do sistema (punitivo, seletivo etc.), a Ponte se projeta como um coletivo que tenta “ocupar” a mídia com outras leituras da realidade, já que:

A fartura de meios de produção e difusão de conteúdos, e as muitas oportunidades de participação do processo de comunicação propiciaram também que os usuários dispensassem os mediadores, aqueles que se interpunham entre o público e fontes de informação. O balcão que separava produtores de consumidores ficou poroso, vazado. (CHRISTOFOLETTI, 2014, p. 269).

Muito provavelmente baseados numa Insatisfação com o conteúdo distribuído pela mídia tradicional, a Ponte Jornalismo parece se guiar pela vontade de não fazer mais do mesmo, ou seja, de não reproduzir o conteúdo que os gera insatisfação.

Assim, a Ponte é um fenômeno voltado a contestar o sistema, a mídia tradicional e o Estado a partir do fortalecimento de pessoas invisíveis, de denúncias do poder e reivindicações voltadas à igualdade étnica, de gênero, ao multiculturalismo e à democracia real.

3.1 Quadro-resumo da Ponte Jornalismo

A seguir apresento o presente quadro com o intuito de exibir sucintamente alguns dados quantitativos sobre a Ponte Jornalismo, a partir das informações contidas no próprio canal.

QUADRO 4 – QUADRO-RESUMO

Nome do canal	Apresentação	Quantidade total de inscritos	Quantidade de visualizações	Data de criação do canal
Ponte Jornalismo	<i>Ponte é um canal de informações sobre Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos</i>	Não informado ⁶⁷	7.959.375 ⁶⁸	27/05/2014

Fonte: Elaborado por Hilbert Reis Silva.

De acordo com descrição do próprio canal, datada de 17 de junho de 2014, a Ponte Jornalismo assim se descreve:

PONTE é um canal de informações sobre Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos que surgiu da convicção de um grupo de jornalistas de que jornalismo de qualidade sob o prisma dos direitos humanos é capaz de ajudar na construção de um mundo mais justo. Queremos dar visibilidade a questões que passaram a ser omitidas pela mídia comercial, contar histórias que não estão no dia-a-dia, levar à sociedade informações sobre o que está silenciado e encoberto.⁶⁹

⁶⁷ Como o *YouTube* permite a não divulgação pública de dados sobre a quantidade de seguidores, essa informação encontra-se oculta no canal Ponte Jornalismo.

⁶⁸ Trata-se de valor ilustrativo com o intento de demonstrar a quantidade de visualizações totais do canal no momento da consulta pelo autor (PONTE JORNALISMO, 2017-2018).

⁶⁹ Opto, neste momento, coletar a definição informada pelo canal. A opção justifica-se por dar visibilidade a maneira como a própria Ponte apresenta-se aos seus assinantes ou visualizadores. Dessa forma, o texto da descrição trata-se da particular percepção dos criadores do canal, não havendo direta relação com as análises desta pesquisa.

3.1.1 Da necessidade do roteiro de apresentação

Em busca de conduzir a pesquisa de maneira ajustada àquilo que se propõe, após breve contextualização da Ponte, nesta etapa busco sistematizar melhor a apresentação do canal Ponte Jornalismo ao criar um roteiro destacando alguns aspectos mais objetivos sobre o canal. A medida funda-se no empenho em organizar a disposição e o modo de introdução do canal junto ao contexto de análise empírica-teórica. Dessa forma, dar sistematicidade à apresentação do canal trata-se da forma encontrada para apontar algumas características importantes para a contextualização das análises.

Em vista das várias tentativas de alcançar um roteiro de apresentação capaz de conduzir as principais características do canal, opto pela criação de um roteiro próprio (adaptado). Dessa forma, ajustou-se a adaptação ao roteiro apresentado em “Reintegração social: discursos e práticas na prisão – um estudo comparado” (BRAGA, 2012, p. 240).

3.1.2 Roteiro de apresentação e breves reflexões⁷⁰

I) Apresentação

- a) Título do canal
- b) Realizadores, idealizadores, parcerias e marcas
- c) Principais pautas

II) Síntese das atividades e mensagens

III) Algumas características estéticas dos vídeos⁷¹

3.1.3 A Ponte Jornalismo

I) Apresentação

- a) Título do canal

“Ponte Jornalismo”. O canal se propõe a trabalhar a partir de uma abordagem coletiva e independente, compartilhando materiais e produzindo conteúdos

⁷⁰ A identificação dos vídeos nesta fase será realizada pela data de publicação no *YouTube*. Todos os vídeos analisados estão categorizados e disponíveis nos apêndices da dissertação.

⁷¹ Busca-se a partir do material coletado, observar algumas características dos vídeos relacionadas à estética (narrativa e visual), autoria das imagens, ambientes retratados e práticas narrativas.

geralmente com viés jornalístico. Não há na descrição do canal ou nos vídeos explicações sobre a escolha do nome do canal. Compreendendo um pouco as práticas da Ponte, cogito que talvez o emprego da expressão “ponte” esteja relacionada a criação de elos, entre pontos de vistas distintos.⁷²

b) Realizadores, idealizadores, parcerias

A Ponte Jornalismo é uma rede de produção e compartilhamento de conteúdo midiático fundada e idealizada por um coletivo de pessoas, composta de repórteres, jornalistas, fotógrafos, videojornalistas, economistas, radialistas e professores.⁷³

Atualmente conta com 13 profissionais e nove pessoas colaboradoras fixas. Possuem também um colaborador *in memoriam*.⁷⁴ O canal apresenta como logotipo seu próprio nome “Ponte” em preto e branco. Ao lado do nome do canal, seguem as expressões “direitos humanos, justiça, segurança pública”, que são as bandeiras e os principais temas abordados pelo canal.

c) Principais pautas

A partir dos materiais analisados do canal Ponte Jornalismo identifica-se a cobertura de assuntos relacionados à violência, cultura e a luta contra preconceitos. Em geral, a Ponte compartilha vídeos produzidos pelo próprio canal, contudo, há também a presença de vídeos provenientes de câmeras de segurança e também vídeos produzidos por outras pessoas, programas ou instituições parceiras, como o programa “Hip Hop Brasil” (do canal Music Box Brazil) e a Pastoral Carcerária. Os vídeos da Ponte tratam geralmente de depoimentos de artistas; denúncias de violência policial; denúncias de agressões e torturas em penitenciária; cobertura de atividades e competições culturais; o acompanhamento de manifestações e ocupações; entre outras coberturas relacionadas aos direitos humanos, à justiça, e à segurança pública.

⁷² Segundo definição do Dicionário Aurélio, “ponte” seria: “Construção que liga dois pontos separados por um curso de água ou por uma depressão de terreno.”

⁷³ Os fundadores da Ponte Jornalismo foram André Caramante (repórter), Bruno Paes Manso (economista e jornalista), Caio Palazzo (fotógrafo e videojornalista), Claudia Belfort (jornalista), Fausto Salvadori Filho (repórter e jornalista), Joana Brasileiro, Laura Capriglione, Luís Adorno (jornalista), Maria Carolina Trevisan, Marina Amaral, Milton Bellintani (jornalista e professor), Natalia Viana, Paulo Eduardo Dias (jornalista e radialista), Tatiana Merlino, Rafael Bonifácio e William Cardoso (repórter e jornalista).

⁷⁴ Milton Bellintani, jornalista e professor.

A pauta dos vídeos parece dirigida ao olhar do mais vulnerável especialmente quando em situações de disputa e confronto com o Estado e seus representantes. Pude perceber que a Ponte Jornalismo não assume predileções partidárias (ainda que tencione mais à esquerda), mantendo uma certa “neutralidade” na cobertura de assuntos relacionados à política.

II) Síntese das atividades e mensagens

A Ponte Jornalismo inscreveu-se e publicou seu primeiro vídeo no *YouTube* em 27 de maio de 2014. De lá para cá, a Ponte se tornou um importante veículo alternativo e livre na construção de narrativas midiáticas emergentes a partir do colaborativismo entre diferentes profissionais da área das comunicações e sociais. Com uma câmera na mão, as pessoas repórteres da Ponte aparentam possuir liberdade para produção do conteúdo ainda que frequentemente sejam realizadas reuniões de pauta⁷⁵ entre os membros da Ponte.

A Ponte Jornalismo atua em várias frentes no campo das disputas narrativas, sendo as denúncias de violências (sobretudo do Estado) e os excessos policiais algumas das questões mais tratadas pelo canal. Diferente da mídia tradicional que geralmente se vale dos relatos oficiais e de autoridade para a constituição de suas narrativas, a Ponte na contramão deste movimento, geralmente conduz os debates a partir dos olhares dos mais vulneráveis, buscando ouvir às vítimas da violência do Estado na tentativa de construção de narrativas polifônicas orientadas à compreensão do contexto de violações e denúncias. Aparentemente, a Ponte Jornalismo não conta com uma linha de produção voltada à filtragem de conteúdo, o que permite às pessoas colaboradoras uma maior liberdade e independência na maneira de produzir conteúdos para o canal.

A Ponte Jornalismo, em paralelo, também atua em frentes relacionadas à cultura e à luta contra preconceitos, buscando visibilizar quem pouco é visibilizado. Os vídeos da Ponte em geral trazem pessoas e movimentos sociais pouco vistos na mídia tradicional (senão quando cometem ou são vítimas de crimes), como moradores de ruas, usuários de *crack*, pessoas presidiárias e movimentos sociais como o Movimento dos Sem-Terra (MST).

⁷⁵ A informação de que a Ponte Jornalismo realiza reuniões de pauta com frequência, aos sábados, tratou-se de contribuição trazida pela Prof. Dra. Maíra Machado (PONTE JORNALISMO, 2018) durante a realização da Banca de Defesa desta dissertação.

Assim, em síntese, a principal mensagem parece residir na possibilidade de construção de narrativas independentes a partir da visibilidade de certos grupos e pessoas ignoradas por grande parte da mídia e da sociedade, além da valorização dos direitos humanos e da justiça.

III) Algumas características estéticas dos vídeos

Os vídeos da Ponte em geral apresentam-se de maneira pouco rebuscada, uma vez que a câmera em movimento, na mão do repórter-cinegrafista, é uma marca do canal. “Midialivrista” e “midiativista” (BENTES, 2015) são duas expressões que podem caber ao *modus operandi* do canal, uma vez que a Ponte produz, filma, edita, narra, entrevista e contextualiza a realidade a partir de posições aparentemente livre de amarras ideológicas e políticas, atuando em lugares de disputa, em meio a manifestações, mas sempre do lado dos mais inviabilizados e dos criminalizados pelo sistema. Neste sentido, tão como sugere Ivana Bentes (2015, p. 16) à Mídia Ninja, a produção da Ponte “[...] funciona muito mais como crônicas, parciais e subjetivas, do que textos informativos.”

A prática da Ponte é prática da contestação, e a estética da Ponte é a estética da contraposição. Assim, se a mídia tradicional noticia sobre uma reintegração de posse a partir das leituras oficiais disponíveis e disponibilizadas pelos agentes do judiciário e da polícia, a Ponte o fará a partir dos posseiros, dos ocupantes ou dos manifestantes; se a mídia representa a violência a partir das barricadas, dos gritos de resistência e da luta pela moradia digna, a Ponte o fará a partir da truculência estatal, dos disparos de tiros de gás lacrimogênio por parte de policiais e da não observação por parte dos agentes do Judiciário do direito à moradia digna. Em outras palavras, os vídeos da Ponte são as outras histórias escondidas por trás das histórias oficiais.

Quanto ao aspecto estético no que se refere à apresentação visual, as produções da Ponte apesar de serem geralmente caracterizadas pela “câmera-ação” apresentam conteúdos produzidos com certa qualidade de imagem e som, quebrando o senso comum de que conteúdo independente é “tosco” no que se refere a qualidade técnica das produções. O zelo pela imagem não se faz ausente nem quando a personalidade midiativista do canal está na sua versão mais afluada,

quer dizer, nem quando as imagens são capturadas a partir de celulares ou câmeras durante ocupações ou protestos.

A Ponte Jornalismo, diferente de outros canais midiativistas⁷⁶, geralmente divulga a autoria dos vídeos veiculados em sua plataforma no *YouTube*, principalmente quando realizado pelas pessoas colaboradoras fixas. Apesar de a autoria ser informada nos créditos e/ou na descrição do canal, em nenhum dos vídeos analisados é possível identificar os rostos dessas pessoas colaboradoras. Ademais, considerando que pode haver influência de edição, aparentemente são raros os momentos onde há intervenções verbais diretas dessas pessoas. De todos os vídeos analisados, as intervenções verbais diretas geralmente se deram à contagotas, ou seja, por meio de pequenas perguntas, indagações, comentários e observações com o objetivo mais de esclarecer sobre alguma omissão ou dúvida do que direcionar a entrevista ou a reportagem.

Os lugares por onde percorrem as câmeras da Ponte geralmente são espaços de disputa. As câmeras da Ponte penetram no meio de passeatas como um sujeito em ação; embrenham-se em desavenças entre os poderes público e privado; sofrem hostilizações por parte do Estado e/ou de outros grupos organizados; ocupam escolas, prédios e praças junto a pessoas que lutam por direitos; enfim, as câmeras da Ponte representam um mundo de disputas a partir da visão da Ponte, parcial, porém independente.

Assim, as estéticas dos vídeos da Ponte são resultados da proposta independente do canal, tendo como principais mensagens a luta por direitos.

76 Como, por exemplo, a Mídia Ninja.

PARTE 4 CENAS MIDIÁTICAS: UMA PONTE À OUTRAS REPRESENTAÇÕES

Meu objetivo nesta parte do trabalho consiste em descrever e analisar os vídeos selecionados da Ponte Jornalismo à luz da criminologia crítica⁷⁷ e de outras perspectivas críticas das áreas das ciências sociais aplicadas. Pretendo referir-me, majoritariamente, a aspectos relacionados às práticas discursivas, à contra-hegemonia em relação à cobertura midiática da(s) violência(s). Para tanto, adiro a compreensão de que a “[...] criminologia é um saber empírico e interdisciplinar [...]” (BRAGA, 2014, p. 50), já que em razão da complexidade do universo estudado, tive que realizar combinação de métodos de outras áreas das ciências humanas para a análise específica de um dos vários eixos possíveis da criminologia.⁷⁸

Mas, como o controle social decorre, entre outras coisas, das práticas discursivas e da questão da hegemonia e do poder, entendo que não haveria como analisar o campo de maneira dissociada da teoria, **primeiro** porque reconheço minhas limitações enquanto pesquisador, ou seja, de que não daria conta de encontrar as respostas no campo sem o apoio da teoria; e **segundo** porque ainda que o presente campo se trate de um pequeno recorte de uma realidade, o mesmo não retrata consensos, mas envolve disputas e práticas que são melhor entendidas à luz da teoria, especialmente a crítica.

4.1 Invisibilidades: Ponte Jornalismo e outras narrativas

Como somente desenvolvi definitivamente as categorias após a observação e a transcrição dos vídeos, ou seja, somente após a experiência no campo, as categorias abaixo analisadas são prevalentemente frutos do campo e trazem consigo particularidades do próprio campo. Todavia, lembro que apesar disso, estas categorias podem não ser suficientes para “[...] explicar a realidade – sempre multifacetada e complexa.”. (BRAGA, 2012, p. 35).

Assim, atento as narrativas dos vídeos da Ponte e ciente de que poderia não conseguir abarcar toda a realidade analisada, desenvolvi três categorias de análises baseadas nos principais pontos levantados nos vídeos da Ponte Jornalismo.

⁷⁷ De acordo com Helena Henkin Coelho Netto e Paulo César Corrêa Borges (2014, p. 325), a criminologia crítica “[...] considera a história para entender quais valores, comportamentos e pessoas são considerados desvios ou desviante.”

⁷⁸ Busco analisar mais as questões relativas ao controle social. Mas a Criminologia permite também outras análises, como o estudo do crime, da pessoa do criminoso e da vítima.

Aqui, identifico as categorias analisadas a partir de algo que lhes une, as suas **invisibilidades**, porque apesar de estarem contempladas nos discursos dos vídeos, são categorias que envolvem temas e classes de pessoas que dificilmente teriam a mesma visibilidade em outros meios de comunicação, que não os meios alternativos e contra-hegemônicos.

Assim, em vista de todo o procedimento para o alcance das categorias, conforme detalhado na parte metodológica deste trabalho, passo agora a análise dessas categorias, (i) raça, (ii) pessoas trans e travestis e (iii) leituras sobre violências do Estado, com vias de compreender como a Ponte Jornalismo se relaciona com as representações da(s) violência(s).

4.1.1 Raça

O debate racial no campo da criminologia vem assumindo novos contornos com pesquisas que buscam trazer a categoria raça para o centro dos debates criminológicos. São autoras e autores que trabalham com as intersecções entre punição e raça, numa tentativa comum de escapar de conclusões comuns e conhecidas, como por exemplo a noção de que o processo de criminalização atinge com maior intensidade a população negra (ORTEGAL, 2016).

Assim, ainda que neste momento talvez não possa trazer a mesma profundidade alcançada por autoras e autores como Angela Davis (2009), *bell hooks* (2000) e Patricia Hill Collins (2000), nos Estados Unidos; ou Ana Luiza Pinheiro Flausina (2006), Márcias Esteves de Calazans, Evandro Piza Duarte, Camila Prando e Leonardo Ortegá (2016), no Brasil, penso, todavia, que a partir das narrativas dos vídeos desta presente categoria, não poderia, em razão da relevância do tema e da correlação com o universo das representações, deixar definir raça como uma categoria de análise, sobretudo pela potente inclusão discursiva por parte de alguns personagens dos vídeos.

Sabendo de minhas limitações em trabalhar com a presente categoria e considerando o recorte proposto e melhor apresentado na introdução e no capítulo metodológico deste trabalho, busco tratar a categoria raça à luz das percepções críticas de autoras e autores que melhor abordam a temática, na tentativa de construir interfaces que permitam com que por meio da exploração empírica dos vídeos, surjam algumas contribuições analíticas sobre a questão racial, violência e

mídia.

Para tanto, busco atuar a partir de duas percepções de autoras referência no tema. Primeiro: Parto do lugar de que as raças “[...] são criações políticas – e não da natureza [...]” (FLAUZINA, 2006, p. 12); e, segundo procuro trabalhar consciente de que “[...] a raça está longe de ser o único marcador significativo de diferença de diferentes grupos – classe, gênero, sexualidade, religião e status de cidadania – todos importam muito [...].” (ANDERSEN; COLLINS, 1998 apud COLLINS, 2000, p. 23).⁷⁹

Assim, sucintamente, o que pretendo não é tratar ilustrativamente a categoria raça a partir dos fragmentos empíricos da pesquisa, e nem apenas indicar as práticas que levam a conclusões já conhecidas (como a questão da seletividade penal e midiática), mas a partir das práticas discursivas de alguns personagens dos vídeos, analisar a tentativa por parte da Ponte Jornalismo de reconstrução das representações das violências em relação à população negra..

Ainda que a partir de falas derivadas da realidade proveniente da “agenda genocida do Estado” (FLAUZINA, 2006, p. 15), as práticas discursivas abaixo analisadas – parte fundamental do *corpus* empírico deste trabalho – representam uma outra faceta desta realidade, não simplesmente por ampliar o protagonismo negro na mídia, mas por transportarem práticas discursivas capazes talvez de contribuir, nem que minimamente, a construção de uma outra forma de representação da população negra na mídia.⁸⁰

Assim, especificamente em relação à categoria raça, selecionei dois vídeos da Ponte Jornalismo, “Emicida fala sobre racismo para a #pontejornalismo” e “[Criolo] Falta de perspectiva na quebrada – Ponte Jornalismo”, os quais passo a analisar na sequência.

A) Questões de raça e racismo por Emicida⁸¹

⁷⁹ Tradução nossa do original: “*Race is far from being the only significant marker of group difference - class, gender, sexuality, religion, and citizenship status all matter [...].*”

⁸⁰ Não digo que somente por meio de vídeos na internet seja possível a construção de uma identidade negra. Muito pelo contrário. Mas, sem embargo, penso que caso mobilizem uma “[...] reação articulada do contingente negro” (FLAUZINA, 2006, p.135), tais práticas discursivas podem contribuir para a construção de uma identidade negra, ao tornar essa classe de pessoas em “presas” menos fáceis da cooptação do poder hegemônico (FLAUZINA, 2006, p. 110).

⁸¹ Ainda que Emicida seja considerado uma personalidade no universo da música, a sua fala aqui apresentada à Ponte, muito dificilmente seria reproduzida em algum veículo de comunicação.

De 10 de setembro de 2014, com entrevista de Maria Carolina Trevisan, produção de André Caramante e imagens de Caio Palazzo e Gabriel Uchida, o vídeo da Ponte “Emicida fala sobre racismo para a #pontejornalismo”, trata-se de um depoimento aparentemente espontâneo do *rapper* Emicida, relatando um pouco do passado e do presente de lutas da população negra e de sua própria experiência de vida como uma pessoa negra.

Feito inteiramente do ponto de vista de um personagem cuja vida e relato se confundem, o vídeo trata-se de uma narrativa particular, mas que se relaciona provavelmente com a realidade de tantas outras pessoas negras no Brasil. Ao assistir ao vídeo e percebendo os caminhos construídos, a sensação que passa é que apesar de o depoimento parecer comum, jamais veríamos algo parecido na mídia tradicional e, se víssemos, dificilmente teria a mesma abordagem, aparentemente livre e predominantemente dirigida pelo personagem.

ILUSTRAÇÃO 1 – EMICIDA



Fonte: Extraído do vídeo “[Emicida] Sobre racismo e consciência racial – Ponte Jornalismo”, 2014.⁸²

Do começo ao fim do vídeo o caminho percorrido passa por histórias particulares que sempre se relacionam com situações ocasionadas e resultadas coletivamente. Em geral, a narrativa do entrevistado circunda em acontecimentos que decorrem de violência(s) formatada para (e pelo) controle social que poderiam ter dirigido Emicida a outros caminhos que não o sucesso como *rapper*. Conta do

⁸² Na versão digital deste trabalho, ao clicar na figura acima, a pessoa leitora será direcionado à íntegra do vídeo publicado no *YouTube*.

racismo enfrentado quando criança até as formas mais atualizadas de violência, agora como adulto:

Você não entende o racismo na infância. Fui entender mesmo o que é o racismo foi, graças a deus em 93, quando ouvi Racionais, Sistema Negro, Consciência Negra, DMN, Rappin' Hood. Esses caras foram os caras que falaram que a gente tinha valor. Era uma época louca, eu entrei na escola com seis anos de idade, a professora olhava para ver quem tinha piolho, a professora não olhava os negros não, não tocava nos negros não, e você não entende isso [...] Enquanto houver a cultura de negação do racismo que é arraigada em toda sociedade, em todos os campos – até na favela –, onde a maioria das pessoas é negra, e até lá as pessoas negam o racismo. [...] Mas a partir do momento em que as pessoas negam o problema, elas não tem como combater ele com seriedade, e é isso que acontece no Brasil. A luta contra o racismo na mão dos negros e pela sobrevivência, não é para mudar a cabeça dos brancos. A luta dos pretos contra o racismo é pela sobrevivência, pelo mínimo, pelo mínimo de dignidade de viver uma vida honesta e criar seus filhos. (EMICIDA, vídeo, 2016).

Através do vídeo em questão, observa-se que a representação do negro através da câmera da Ponte se apresenta de maneira distinta da apresentada pela mídia tradicional. Ainda que Emicida seja uma personalidade da música, possuindo privilégios maiores do que outras pessoas negras para falar sobre sua história e a respeito de questões de raça, dificilmente Emicida ou qualquer outra personalidade negra teriam espaço na mídia tradicional e hegemônica para discutir sobre assuntos relacionados à raça. Enquanto Estado, mídia hegemônica e tradicional, e sociedade colocam o jovem negro e periférico como inimigo interno da sociedade (RIBEIRO JÚNIOR, 2016) e, nas entrelinhas, reforça “[...] a ideia de que cabe ao negro e pobre o lugar de traficante e a de usuário-vítima ao branco de classe média e alta [...]” (REIS; SALOTTI, 2017, p. 272), alguns meios de comunicação contestadores da hegemonia discursiva dos meios de comunicação tradicionais, como a Ponte Jornalismo, parecem atuar na tentativa de (re)construir as representações da população negra, especialmente em relação a temas vinculados à violência e seus efeitos.

Fato é que a participação de pessoas negras discutindo sobre raça e racismo ainda parece se encontrar limitada em pequenos espaços (movimentos sociais, academia, mídia contra-hegemônica etc) ao mesmo tempo que nos grandes espaços, sobretudo midiático, a participação das pessoas negras seguem estigmatizadas e desiguais em relação aos brancos (PACHECO, 2001 apud

ACEVEDO; NOHARA, 2008). A partir desta constatação, Claudia Rosa Acevedo e Jouliana Jordan Nohara (2008, p. 120), realizaram trinta e sete entrevistas com pessoas afro-descendentes com o objetivo de examinar “[...] os sentimentos e as estratégias utilizadas para lidar com as imagens percebidas [...]”, e constataram que:

Na primeira dimensão, os **retratos dos afrodescendentes na mídia de massa, quatro elementos** expressam a forma como os entrevistados compreendem a representação dos afrodescendentes na mídia. São eles: afrodescendentes **pouco representados na mídia; retratos estigmatizados**; afrodescendentes desvalorizados enquanto **consumidores; mudanças** nas representações dos afrodescendentes na mídia. (destaques originais das autoras). (ACEVEDO; NOHARA, 2008, p. 132, grifo nosso).

Observa-se que algumas histórias de personagens negros recentemente vítimas das violências estatais ainda conseguiram mobilizar movimentos interessantes de resistência da população negra frente ao racismo histórico do sistema de controle no Brasil e da seletividade do sistema penal, contudo, como não poderia ser diferente, ocuparam pouquíssimo espaço nas páginas e telas da mídia tradicional, tendo sua principal mola propulsora alguns movimentos sociais, as redes sociais e certos veículos de comunicação contra-hegemônicos como a própria Ponte Jornalismo, a Mídia Ninja, entre outros.⁸³

Enquanto na própria criminologia crítica, “[...] fundamentada em uma perspectiva analítica considerada marxista [...]” (ORTEGAL, 2016, p. 528), as questões raciais, suas desigualdades e o próprio racismo, até pouco tempo pareciam colocadas secundariamente nos processos de criminalização e violência dos sujeitos, na mídia tradicional sequer tais questões chegam a ser abordadas, uma vez que estas questões, em uma espécie de parceria quase oculta com o Estado, parecem invisibilizadas como quase toda parte da população negra, – evidenciada convenientemente e geralmente somente quando comete algum crime ou é vítima dele. Sobre esse processo de invisibilidade, coloca que Emicida que:

Você sente vergonha da cor da sua pele, você se sente errado, se sente errado, se sente feio, se sente menos. A pessoa vai se esforçar o resto da vida para se sentir invisível, sabe. Não por ser

⁸³ Como Luana Barbosa dos Reis morta supostamente por policiais militares; Amarildo desaparecido e encontrado morto, suspeita-se de assassinato por parte de policiais; e Rafael Braga preso de uma maneira singular em uma manifestação pública por portar uma garrafa de “Pinho Sol”.

uma coisa que ela quer se blindar, ela quer se tornar invisível para não ser agredida. (EMICIDA, vídeo, 2014).

Resta bastante claro que o debate relacionado à temática racial ainda tem que ser ampliado nos campos de pesquisa acadêmica, bem como nos campos além-acadêmicos. Talvez seja com a aproximação do campo acadêmico com experiências além-acadêmicas, como movimentos sociais, produções culturais ligadas à periferia, ou mesmo plataformas midiáticas contra-hegemônicas que atuam na abordagem da questão racial (com redes sociais, canais no *YouTube*, *Periscope* etc) como a Ponte Jornalismo e a Mídia Ninja, que esteja um dos vários possíveis caminhos que possam levar-nos à discussões que saiam de debates enclausurados e já óbvios à população negra e à academia, como por exemplo, de que a população negra é mais impactada pelos processos de criminalização.

Fato é que as representações da violência em relação à população negra assumem novos contornos na mídia alternativa e contra-hegemônica. Enquanto a mídia tradicional se ocupa em reproduzir as assimetrias estruturais alimentadas por mecanismos institucionais que produzem uma criminalização desproporcional da população negra no Brasil, existem também uma “outra mídia” que busca denunciar o racismo das instituições e representar a violência pelos olhares da população negra, construindo novas narrativas a partir de práticas discursivas deslocadas e periféricas voltadas a novas leituras sobre a violência.

Patrícia Zancanaro Godin (2017a, p. 68) analisando as práticas discursivas da Revista *Veja* sobre adolescentes que cometem atos infracionais notou que há um “silêncio conivente e cúmplice” com o propósito de desviar a culpa do Estado pelos altos índices de criminalidade na adolescência.”. Este mesmo silêncio atinge igual ou até em maior escala a população negra, sem falar então na juventude negra. Neste sentido, pontua Nilo Batista (2003, p. 3) que “[...] o compromisso da imprensa com o empreendimento neoliberal é a chave da compreensão dessa especial vinculação mídia-sistema penal, incondicionalmente legitimante.”

Colocado por Patrícia Godin (2017a) como “silêncio conivente e cúmplice” e por Nilo Batista (2003) como “silêncio sorridente”, as narrativas midiáticas que poupam as responsabilidades do Estado diante das assimetrias estruturais que produzem, entre outras coisas, um maior processo de criminalização da população negra, parece contribuir sobejadamente à reprodução de uma representação da

violência que coloca a população negra como uma espécie de “inimiga” da sociedade. De acordo com Evandro Piza Duarte (2004, p. 15):

Nossa cultura escravista ainda vive nas instituições sociais que segregam e perseguem os corpos negros. Olhamos para as empresas e vemos corpos brancos. Olhamos para a mídia e reencontramos corpos brancos. Olhamos para as esferas de poder político e já sabemos o que iremos reencontrar. Consideramos, todavia, que são fatos da normalidade.

Com a mídia tradicional ocultando as violências estatais e não raramente representando a população negra como a causa para a violência urbana, os espaços midiáticos à população negra em geral se restringem a cenas de violência, drogas e mortes, não somente em telejornais mas também na ficção.⁸⁴ Observa-se que essa herança, de origem escravista (DUARTE, 2004), se deu em parte pelas mesmas razões colocadas por Angela Davis (2009, p. 10), à realidade estadunidense: “Com a abolição da escravidão, os negros deixaram de ser escravos, mas imediatamente se tornaram criminosos e, como criminosos, tornaram-se escravos do estado.”

Neste cenário, onde a população negra é representada como criminosos, as possibilidades da construção de uma outra identidade tornam-se limitadas, na medida que a própria sociedade e mídia tradicional parecem atuar no incentivo à reprodução destas representações. Neste sentido, a autora e ativista bell hooks (2000, p. 3) ao observar a cobertura feminista pela mídia tradicional, notou que:

Embora as mulheres negras estivessem ativas no contexto movimento feminista desde a sua criação, elas não eram as pessoas que se tornaram as ‘estrelas’ do movimento, não eram as pessoas que atraíam a atenção dos meios de comunicação de massa.⁸⁵

Neste mesmo ponto de vista, para Teun Van Dijk (1999), as elites desempenham papéis especiais na (re)produção do racismo, na medida em que, primeiro, tomam as decisões cruciais que afetam a vida de imigrantes e minorias e,

⁸⁴ Em recente entrevista ao blog “Notícias da TV”, de Luciano Guaraldo (2017), o ator Jonathan Azevedo, negro, mencionou a alegria em ser escalado para um papel diferente de “criminoso”. Disse o autor: “Finalmente não vou ser ‘bandido’”. De acordo com o blog, o ator já teria interpretado o papel de criminoso em ao menos cinco vezes.

⁸⁵ Tradução nossa do original: “*Even though individual black women were active in contemporaryfeminist movement from its inception, they were not the individuals who became the “stars” of the movement, who attracted the attention of mass media.*”

segundo, porque regulam o acesso às notícias, incluindo o retrato de minorias. Assim,

[...] se tais retratos são negativos, isso não é meramente um reflexo passivo de preconceitos generalizados da população em geral, mas o resultado de explicações explícitas resultantes de práticas discursivas das elites midiáticas, geralmente em conluio com as elites políticas, corporativas e sociais.⁸⁶ (VAN DIJK, 1999, p. 13).

Ainda que através da mídia *mainstream* (hooks, 1990) a representação da violência siga encarnada nos corpos negros, e que a cultura escravista permeie nossas instituições sociais, parecem existir algumas saídas a essas práticas hegemônicas e constantemente replicadas por Estado, mídia e sociedade.

Especificamente no que se refere às representações midiáticas, observo que já há alguns setores da mídia contra-hegemônica que vem atuando no sentido de romper com as práticas discursivas que associam à população negra ao crime, introduzindo personagens negros ao debate e denunciando a existência da violência estrutural e estatal. Assim como Debora Pastana (2005, p. 192) coloca que a cultura do medo é retrato da forma hegemônico de pensar sobre a criminalidade, as práticas discursivas que associam à população negra ao crime também o são.

A Ponte Jornalismo, como veículo alternativo e contra-hegemônico de comunicação, é um dos exemplos de como é possível rodar o disco no modo de construir debates sobre questões raciais, ao abrir espaços para que as próprias pessoas negras digam e reflitam sobre questões que a branquidade pode até compreender, mas dificilmente conseguirá sentir.

Ainda que hoje seja difícil imaginar o tipo de narrativa do vídeo “Emicida fala sobre racismo para a #pontejornalismo” na mídia tradicional, já que “[...] a cartografia da discriminação é por demais complexa [...]” (PIZA, 2004, p. 14), talvez com a assunção de coletivos e movimentos sociais a rede e com a produção cada vez mais constante e exponencial de materiais desvinculados ao modo de pensar do “poder”, é possível vislumbrar um futuro onde a produção contra-hegemônica assumira maior alcance, contrabalanceando o universo das representações.

⁸⁶ Tradução nossa do original: “*If such portrayals are negative, this is not merely a passive reflection of widespread prejudices of the population at large, but the result of explicit discursive practices of the media elites, usually in collusion with the political, corporate, and social elites.*”

B) Criolo e as lembranças de um jovem negro e de periferia

“Sensação de pertencimento de identidade, parece que quanto mais a gente tem, mais a gente sofre, porque mais a gente se revolta em perceber as desigualdades.” (CRIOLO, vídeo, 2015). Em um canto escuro da casa, Criolo, cantor e compositor, ao lado do pai lembra momentos do seu passado, de um jovem negro e de periferia da cidade de São Paulo. A única câmera que os filma não se desloca para nenhum lado, enquadrando-os à direita, deixando uma janela aberta à esquerda em igual destaque. Ao fundo, um muro com árvores trepadeiras. Apesar de curta distância da janela ao muro, a iluminação do ambiente é muito agradável. A janela aberta à esquerda, com as trepadeiras ao fundo ajuda a suavizar um pouco as histórias de luta e sofrimento a serem contadas por Criolo (sobretudo às pessoas espectadoras que, assim como eu, possuem dificuldades de fixar os olhares a um único ponto).

Ouvimos e vemos as imagens de duas pessoas visivelmente marcadas por suas histórias, algumas ali brevemente narradas. São dois personagens com feições comuns a muitos lares brasileiras. Um pai negro de cabelos grisalhos e seu filho. Jovem que guarda em si semelhanças muitas semelhanças físicas do pai.

Estamos aparentemente em uma casa de classe média. Lembram-se da janela? Ela é grande e bem-acabada. Igualmente as trepadeiras ao fundo, bem aparadas. Comparado a qualquer novela das nove ou ao programa “Brasil Urgente” comandado por José Luiz Datena, quem destoa na cena são os personagens. Dois negros. Em uma confortável sala de janela grande. Na novela das nove este espaço muito provavelmente seria ocupado por pessoas brancas, preferentemente com traços finos e cabelos lisos. No Datena, esses personagens teriam que estar em outro lugar. Talvez uma favela ou em algum apartamento da CDHU. Mas, estamos numa casa de classe média, com janela grande e dois negros de protagonistas.

Situação bem diferente da enfrentada por quando Criolo era criança. De acordo com o *rapper*:

[...] eu sabia que não ia ser nada. A certeza é de você vai ser nada. Final de década de 80, Uma criança, numa favela, única certeza é que você vai ser nada. É muito louco um maninho da quebrada ver o cara da idade dele com três iates. E no bagulho tá dizendo ‘foi roubado de tal bagulho, mas aí ele vai fazer um acordo e vai devolver tanto e não vai ser preso [...]’. Daí o moleque da quebrada vira para o

outro maluco e pergunta: ‘É para eu ir para a escola mesmo?’ Porque a sociedade já disse que eu não vou passar dos treze. E se eu passar dos treze, não vou passar dos treze. E se eu por acaso viver, vou *viver a vida* toda com o cara me apontando ‘eu sou da favela, sou filho marginal, sou trombadinha, ah não fi, como é que nós vamos fazer?’ (CRIOLO, vídeo, 2015).

“Como é que nós vamos fazer?”. Aí está configurado o ponto de partida da razão pela qual a Ponte Jornalismo procurou ouvir Criolo e seu pai. Produzido por Cláudia Belfort e André Caramante e filmado e editado por Gabriel Uchida e Leonardo Lepri, o presente vídeo, publicado em 7 de janeiro de 2015, apresenta o desafio de encarar e discutir o estereótipo criminoso do jovem da periferia, muitas vezes reforçado pela teledramaturgia e pela maneira como jornais retratam a violência.

A partir do testemunho potente – e em alguns momentos emocionado – Criolo ao contar sobre as perspectivas que tinha quando criança atinge o clímax de um enredo muito explorado [e propositalmente recortado] por muitos “programas de entretenimento” ou documentários que buscam retratar “a vida e as conquistas de um jovem de periferia”.

Ocorre que a escolha da Ponte Jornalismo para esta pesquisa se justifica porque geralmente na construção de suas narrativas, a Ponte parece não explorar as mazelas com propósitos de audiência ou capital. Isso se revela bastante claro em razão do modo de produção dos vídeos que, em geral, busca reproduzir a fala dos personagens sem cortes ou edição. Não se trata aqui, pois, de um panegírico⁸⁷ à Ponte mas um reconhecimento de como este canal surpreende em ouvir e abrir espaços para personagens, fatos e situações que não trazem ganhos econômicos ao canal, razão pelo qual são propositalmente olvidados pelos aparelhos midiáticos hegemônicos.

Longe de tentar construir um discurso de “superação” em cima da fala de Criolo, a Ponte leva o videodocumentário aparentemente a caminhos trilhados pelos próprios personagens (Criolo e pai).⁸⁸ Enquanto Criolo fala das violências sofridas (não somente físicas), acompanhamos durante toda a filmagem a acalentadora cena de seu pai lhe abraçando.

⁸⁷ O panegírico, originado na Grécia Antiga, era uma forma de discurso de saudação que costumava ser sem relação ao respeito e admiração de alguém por outrem.

⁸⁸ Talvez por técnicas de edição não é possível notar cortes dos vídeos, o que passa a sensação de que não há influência da produção da Ponte na construção do enredo apresentado pelos entrevistados.

Quantas vezes [meu] pai está no bar, tomando uma, jogando sinuca e ouviu 'cadê aquele seu filho louco? Não arrumou emprego? É um encosto para você. Olha as roupas que ele usa. Olha o cabelo que ele usa. Se fosse filho meu apanhava todo dia.

[Ponte] Escutou muito?

[Pai do Criolo] Escutei. Isso é normal para nós. Normal, em termos.

ILUSTRAÇÃO 2 – CRIOLO E O SEU PAI



Fonte: Extraído do vídeo “[Criolo] Falta de perspectiva na quebrada – Ponte Jornalismo”, 2015.⁸⁹

Este vídeo-documentário gravado inteiramente em preto-e-branco, mediado por uma câmera, e com apenas uma única visível intervenção oral por parte da Ponte, veste-se de uma intimidade singular especialmente porque a repórter da Ponte não aparece nas cenas. Esta intimidade se dá e se reflete no comportamento de Criolo e de seu pai diante das câmeras mesmo ao tratarem de assuntos sensíveis, como quando Criolo narra a violências sofrida por policiais:

A primeira vez que alguém apontou uma arma de fogo para mim, foi de um carro de um representante da lei. Eu cumprimentei um amigo meu do circo escola, trabalhava nas lojas Americanas [...] eu desci [do ônibus] com a marmitta nas costas, com o uniforme do ‘bagulho’, escrito o nome da empresa, aí eu subi a rua, encontrei com um colega meu, tava passando pela pracinha, daí o colega meu disse daí ‘E aí, Clebão?’, eu falei ‘E aí moleque?’, e, do nada o cara [policial] me jogou um carro em cima de mim, me pressionou na parede, jogou a arma na minha cara e falou ‘Quem falou que você pode gritar na minha rua?’ (CRIOLO, vídeo, 2015).

⁸⁹ Na versão digital deste trabalho, ao clicar na figura acima, a pessoa leitora será direcionado à íntegra do vídeo publicado no *YouTube*.

A fala exposta acima, mais do que uma denúncia de práticas policiais em regiões de periferia, trata-se de um poderoso contra-discurso onde Criolo denuncia violências por partes do Estado que dificilmente⁹⁰ são vistas na mídia tradicional e hegemônica, principalmente ao protagonizar o ofendido (negro) ao invés do ofensor e legitimar o discurso “da rua” ao invés do discurso oficial.

Não é novidade alguma a forma como a mídia hegemônica trata o jovem negro e da periferia. Nesse sentido, de acordo com Elizabeth Rondelli (1998, p. 48): “A mídia é um determinado modo de produção discursiva, com seus modos narrativos e suas rotinas produtivas próprias, que estabelecem alguns sentidos sobre o real no processo de sua apreensão e relato.”. Neste estabelecimento de sentidos é onde parte da mídia, sobretudo a hegemônica, corrobora ao aprisionamento de certas pessoas às construções simbólicas que as consomem de corpo e alma ao invisibilizar seus dilemas e resistências, ao sensualizar seus corpos muitas vezes contra suas vontades e ao retroalimentar a criminalização de suas existências.

Ainda que haja quem possa considerar que modo como a mídia fala sobre violência faz parte da própria realidade da violência, considero válido relembrar o conceito de Serge Moscovici sobre representações sociais⁹¹ e seus modos de interpretar e pensar a realidade cotidiana. Como a relação entre a mídia e as representações sociais calcam-se em construções não-estáticas, as representações sociais sobre a violência, derivadas em parte pela influência midiática, são resultados simbólicos de práticas discursivas e culturais que estabelecem os modos como a mídia trata a questão da violência. Neste sentido, de acordo com Marcos Alexandre (2001, p. 23):

As representações sociais se modificam ou se atualizam dentro de relações de comunicação diferentes. Dessa forma, a mídia, integrada por um grupo de especialistas formadores e sobretudo difusores de representações sociais, é responsável pela estruturação de sistemas de comunicação que visam comunicar, difundir ou propagar determinadas representações.

90 Leonardo Souza, Camila Prando et al (2017) e Elizabeth Rondelli (1998) são autores que analisaram momentos em que a mídia tradicional e hegemônica abordaram aspectos relacionados à violência estatal. Percebeu-se que geralmente a mídia tradicional somente noticia fatos relacionados à violência estatal somente quando ela é imagetivamente capturada e preferentemente quando envolve um grande número de pessoas. Assim, observa-se que, em geral, a mídia tradicional visibiliza as violências do Estado somente em último caso, ou seja, somente quando pode potencialmente ganhar um maior “valor-notícia” (WOLF, 1999).

91 Parte 1 desta dissertação.

Ao fomentar e dar visibilidade à fala do Criolo da maneira como foi exposta no vídeo, a Ponte Jornalismo abre um canal de construção de representações sobre a violência diferente do construído pela mídia hegemônica. Trata-se da produção contra-hegemônica das representações da violência. É retirada da pauta o oficialismo discursivo onde somente os representantes do Estado ou “especialistas em seguranças pública” possuem poder de voz e é introduzida uma “pauta” de práticas discursivas de resistência e enunciados conectados com as subjetividades dos personagens.

Assim, este vídeo gravado com Criolo e seu pai parece representar uma mudança na forma de enxergar as violências cometidas especialmente contra a população negra e pobre. Primeiro, por direcionar os olhares a quem sofreu a violência e não àqueles que produzem a violência. E, segundo, por enxergar que a violência não pode ser representada somente como causa de algumas classes de pessoas (geralmente pessoas pobres negras e pobres), como também deve ser representada a partir dos abusos cometidos pelos agentes dos aparelhos de repressão estatal.

Alheia à estruturação dos sistemas de comunicação tradicional, a Ponte constrói representações da violência que não são novas, mas que em razão do poder midiático ainda se concentram nas mãos de grandes corporações, faz com sejam pouco exploradas na mídia tradicional, pois quem pauta as agências do sistema penal é o monopólio global da mídia no Brasil.

4.1.2 Pessoas trans e travestis

Criada a partir do processo de análises dos vídeos da Ponte Jornalismo, a presente categoria pessoas trans e travestis é fruto de uma dupla significação: Em sentido específico ao estar presente nos fragmentos empíricos na forma de uma outra representação (quando comparado à mídia tradicional e hegemônica) e no sentido amplo por ser parte de todo um universo de representações sociais.

Observa-se que a representação presente no *corpus* empírico selecionado parece fugir de imposições de significados fechados e binários, principalmente ao visibilizar personagens que fogem completamente de toda aparente “regra” das

representações midiáticas (pessoa branca, cis⁹², heteronormativa), bem como de todo o senso comum geralmente relacionado às pessoas trans e travestis (prostituta, marginal, ladra, bandida etc).

Enquanto na mídia tradicional o espaço às pessoas trans e travestis é praticamente o mesmo desde o surgimento da própria mídia (nas páginas policiais dos jornais e/ou representando geralmente personagens grotescos e caricaturados no entretenimento), a Ponte Jornalismo parece disposta a representar essas pessoas de maneira distinta, principalmente ao abrir novos espaços a outras formas discursivas de construir midiaticamente suas imagens.

Como a população trans e travesti faz parte de um dos grupos sociais mais atingidos pelos mecanismos que operam os sistemas policiais, de justiça e segurança (KLEIN, 2016), não estranha serem também um dos grupos menos visibilizados na mídia, não ocupando nenhum papel de protagonismo em bancadas de telejornais, em telenovelas, seriados, programas de entretenimento etc.

Neste sentido, observa-se que a pessoa trans quando lembrada pela mídia tradicional é geralmente representada como pessoas indesejáveis a outras pessoas, sendo costumeiramente assassinadas por apenas carregarem em seus corpos as marcas de serem pessoas trans ou travestis (JESUS, 2013).

Não ignorando essa realidade, mas tentando transformá-la, a Ponte Jornalismo criou uma série de entrevistas sobre os “direitos trans”, dos quais, um dos vídeos foi selecionado por integrar a amostra desta pesquisa, conforme procedimento explicitado na Parte 2 deste trabalho. Assim, passo agora a analisar – com base no material empírico selecionado – as principais particularidades discursivas que fazem com que a forma de representar a população trans seja uma na mídia tradicional e hegemônica, e outra na cobertura ciberativista Ponte Jornalismo.

92 De acordo com Daniela Andrade (2015), “Cis é prefixo latino, abreviação para ciscônero, significa 'do mesmo lado'. A pessoa cis é aquela que reivindica ter o mesmo gênero que o que lhe registraram quando ela nasceu [...] Ao passo que a pessoa trans é aquela que se reivindica com um gênero diferente do que lhe registraram – há também quem diga que nesse grupo abarca-se as pessoas com papel de gênero divergente do imposto de acordo com sua identidade de gênero. Trans também é prefixo do latim e significa 'além de', também é usado por muitas pessoas como abreviação para transexual e por outras para transgênero.”

A) Da luta por ser quem é: As histórias de Daniela Andrade

“Sou analista de sistema e atualmente trabalho em uma empresa da área da informática” (ANDRADE, Daniela, vídeo, 2015). Com essas palavras, Daniela Andrade, uma mulher transgênera⁹³ feminina, abre mais um vídeo da série⁹⁴ sobre os direitos trans⁹⁵. Trata-se do vídeo “Visibilidade Trans: entrevista com Daniela Andrade”.

Neste vídeo, produzido por Léo Moreira Sá e editado por Rafael Bonifácio, a Ponte Jornalismo colhe o depoimento potente de uma mulher trans que, desde o início da entrevista – apesar de se definir como uma pessoa inserida no mercado de trabalho formal –, destaca o fato de sê-la uma exceção, uma vez que “[...] é difícil ver pessoas transexuais e travestis no mercado de trabalho formal.” (ANDRADE, Daniela, 2015).

Logo no começo do vídeo, a sensação que passa ao vermos a fala de Daniela é a da constituição de um discurso baseado na urgência dos direitos da população trans, que sempre ficou à deriva de toda a sociedade. Enquanto negros, mulheres, gays alcançaram expressivas conquistas no último século por meio de muita luta, a população trans parece ainda sofrer com processos discriminatórios bem definidos e permeados por quase toda a sociedade. (JESUS, 2013).

A partir da noção apresentada por Judith Butler (1990) de que o gênero é “[...] a estilização repetida do corpo [...]” (BUTLER, 1990, p. 33) e o “[...] significado cultural que o corpo sexuado assume [...]” (BUTLER, 1990, p. 6), vemos que a construção do que é gênero é resultado de um longo processo de reprodução de padrões baseados em contextos de reproduções. Coloca Judith Butler (2006, p. 308), que: “Se o gênero é performativo, então se deduz que a realidade do gênero está produzida como um efeito da atuação do gênero.”⁹⁶

93 De acordo com Judith Butler (2006, p. 20) as pessoas transgêneras são aquelas pessoas que se identificam com o outro gênero, mas que podem não ter se submetido a tratamentos hormonais ou a operações e resignação de sexo.

94 A partir de uma proposta de visibilizar histórias de pessoas trans, a Ponte Jornalismo desenvolveu uma série de entrevistas, com o intuito de que apresentar um pouco das trajetórias pessoais e coletivas dessas pessoas, já que nenhum outro meio de comunicação parece aberto às suas histórias.

95 Aplico a expressão ‘trans’ baseada na interpretação de Judith Butler (2006), que engloba os movimentos promovidos por pessoas transexuais, transgêneros e intersexuais.

96 Tradução nossa do original: “*Si el género es performativo, entonces se deduce que la realidad del género misma está producida como un efecto de la actuación de género.*”

Convivendo com a normatização social que tenta construir a ideia de que sexo, gênero e sexualidade devam seguir um determinado ‘padrão’, as pessoas trans e travestis, por estarem desconectadas a esse padrão, ao longo de quase toda a história, sofreram e ainda sofrem inúmeras violências relacionadas às suas condições ‘despadronizadas’.

Sob uma realidade do gênero construída a partir da reprodução de modelos, e da noção concebida por Stuart Hall (2006a, p. 8) de que a identidade é formada ao longo do tempo por processos inconscientes, vemos também que a violência voltada contra a população trans e travesti é resultado de processos de representação que transformaram os corpos trans em corpos incomodantes.

Durante toda a história as pessoas trans e travestis foram classificadas sob códigos que as inferiorizaram e, mais recentemente, por processos patologizantes⁹⁷, onde o campo marginal, a rua e a noite tornaram-se os únicos lugares onde a sobrevivência poderia ser mais ou menos possível. Nessa jornada diária pela sobrevivência onde o mercado de trabalho, a sociedade e muitas vezes a própria família fecham as portas, a prostituição geralmente se apresenta como o único caminho (SERRA, 2017).

Neste sentido, para Daniela Andrade (2015), protagonista do vídeo da Ponte, “[...] [o problema é que] a grande maioria [das pessoas trans e travestis] precisa se prostituir, não que exista algum problema com a prostituição, a partir do momento em que a pessoa queira, [mas] infelizmente ainda é uma imposição [...]”

Fato é que a imposição da prostituição é apenas uma das formas de violência sofrida pela população trans, uma vez que também sofrem de processos de estigmatização e criminalização que atingem até mesmo esferas que lhes deveriam protegê-la (como o sistema de justiça criminal) (SERRA, 2017).

Decorrente sobretudo de preconceitos transfóbicos e transmisógnos, são inúmeros os casos de violências (físicas) contra a população trans e, não raramente, são cometidos com grande agressividade e letalidade. Neste sentido, tem-se observado que os crimes contra pessoas trans e travestis geralmente são cometidos com tiros, pedradas, pauladas ou linchamentos (JESUS, 2013; LOPES, 2015 apud SERRA, 2017, p. 7). E, por se tratarem geralmente de crimes com grande apelo

⁹⁷ Segundo Judith Butler (2006, p. 360) a transexualidade foi diagnosticada pela primeira vez no DSM-III (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*). Em português: Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais. No ano de 1994, segundo a mesma autora, a transexualidade foi retirada do DSM-IV, mas apareceu sob a rubrica de “transtorno de identidade de gênero” (GID). A sigla GID, em inglês significa: *Gender Identity Disorder*.

popular, principalmente por estarem relacionados a requintes de crueldades, o que fatalmente atrai alguns veículos de comunicação que se alimentam de sangue e tragédia, a “hora da morte” de pessoas trans e travestis torna-se um dos poucos únicos momentos onde essas classes de pessoas são representadas na mídia, como se só fossem lembradas pela sociedade quando morrem.

Neste sentido, de acordo com Daniela Andrade (2015):

A violência contra as travestis é muito mais expressiva, muito mais contundente do que para um homem, pois a população só sabe se ele gay se for uma bicha pintosa ou se abrir a boca e falar ‘olha, eu sou gay’. Quando a gente fala de travestis e transexuais, a gente fala de uma população que tem inscrita em seu próprio corpo a sua identidade, é como as pessoas negras. Uma pessoa negra não consegue esconder que é negra. A travesti não tem disso ‘ah, vou para casa, mudo minha roupa e pronto ninguém mais percebe que sou mais travesti’. Não existe isso. Você é travesti 24 horas do seu dia. Você leva sua ‘travestilidade’ quando você vai procurar emprego, quando você vai na padaria comprar pão, qualquer lugar você está levando a sua travestilidade.

ILUSTRAÇÃO 3 – DANIELA ANDRADE



Fonte: Extraído do vídeo “Visibilidade Trans: entrevista com Daniela Andrade”, 2015.⁹⁸

Sob um processo de marginalização cotidiana, Daniela Andrade observa que a população trans e travesti é de um grupo altamente vulnerável às violências, seja física ou psicológica. Para a entrevistada, a discriminação relacionada ao fato de as pessoas trans não terem uma identidade conforme a esperada pela sociedade é um

⁹⁸ Na versão digital deste trabalho, ao clicar na figura acima, a pessoa leitora será direcionado à íntegra do vídeo publicado no *YouTube*.

dos grandes sofrimentos por qual passa a população trans. Neste sentido, coloca Daniela, que:

O sofrimento psíquico vem da discriminação. A patologia não está em me identificar como mulher ainda que não tenha nascido com uma genital que a sociedade espera para uma mulher, a patologia está em a sociedade me discriminar. Olha você não é gente, você não tem direito, você é anormal, vai queimar no fogo do inferno, você é uma aberração da natureza. Se todo dia estou ouvindo isso de todo mundo, de minha mãe, do meu pai, da minha vizinha, eu vou na igreja e ouço isso. Ninguém é de ferro, né? É evidente que a pessoa vai começar a ter um sofrimento psíquico, é evidente que vai entrar em depressão, é evidente que vai tentar um suicídio. A doença está na discriminação. (ANDRADE, Daniela, vídeo, 2015).

Mostrando-se historicamente como um grupo em situação de vulnerabilidade e exclusão na sociedade, a população trans e travesti é cotidianamente vítima de processos de marginalização, largamente observados em nosso cotidiano, e reproduzidos também na grande mídia. Essa parcela populacional, por fugir do padrão da sociedade conservadora e binarista – que sustenta um suposto ‘determinismo biológico’ para lidar com as questões de gênero – sofre com bateria de violências, tanto físicas quanto psicológicas, decorrentes do preconceito transfóbico e transmisógeno, bem como de uma constante negativa de direitos.

O que se percebe, contudo, é que para a mídia tradicional e hegemônica não é interessante a introdução de discussões sobre a ‘transfobia’, muito menos a partir de pessoas trans e travestis na condição de enunciadoras, assim como faz a Ponte Jornalismo. Neste sentido, pontua Caio César Klein (2016, p. 112), que:

[...] na mídia contemporânea as representações sociais dos gêneros combinam duas características fundamentais: a performatividade dos enunciados de gênero, conforme Butler; e a produção e distribuição assimétrica de bens simbólicos, descrita por Thompson. Dessa forma, a reprodução desses discursos participa da forma que a massa acessa o conhecimento da realidade, o modo como conhece, identifica e performatiza seu gênero.

Enquanto a mídia tradicional e hegemônica tenta ocultar as pessoas trans e travestis, somente evidenciando-as quando morrem ou cometem algum crime, a Ponte Jornalismo, como outros movimentos contestadores e contra-hegemônico midiáticos ou não, parecem se preocupar em tentar reconstruir a representação das pessoas trans e travestis, sem, contudo, deixar de problematizar o cotidiano

experimentado por essa classe de pessoas, recheado de discriminações e violências. Observa-se que a abordagem da Ponte se trata de um complexo desafio que passa, inclusive, pela tentativa da superação de certas noções do senso comum que associam as pessoas trans e travestis ao desvio.

Ocorre que para uma rearquitetagem das representações da violência em relação às pessoas trans e travestis seria necessário inclusive alterações em toda a sistemática penal (ou, preferentemente, a sua extinção) haja visto que o atual sistema corrobora e aprofunda às violências sofridas no cotidiano das pessoas trans e travestis (FERREIRA, 2014, p. 114), dando combustível à legitimação de certas formas de discriminação contra essa população. À vista disso, pensando sobre como o pensamento criminológico pode contribuir ao tema, Salo de Carvalho (2012, p. 161) pondera que:

Compreender a construção das masculinidades hegemônicas e as suas formas de produção de violência (interpessoal, institucional e simbólica) parece ser um dos principais desafios do pensamento criminológico contemporâneo. Logicamente que esta é apenas uma dentre as inúmeras variáveis de análise e, como qualquer outra, não pode ser tomada de forma isolada, sob pena de recapacitação de modelos explicativos causais. Por outro lado, o entrelaçamento do olhar feminista no que diz respeito ao patriarcalismo e à misoginia com a análise *queer* sobre a heteronormatividade e as masculinidades (não)hegemônicas permite perceber a necessidade de a criminologia compreender os inúmeros fatores que tornam as pessoas vulneráveis aos processos de vitimização e criminalização, dentre os quais os relacionados à identidade de gênero e à orientação sexual.

Assim, considerando que o jornal e a televisão reafirmam a narrativa de que o destino das pessoas trans e transexuais é fatalmente a morte ou o crime (a prisão) e ao perceber que o sistema penal contribui a este movimento cíclico e constante de violências contra as pessoas trans e travestis, a Ponte Jornalismo contraposta à essa perspectiva, apresenta-nos de uma das formas de tentar ressignificar a imagem dessas pessoas, na tentativa cotidiana de construir outras representações.

4.1.3 Denúncias da violência estatal

Trazer para a cena os abusos do sistema penal resulta em uma infinidade de práticas discursivas e formas de construção da realidade, dentro das diversas maneiras de expressão presentes na sociedade. A visibilidade dada pela internet,

com seus fluxos rápidos e instantâneos de dados, tem levado a informação e a desinformação a quase todos os lugares, embalando e entregando a domicílio práticas discursivas e formas de construção da realidade cada vez mais polifônicas, ainda que geralmente restritas ao *status quo* determinado pelo “poder”. De acordo com Lucia Santaella (2007, p. 24), essa fluidez característica do ciberespaço, pode levar a informação e a desinformação a quase todos os lugares porque:

Textos, imagem e som já não são o que costumavam ser. Deslizam uns para os outros, sobrepõem-se, complementam-se, confraternizam-se, unem-se, separam-se e entrecruzam-se. Tornaram-se leves, perambulantes. Perderam a estabilidade que a força de gravidade dos suportes fixos lhes emprestavam.

Fato é que o discurso midiático em curso em relação ao sistema penal, em sua maioria, consubstancia na demanda pela repressão contra certas pessoas, geralmente provenientes de territórios da pobreza. Na grande mídia, especialmente no horário nobre das 17hs às 20hs, muitos lares brasileiros são bombardeados com representações da violência engessadas em perspectivas relativamente até comuns a outras manifestações culturais e sociais, como o cinema e a teledramaturgia, com a diferença que representa uma metanarrativa sobre uma realidade não-imaginária, vivida e experimentada por inúmeras pessoas, sobretudo nas periferias.

Essas representações, até os primeiros anos da primeira década dos anos 2000, eram praticamente exclusividades da televisão e de alguns jornais sensacionais⁹⁹. Ocorre que com o *boom* da internet e com o surgimento de meios de criação, produção e compartilhamento de conteúdo, novos personagens surgiram no universo de composição de representações. Especificamente no Brasil, pelo menos quatro canais¹⁰⁰ no *YouTube* mostram-se bem-sucedidos em suas propostas, alcançando números de visualizações expressivos. A semelhança é que todos trabalham com cenas de abusos do sistema penal. Mas, enquanto uns apoiam, - outros, denunciam.

Neste universo de denúncias do sistema penal, a Ponte tem especial atuação por dar voz e apoio às pessoas que são violentadas por agentes do Estado. Nesta categoria observa-se que a Ponte com o objetivo de dar visibilidade às denúncias

⁹⁹ Notícias Populares (1963-2001), São Paulo. Extra (1998-presente) e Meia Hora (2004-presente), no Rio de Janeiro. Minas gerais (2002-presente).

¹⁰⁰ Admiradores da Rota e Apoio Policial Oficial, com narrativas violentas policiais, aparentemente inspirados em programas policiais da televisão. E, Mídia Ninja e Ponte Jornalismo, com narrativas independentes e de resistência.

opta, muitas vezes, em compartilhar vídeos produzidos por não-colaboradores fixos do canal, dando preferência na divulgação das denúncias à manutenção de uma produção própria.

A) Quando calam a voz que denuncia

Num desses casos, a Ponte Jornalismo compartilhou um vídeo produzido poucas horas antes da denunciante morrer após ter sido supostamente espancada por policiais. Era noite em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, quando Luana Barbosa dos Reis Santos, 34 anos, sentada na sarjeta de uma rua, com o corpo curvado e surrado, com os olhos golpeados e assustados e com a voz apertada contou a algumas pessoas (não-colaboradoras da Ponte, pessoas não identificadas) sobre algumas ameaças que teriam sido realizadas por policiais militares:

[Luana Barbosa] – Eles chegaram: Mão para trás. Mão para trás e cabeça baixa.

[Luana Barbosa] – O que eu estou fazendo? [Luana indaga]

[Luana Barbosa] – Ai eu já comecei a apanhar.

[Pessoa não identificada] – Mas eles estão dizendo que você agrediu um policial, nós vimos o policial com a boca machucada.

[Luana Barbosa] – Eles falaram mão para trás e já me deram um soco, me deram chute.

[Luana Barbosa] – Eles falaram que vão me matar, eu vomitei até sangue. Eles falaram que vão matar todo mundo da minha família, até meu filho.

[Luana Barbosa] – Eu tenho que ir embora.

[Pessoa não identificada] – Fica aqui, calma.

[Luana Barbosa] – Eles vão matar [...].

Sem edição, sem cortes, filmado em ângulo *plongée*¹⁰¹ e com som ambiente, o diálogo acima extraído do vídeo “Luana Santos, 34 anos, morreu após ser espancada por PMs de SP”, publicado em 23 de abril de 2016, conta o retrato de muitas vítimas invisíveis de supostas ações clandestinas de agentes do Estado.

¹⁰¹ Ângulo de filmagem de cima para abaixo. Expressão derivada do francês equivalente a “mergulho” em português.

Segundo Hannah Arendt, quando os conceitos de inimigo objetivo e do crime logicamente possível são abandonados, “[...] as vítimas são escolhidas inteiramente ao acaso e, sem mesmo terem sido acusadas, são declaradas indignas de viver.” (ARENDDT, 1990, p. 483).

Nomeado por Arendt (1990) como “categorias indesejáveis”, Luana Santos, jovem negra, pobre e periférica retrata a “clientela habitual” (SHECAIRA, 2014) do sistema penal. O vídeo de Luana e a sua parcial transcrição feita acima representam a denúncia mais “crua” do sistema penal ao ser a face visível de um fenômeno geralmente invisível pela maioria da sociedade. Tal situação, fruto de um sistema penal “subterrâneo” (PRANDO, 2006) que convive e se mescla com o sistema penal “oficial”, são práticas comuns na periferia, ainda que invisíveis para muitas moradores de fora das periferias.

Práticas ilegais como a tortura e o extermínio são parte do funcionamento punitivo regular no Brasil, fundadas no regime de poder racial e validadas oficialmente por juristas. É o corpo de populações que não têm sua humanidade reconhecida que é posto no centro da cena. (SOUZA et al., 2017, p. 38).

ILUSTRAÇÃO 4 – HEMATOMA EM LUANA BARBOSA



Fonte: Extraído do vídeo “Luana Santos morre vítima de espancamento por PMs – Ponte Jornalismo”, 2016.¹⁰²

Tomada pela urgência de denunciar a provável morte por parte de agentes do Estado, a imagem compartilhada pela Ponte e produzida através de uma câmera “intrusa” de um espectador-produtor pode ser considerada a forma de denúncia em

¹⁰² Na versão digital deste trabalho, ao clicar na figura acima, a pessoa leitora será direcionado à íntegra do vídeo publicado no *YouTube*.

seu estado mais precário e informal. O comportamento dos agentes do Estado, apesar de não registrados pela câmera, é detalhadamente exposto da personagem-vítima do vídeo. “Mão para trás e cabeça abaixa” (BARBOSA, vídeo, 2016).

Mesmo sob o véu da precariedade no modo de produção, do aprisionamento do “real” e da informalidade na coleta do testemunho da personagem, este vídeo da Ponte consegue ilustrar situações experimentadas por muitas vítimas do sistema penal, que vão desde a ameaças verbais, humilhações, chutes, pontapés até a morte. Expressa o posicionamento de pavor pelos quais negros, pobres e moradores de regiões periféricas passam ao cair num “enquadro” da polícia.

B) “Chapa”: Retratos de denúncias e pedidos de reconhecimento

Em outro vídeo publicado pela Ponte, de 31 de agosto de 2016, o rapper Emicida¹⁰³, de 31 anos, exprime em palavras a tensão pelo qual pessoas negras ou suburbanas passam ao encontrar a PM: “A gente se considera um alvo. Eu me considero um alvo. Qualquer um de nós é um alvo, nesse país violento em que a gente vive.” (EMICIDA, 2016).

Todo em preto e branco e com o rap “Chapa” abrindo o vídeo “Chapa pode ser qualquer um de nós” trata-se de mais uma forma de denúncia de como age o sistema penal em relação a determinadas raças e classes sociais.

Chapa, desde que cê sumiu. Todo dia alguém pergunta de você. Onde ele foi? Mudou? Morreu? Casou? Tá preso, se internou, é *memo*? Por quê? Chapa, ontem o sol nem surgiu, sua mãe chora. Não dá pra esquecer que a dor vem sem boi. Sentiu, lutou, ei *Jhow* ileza nada, Ela ainda tá presa na de que ainda vai te ver. (Letra do rap “Chapa” de autoria de Emicida).

Diferentemente do vídeo da Luana Barbosa, “Chapa” é uma produção da Ponte Jornalismo feita por Luis Adorno, produção de André Caramante, imagens de Caio Palazzo e edição de Maitê Berna. Neste vídeo, intimista e com a câmera

¹⁰³ Em vista da escolha dos dez vídeos mais visualizados da Ponte Jornalismo ocorreu que em dois deles o rapper Emicida ocupou o lugar de protagonista da fala. Como colocado na parte metodológica deste trabalho, a escolha pelos dez vídeos mais visualizados tratou-se de uma tentativa de “tomada de distância”, uma vez que optei em não escolher os vídeos individualmente, já que todos os vídeos da Ponte pareciam vinculados ao objetivo e às análises pretendidas. É claro que Emicida por ser uma personalidade da música possui mais privilégios do que outras pessoas negras não-famosas para ocupar espaços midiáticos. Mas, importante registrar que os espaços midiáticos obtidos por Emicida na mídia tradicional e hegemônica é diferente do espaço oferecido pela Ponte, e é justamente nesta diferença onde se encontra algumas das razões dessa pesquisa.

focada no rosto de Emicida e totalmente desfocada ao fundo, o *rapper* conta algumas histórias pessoais, de amigos e de terceiros que foram vítimas arbitrárias do aparelho repressivo estatal. A narrativa do vídeo é toda feita a partir dos relatos de Emicida, como quando ele conta da história de um jovem de 17 anos que mesmo após alvejado a tiros conseguiu questionar o policial a razão do disparo:

O que me deu um estalo e me fez ver o quanto isso era urgente, o quanto eu vi que era preciso mais pessoas olhassem para isso, foi quando a teve aquele menino de 17 anos que levou um tiro no peito e ficou vivo a tempo de perguntar ao policial porque havia atirado nele. Com qualquer um de nós pode acontecer isso, voltando de um show, de um rolê. (EMICIDA, 2016).

Atento às urgências da periferia, o rapper aponta às dificuldades de uma resistência organizada na periferia, que se dá muito em virtude da repressão violenta da polícia a quaisquer tentativas de diálogo ou reivindicações de moradores da periferia. “Então eu sinto que não existe uma confiança na corporação, ninguém fala, ninguém questiona, porque sabe quando a repressão quando volta, volta violenta.”. (EMICIDA, 2016).

ILUSTRAÇÃO 5 – EMICIDA [2]



Fonte: Extraído do vídeo “[Emicida] “Chapa pode ser qualquer um de nós – Ponte Jornalismo”, 2016.¹⁰⁴

Em um dado momento, o vídeo dá um giro de perspectiva. Emicida, após relatar a denúncia do suposto disparo de bala de fogo de um policial contra o menino, traz a cena o pedido de reconhecimento de que “o Estado errou”. Neste momento, o rapper acende a demanda por reconhecimento.

¹⁰⁴ Na versão digital deste trabalho, ao clicar na figura acima, a pessoa leitora será direcionado à íntegra do vídeo publicado no *YouTube*.

O negócio é que essas mães querem que o Estado reconheça que ele errou. Isso não dá para você chamar de vitória, é quase um engodo, perto da dor que o Estado guardou na vida dessas pessoas. A atmosfera que nós crescemos é essa atmosfera de impunidade, se pode matar essa quantidade de jovens negros que o país não vai se posicionar em relação a isso. Isso é o que mais assusta. (EMICIDA, 2016).

Mais do que um reconhecimento de erro por parte do Estado e responsabilização dos suspeitos, relatos como o de Emicida reforçam também um dos maiores desafios criminológicos contemporâneos, que são os estudos da seletividade penal. Identificados por Zaffaroni (2012) como “eles”, essas pessoas antagônicas à “nós”, são as vítimas habituais da maior parte das barbáries cometidas por agentes do Estado, geralmente em proteção e em defesa de “nós” e de nosso patrimônio.

Este *eles* se constrói por *semelhanças*, para o qual a televisão é melhor meio, porque trabalha com imagens, mostrando alguns poucos estereotipados que delinquem e de imediato os que não delinquiram ou só incorreram em infrações menores, mas são *parecidos*. Não necessita verbalizar para comunicar que em qualquer momento os parecidos farão o mesmo que o criminoso.¹⁰⁵ (ZAFFARONI, 2012, p. 219).

A fala de Emicida, somada às denúncias contra as violências do Estado e a seletividade penal, chama especial atenção também porque se dá num ambiente geralmente tomado pela branquidade: o protagonismo midiático. Emicida, *rapper* e jovem negro, através das lentes da Ponte Jornalismo consegue o que poucos outros jovens negros consegue: visibilidade. Essas duas palavras-chaves, “protagonismo midiático” e “visibilidade” são *tags* desconhecidas a negros e moradores da periferia, muito porque “[...] a branquidade é o lugar privilegiado de onde se definem e subordinam os ‘outros’ racializados, que serão considerados hierarquicamente inferiores.” (PRANDO, 2017, p. 7).

Porta-voz de denúncias e pedidos de reconhecimento advindos da periferia, de certa forma Emicida consegue transpor os limites da objetivação do discurso

¹⁰⁵ Tradução nossa do original: “Este ellos se contruye por semejanzas, para lo cual la televisión es el medio ideal, pues juega con imágenes, mostrando algunos de los pocos estereotipados que delinquen y de inmediato a los que no delinquieron o que sólo incurren en infracciones menores, pero que son parecidos. No necesita verbalizar para comunicar que em cualquier momento los parecidos harán lo mismo que el criminal.”

negro periférico ao transforma-se em sujeito de discurso, não objetivado. Nisto, a Ponte e Emicida conseguem mudar um pouco a estética do poder discursivo ao deslocar a linguagem e a compreensão periférica para o centro das atenções, afastando duplamente dois discursos eminentemente construídos sob o regime do poder racial: o discurso “oficial” (da polícia, do Estado etc) e o discurso midiático-tradicional (dos meios de comunicação de massa).

C) “Ocupação São João”: O outro olhar da Ponte

No rastro de denúncias do aparelho repressivo do estado e do sistema penal, o vídeo “EXCLUSIVO: Imagens de dentro do prédio do despejo da Ocupação São João”, de 17 de setembro de 2014, realizado pelos colaboradores da Ponte Rafael Bonifácio e Caio Palazzo, com a contribuição de Maria Carolina Trevisan e editado por Dani de Lamare tem como objetivo fazer uma releitura da realidade das desocupações forçadas ao mostrar “de dentro para fora” o movimento de resistência por moradia.

Refletindo o clima de tensão de dentro da ocupação, a câmera da Ponte se move em ritmo frenético atrás dos moradores. Ouve-se barulhos de ferros caindo, agitação e gritos. O som é oco e os gritos parecem percorrer toda a imensidão dos espaços sem atingir ninguém, já sentimentos bem definidos aparecem inundar o local: A angústia somada à bravura de alguns poucos que tentam resistir a entrada do choque, e de outros (sobretudo famílias, mulheres e crianças), que querem se retirar do local temendo uma provavelmente entrada violenta da polícia.

Com toda agitação do ambiente, o corre-corre faz lembrar algumas cenas de rebeliões em presídio, quando os detentos ocupam os lugares mais altos do prédio em busca de visibilidade (do Estado e em parte da mídia) e de proteção das bombas e das armas do “batalhão de choque”. Mas, neste caso, no corre-corre além de pedaços de pau, fumaça e móveis queimados vemos também uma grande quantidade de mulheres e crianças que tentam, a todo custo, subir em uma escada improvisada com objetivo de “pular” ao prédio vizinho.

ILUSTRAÇÃO 6 – PESSOAS SUBINDO ESCADAS PARA FUGIR DE AÇÃO
REPRESSIVA POR PARTE DA PM



Fonte: Extraído do vídeo “EXCLUSIVO: Imagens internas do despejo da Ocupação São João – Ponte Jornalismo”, 2014.¹⁰⁶

Nesse encontro de crianças, mulheres e homens com o sistema (repressivo) de justiça, ainda que a maioria dessas pessoas somente tentem se proteger com barricadas e pedaços de paus ou corram de medo e pavor das bombas e tiros de borrachas, devido a circunstância de estarem na instância de serem interpelados pelo aparelho repressivo, qualquer ato ou comportamento de resistência mais efusivo naquela ocasião poderia ser interpretado como um “crime”.

Nesse contexto, onde a luta pela sobrevivência mais ou menos digna é colocada como um indesejável trampolim à criminalização da conduta de resistência, não incomum – infelizmente – que o comportamento de quem resiste venha a se enquadrar como “desviante”. Esse tipo comum de criminalização, envolto em razões políticas (de poder), é onde reside uma dos principais pilares da Criminologia Crítica. É como pontua Massimo Pavarini (1988, p. 130 apud ANDRADE, 1997, p. 216):

Se não se explicam pois as razões políticas de porque um certo comportamento é enquadrado como desviante ou de porque um certo sujeito é criminalizado, a criminalidade, ademais de ser uma aparência, chega a ser também um inexplicável acidente.

Mostrando “o lado que ninguém viu” como define a própria Ponte Jornalismo na descrição do vídeo, a câmera da Ponte de maneira estratégica tanto imagetivamente como politicamente se posiciona ao lado dos moradores, seguindo

¹⁰⁶ Na versão digital deste trabalho, ao clicar na figura acima, a pessoa leitora será direcionado à íntegra do vídeo publicado no *YouTube*.

cada passo dado por eles. Nisto, é possível ver e ouvir a maneira truculenta como os agentes do Estado se dirigem aos moradores. “A hora que eu parar o trânsito aqui, vou dar o *start*, ou sai ou sai.” “Vai, vai, some logo caralho.” “Vai *meu*, quanto mais demora pior é.” A sensação de que passa é que a polícia não liga nem minimamente com a situação das pessoas (se feridos, se doentes, se impossibilitados de locomoção), tocando-as para fora como verdadeiros animais¹⁰⁷ do curral ao pasto, ignorando o papel e as funções do Estado de “[...] efetivação da igualdade material, pela inclusão social, cultural e econômica, pela segurança e pelos direitos humanos.” (BORGES, 2014, p. 829).

Em forma de uma contra-narrativa (literalmente, já que o resto da imprensa se posicionava a metros do prédio e atrás das tropas policiais), a câmera da Ponte durante todo o acompanhamento da ação de despejo capta situações em forma de denúncia e falas em forma de pedidos de reconhecimento. “Nossa luta hoje não é porque a gente quer destruir a prefeitura, a gente quer chamar atenção que tem muita gente que não tem para onde ir.”, diz Daiane Cristina, moradora da ocupação.

Nesta atmosfera de medo e indignação, de luta e resiliência, os moradores que ainda tentavam resistir, vão aos poucos desocupando o prédio, já que não houve nenhum tipo de negociação de permanência ou saída não-forçada.

[...] a verdade, não houve negociação, o que tentamos era amenizar o que aconteceu aqui. Nós tivemos aqui uma praça de guerra. [...] A gente precisa de uma política de habitação, uma política humana de reintegração. Respeitar a conquista das pessoas, têm pessoas que levaram anos para comprar uma geladeira. (COSTA, Alderon. Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, vídeo, 2016).

Já se encaminhando ao final do vídeo, a câmera usada como meio de registrar o acontecimento passa a se tornar parte do acontecimento enfileirando-se atrás de um morador, como um (real)-participante do acontecimento. Já fora do prédio, de frente a um pelotão de policiais, o vídeo termina ao som de Saudosa Maloca, de Adoniran Barbosa: “Construímos nossa maloca / Mas um dia, *nóis* nem

107 Feita a analogia, faço aqui uma nota pessoal a partir do argumento de Hulsman (1993) de que para se alcançar uma mudança na cultura punitivista é necessária a adoção de práticas abolicionistas no cotidiano. A meu ver a atitude abolicionista deve alcançar inclusive o (nosso) desafio de desbaratar o modo de produção da indústria alimentícia como a conhecemos hoje (encarceradora, industrial, assassina).

pode se *alembrear* / Veio os *home* com as *ferramenta* / Que o dono mandou derrubar.”.

D) O Estado que arranca olhos

Mesmo quando não enxergamos, sentimos. Assim defino os primeiros segundos do vídeo “O Estado que arranca olhos – Alex encontra Sérgio”, de direção de Preto Brasileiro, reportagem de Fausto Salvadori Filho e fotografia de Alex Silveira, Caio Palazzo, Rafael Bonifácio, Sérgio Silva e Preto Brasileiro.

Todo em preto, com *flashes* de cenas de violências em manifestações, o “O Estado que arranca olhos” é um vídeo que impacta, tanto visualmente como sensorialmente. Trata-se de um diálogo de dois fotógrafos atingidos por bala de borracha em manifestações, Alex Silveira, em 2000, e Sérgio Silva, em 2013. Alex teve sua visão do olho esquerda diminuída em 80% e Sérgio perdeu totalmente seu olho esquerdo – no lugar dele, usa uma prótese.

O ambiente escolhido pela Ponte Jornalismo para este encontro foi uma acolhedora sala, de luz baixa e livros ao fundo. Nela, Alex sentou-se à esquerda e Sérgio à direita. Fotógrafos que são, Alex e Sérgio seguram câmeras, cada um registrando a fala do outro. Nisto, a câmera da Ponte se posiciona à frente dos dois, intercalando cenas de cada uma das três câmeras durante o vídeo.

Nos segundos iniciais do vídeo as imagens passam tão depressa pela tela que mal conseguimos vê-las. Sentimos, contudo, a fala forte de Alex Silveira, fotógrafo, ao se lembrar dos instantes pelo qual teve seu olho alvejado por uma bala de borracha no ano de 2000¹⁰⁸: “Eu estava na Paulista fazendo a cobertura para o ‘Agora São Paulo’ quando fui alvejado, e me deu um blecaute total na minha visão.”

¹⁰⁸ Alex foi atingido por uma bala de borracha em 2000, enquanto fotografava uma manifestação de professores na Avenida Paulista, em São Paulo, capital. Ele perdeu 80% da visão do olho esquerdo.

ILUSTRAÇÃO 7 – ALEX SILVEIRA, FOTÓGRAFO



Fonte: Extraído do vídeo “O Estado que arranca olhos – Alex encontra Sérgio”, 2016.¹⁰⁹

De frente de Alex, está sentado Sérgio Silva, 32 anos, também fotógrafo. Alex foi alvejado por uma bala de borracha enquanto cobria as manifestações do Passe-Livre no ano de 2013. Numa conversa entre amigos, Alex e Sérgio lembram de suas histórias, relatos fidedignos dos incidentes que os fizeram perder a visão, lamentavelmente repletos de semelhanças e dor.

Uma das pautas tratadas nos relatos foi o pedido de reconhecimento do dano por parte do Estado. Sérgio há 14 anos tenta obter uma indenização reparatória cível do Estado em razão da perda quase total de sua visão. “Desde então eu nunca mais consegui ter uma contratação”, desabafa Alex. Sérgio, igualmente alvejado por uma bala de borracha, também tenta ser reparado na Justiça, mas já sofreu duas derrotas, a última em sede de apelação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.¹¹⁰

Apresentando as histórias de Alex e Sérgio, suas denúncias, perspectivas e pedidos de reconhecimento por parte do Estado, a Ponte Jornalismo traz para a cena um espaço de ressignificação de processos discursivos sobre a violência estatal, onde as próprias vítimas do Estado conseguem denunciar e ao mesmo tempo reconstruir narrativas para além do relato midiático tradicional.

¹⁰⁹ Na versão digital deste trabalho, ao clicar na figura acima, a pessoa leitora será direcionado à íntegra do vídeo publicado no *YouTube*.

¹¹⁰ Segundo acórdão referente ao processo n. 1006058-86.2013.8.26.0053 não foi configurado nexos de causalidade capaz de fazer com que o Estado fosse responsabilizado objetivamente pelo incidente ocorrido com Sérgio. Apesar da perda permanente de seu olho esquerdo, e do afastamento de sua culpa exclusiva, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou improcedente o pedido indenizatório.

Ainda que buscando mobilizar algum caráter emotivo, a presença do depoimento de Alex e Sérgio não se confunde com o roteiro de espetacularização comum no meio jornalístico televisivo, porque enquanto o principal critério para este último parece ser a imagem, para o vídeo da Ponte é o discurso. A tonalidade acinzentada do filme, as cenas de Alex e Sérgio segurando suas câmeras e se filmando reciprocamente, o tapa-olho de Alex apenas formam um elo simbólico para a construção discursiva, feita em grande parte pelos próprios personagens do vídeo. Trata-se de uma entre infinitas formas de representar a realidade ali vivida.

As denúncias feitas em relação aos causadores de seus danos e os pedidos de reconhecimento feito à Justiça apesar de eminentemente discursivas extravasam o campo linguístico, sendo extralinguísticos na medida em que os discursos de cada um dos personagens simboliza uma realidade subjetiva. Entendendo o discurso como “[...] a palavra em movimento [...]” (ORLANDI, 2009, p. 15), a narrativa construída por todos os participantes (Alex, Sérgio e Ponte) parece seguir um fluxo próprio, contra-hegemônico, calcado na circulação da voz de sujeitos propositalmente esquecidos pela ordem hegemônica, a mídia tradicional.

Trata-se de resignificar os fatos e imagens diante da própria televisão corporativa que cobre os mesmos acontecimentos com tomadas aéreas, vindas de helicópteros com comentários feitos por âncoras e especialistas, sentados nos estúdios. Estes, seria uma das formas de distinguir o jornalista profissional do midiativista, lutam menos por uma intervenção ou ação sobre os fatos e mais pela captação e monetização da atenção e do desejo do espectador. (BENTES, 2014, p. 336).

A história de Alex e Sérgio foi válida e constitui-se um fato noticioso para a mídia tradicional enquanto ambos estavam ensanguentados sob o foco de dezenas de microfones e câmeras que os sufocavam e lhes tiravam o último vestígio de dignidade humana¹¹¹ que o tiro de borracha no olho ainda não tinha sido capaz de lhes retirar. Após isso, terminado o fato noticioso, com o fim do interesse da ordem hegemônica midiática pelo acontecimento, Alex e Sérgio passaram a ser mais um “passado”, ainda que a violência estatal se expresse no presente e no futuro marcada visivelmente em suas faces, em seus olhos. Isto ocorre em parte porque

¹¹¹ Importante consignar que o Estado Brasileiro possui normas que tutelam a dignidade humana. Neste sentido, de acordo com Paulo Corrêa Borges e Stella Mendes Costa (2014, p. 827): “Em verdade, a dignidade é erigida como um direito fundamental que norteia a integração, interpretação e aplicação de todo o ordenamento nacional.”

“[...] a ‘notícia’ é o produto final de um processo complexo que começa com uma classificação sistemática e seleção de eventos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construído.”¹¹² (HALL et al, 1978, p. 53).

Assim, a partir deste conjunto de categorias socialmente construído é onde se diferenciam as práticas discursivas de meios de comunicação hegemônicos e de meios de comunicação contra-hegemônicos, onde especificamente no que se refere ao caso dos personagens do vídeo, os veículos de comunicação hegemônicos parecem tender a noticiar apenas os fatos “quentes” relacionados ao momento do acontecimento dos fatos e a partir de leituras oficiais do Estado e “suboficiais” de hospitais e médicos¹¹³, enquanto os meios de comunicação contra-hegemônico, como pode ser considerada a Ponte Jornalismo, traz à cena outra forma de apresentar o acontecimento, ao transformar em protagonistas os personagens vítimas da ação estatal, carregados de denúncias e pedidos de reconhecimentos por parte do Estado. Segundo Nilo Batista (2003, p. 8-9):

O discurso criminológico midiático pretende constituir-se em instrumento de análise dos conflitos sociais e das instituições públicas, e procura fundamentar-se numa ética simplista (a ‘ética da paz’) e numa história ficcional (um passado urbano cordial; saudades do que nunca existiu, aquilo que Gizlene Neder chamou de ‘utopias urbanas retrógradas’). O maior ganho tático de tal discurso está em poder exercer-se como discurso de lei e ordem com sabor ‘politicamente correto’. Naturalmente, esse discurso admite aliar-se a outros que não lhe reneguem o ponto de partida: a modernidade realizou-se plenamente, suas promessas estão cumpridas, e se o resultado final é decepcionante, tratemos de atenuá-lo pela caridade, pelo voluntariado, por campanhas publicitárias; mas lei é lei. Paralelamente a teorias sociais que excluem a conflitividade de suas costuras, caminham concepções jurídicas para as quais a teoria do delito é o mais audacioso limite da reflexão. Os conflitos sociais podem dessa forma ser lidos apenas pela chave infracional: a tragédia fundiária brasileira é reduzida à dogmática do esbulho possessório, ainda que, para honra nossa, alguns tribunais tenham, em acórdãos jamais noticiados na plenitude de suas estruturas

112 Tradução nossa do original: *“News’ is the end-product of a complex process which begins with a systematic sorting and selecting of events and topics according to a socially constructed set of categories.”*

113 Essa percepção se deu devido a pesquisa exploratória paralela realizada especificamente em relação ao caso de Sérgio Silva. Baseado nas informações coletadas através da plataforma “Google Notícias”, através de busca com intervalo personalizado entre o dia do ocorrido e os dois dias imediatamente subsequentes (13 de junho de 2013 a 15 de junho de 2015) a partir da palavra-chave “Sérgio Silva”, pude perceber que as matérias de G1 (portal de notícias do conglomerado Globo), R7 (portal de notícias da Rede Record de Televisão), Jornal do Brasil, Uol e Terra abordaram o acontecimento seguindo a seguinte linha (podendo haver alterações na sequência): 1) Narrativa inicial resumida do fato; 2) declarações da mulher de Sérgio; 3) declarações de médicos; 4) encerramento com “balanço” oficial da PM.

argumentativas, encontrado no texto constitucional a superação desse paradigma medíocre.

Baseado em outra forma de construir o acontecimento, a Ponte Jornalismo, mesmo que timidamente, tentar alçar no universo midiático-discursivo a construção de “outro discurso”, ainda que os meios de comunicação hegemônicos tenham maior alcance geral da população. Segundo Marília de Nardin Budó (2013, p. 441)

[...] os meios de comunicação tradicionais seguem sendo preponderantes, ainda que o consumo de internet seja elevado. E, ainda, a grande mídia comercial que continua pautando, na maior parte das situações, as preocupações públicas, bem como a agenda política em várias áreas.

Dessa forma, “O Estado que arranca olhos – Alex encontra Sérgio” ainda que um vídeo de baixo alcance, se comparado com os materiais produzidos pelos meios de comunicação hegemônicos, se posiciona como um dos poucos lugares público-midiático onde personagens como Sérgio e Alex possuem liberdade para denunciar abusos e reclamar o não reconhecimento do Estado.

E) As mães que enterram filhos: Vozes invisibilizadas

Num momento em que a produção midiática vem assumindo novos contornos através da possibilidade de produção descentralizada e independente através de plataformas digitais de compartilhamento de conteúdo, e com o alcance cada vez maior do uso de celulares e internet nas periferias, vídeos sobre denúncias sobre excessos de operações policiais têm se tornado mais frequente no ambiente virtual.

Se, antes as violências cometidas por agentes de repressão do Estado ficavam marcadas na memória e nos relatos de alguns poucos familiares ou sobreviventes, hoje é possível encontrar inúmeros relatos espalhados por redes sociais e sites de compartilhamento de vídeos. Neste movimento, o vídeo da Ponte “Polícia é para proteger crianças, não para matar”, de 23 de abril de 2017, produzido e filmado por Daniel Arroyo, trata-se do relato da mãe de Gabriel Alberto Tadeu Paiva, 16 anos, espancado até a morte com um pedaço de pau por supostos policiais militares, segundo testemunhas.¹¹⁴

114 De acordo com informações trazidas pela Ponte Jornalismo na descrição do vídeo.

Descolado da prática discursiva da mídia hegemônica, este vídeo colhe um relato espontâneo de Zilda Regina Paiva, mãe de Gabriel. Junto a um círculo de afeto ao qual Zilda se posiciona no centro abraçada e consolada por outra mulher, a câmera da Ponte – distante cerca de um metro da protagonista – grava e acompanha lateralmente todos seus movimentos, corporais e verbais. Sem perguntas, indagações, interpelações ou cortes, a Ponte Jornalismo registra em voz e imagem uma pessoa geralmente esquecida pelo Estado e pela mídia hegemônica.

Neste vídeo, a representação da violência assume novos contornos e novos personagens. Enquanto na mídia tradicional e hegemônica a voz policial ganha peso e notoriedade por ser a “última palavra”, aqui quem assume a “última palavra” é uma mulher negra, cercada de outras mulheres, colegas e amigas, no enterro de seu filho morto supostamente por policiais. Dificilmente Zilda teria o mesmo espaço de fala em um veículo de mídia tradicional e hegemônico, e Teun Van Dijk (1990, p. 130), autor que compartilha da análise crítica do discurso, parece ter as pistas para isso:

As fontes da elite não só se consideram de mais valor informativo (como atores da notícia) como também mais confiáveis como observadores e emissores de opinião. Em uma notícia sobre uma greve, o diretor de uma empresa e o líder sindical serão fontes muito mais frequentes que o grevista individual. (GLASGOW UNIVERSITY MEDIA GROUP, 1976-1980). De maneira similar, na maioria dos conflitos sociais, as autoridades como os políticos de alto nível, os estudiosos ou policiais, serão solicitados para análise dos feitos. (MADDUX; ROGERS, 1980). Um ministro do governo, neste caso, se considera de um nível maior como fonte que um membro do parlamento. A hierarquia social parece se reproduzir na hierarquia retórica de credibilidade e da confiança.¹¹⁵

A visão da Ponte trata-se de uma outra perspectiva nesta “hierarquia retórica”. São outros olhares sobre e partir de “outros” personagens, geralmente lembrados somente quando cometem algum crime.

¹¹⁵ Tradução nossa do original: “*Las fuentes de élite no sólo se consideran de más valor informativo (como los actores de la noticia) sino también más fiables como observadores y emisores de opiniones. En un informe sobre una huelga, el director de una empresa y el líder sindical se citarán como fuentes mucho más frecuentemente que el huelguista individual. (GLASGOW UNIVERSITY MEDIA GROUP, 1976-1980). De manera similar, en la mayoría de los conflictos sociales, a las autoridades como los políticos de alto nivel, los expertos o funcionarios policiales, se les solicita su descripción y evaluación de los hechos (MADDUX y ROGERS, 1980). Un ministro del gobierno, en ese caso, se considera de un nivel mayor, como fuente, que un miembro del parlamento. La jerarquía social parece reproducirse en la jerarquía retórica de la credibilidad y la fiabilidad.*”

ILUSTRAÇÃO 8 – ZILDA PAIVA, AO CENTRO



Fonte: Extraído do vídeo “Polícia é para proteger crianças, não para matar”, 2016.¹¹⁶

O interessante neste vídeo é notar que a cobertura da Ponte se dá justamente em circunstâncias que levaria Zilda e Gabriel à pauta jornalística da mídia hegemônica: Quando cometem crimes ou morrem. Todavia, o modo de relatar, noticiar, contar, informar e construir a realidade é diametralmente oposta. Enquanto a mídia tradicional e hegemônica parece funcionar como uma espécie de tribunal que levanta os fatos, sentencia e julga; as mídias independentes, descentralizadas e contra-hegemônicas, como a Ponte, querem mergulhar nas histórias das pessoas, deixando com que elas próprias digam sobre os fatos, denunciem e busquem reparação ou reconhecimento.

Aparentemente sem se dar conta que estava sendo gravada, Zilda, nos breves três minutos de fala, assume um protagonismo, um potente lugar de poder provavelmente nunca antes experimentado. Lamentavelmente, estas cenas se deram no enterro de seu filho.

Quem ocasionou tudo isso foi esse policial, ele tem que ser pego, entendeu. Quem começou tudo isso foi ele. Mas o governo? Ele não é do governo? Não foi o governo que pôs ele lá? Então se ele é do governo, o governo tem que me dar satisfação. Eu não quero dinheiro, não quero nada. Eu queria meu filho aqui, mas ele não está. (PAIVA, Zilda, vídeo, 2017).

O tom da fala de Zilda, mais do que um relato de uma mãe que perdera o filho, trata-se de uma especial e corajosa denúncia contra a repressão estatal, ao

¹¹⁶ Na versão digital deste trabalho, ao clicar na figura acima, a pessoa leitora será direcionado à íntegra do vídeo publicado no *YouTube*.

observar não somente a responsabilidade direta do agente causador do dano, mas também do Estado (governo). E, completa:

O que eu quero agora é a justiça pelos jovens que estão aqui, pra que eles possam sair na rua sem ser apedrejados ou levem pauladas na cabeça. Não quero que meu filho seja mais um, uma estatística. Vamos corrigir o que está errado. [A polícia] está aí para proteger as crianças e não para matar. Ironicamente tenho dois filhos que são filhos de policiais, ironicamente. [...]. (PAIVA, Zilda, vídeo, 2017).

Zilda fala para uma câmera que a escuta e a enxerga ao mesmo tempo que espalha e compartilha sua voz. A partir de uma linguagem emergente, com a câmera em movimento e focada exclusivamente em Zilda, a Ponte Jornalismo praticamente “*hackeia*” a forma de produção estável e a prática discursiva de controle, comum aos veículos de comunicação hegemônicos.¹¹⁷

Observando a fala de Zilda, tornou-se praticamente impossível para mim ignorá-la frente ao objetivo geral de análise discursiva da Ponte, mesmo porque neste vídeo o véu discursivo da Ponte se esconde, se nutre e se mistura nas palavras de Zilda.

“Polícia é para proteger crianças, não para matar” é um vídeo sobre a história particular de Zilda mas também sobre práticas discursivas e contra-hegemonia. O modo cotidiano como enxerga a violência e seu posicionamento crítico frente a violência estatal transforma Zilda em uma porta-voz (isolada) de uma categoria de pessoas invisibilizadas e oprimidas.

Não podendo estar alheia a essas vidas, cabe então a criminologia (crítica) mais do que dirigir suas atenções ao controle da violência estatal, inserir-se em um contexto de luta pela justiça social, afirmação de direitos e democracia. Pontua Carmen Hein de Campos (2014, p. 10):

Esses sujeitos “apagados da vista”, mulheres negras e pobres estão submetidas a múltiplas violências decorrentes das diversas situações de vulnerabilidade a que estão expostas. Pode-se citar como exemplo, a violência mortífera praticada pelas agências penais contra seus filhos, a violência dos traficantes e a violência interpessoal que sofrem de companheiros. Esses novos sujeitos não podem mais ser ignorados nem feminismo nem pela criminologia. Uma análise criminológica que pretenda estudar essa realidade deve contemplar tanto os cadáveres dos filhos quanto os corpos vivos das

¹¹⁷ Arrisco dizer que seria praticamente impossível encontrar a fala acima de Zilda transcrita na mídia tradicional.

mulheres negras faveladas, mães, irmãs e parentes femininas que lutam por reconhecimento. O olhar feminista e da criminologia para os parentes mortos e as mulheres sobreviventes rompe com os essencialismos feminista e criminológico.

O vídeo “Polícia é para proteger crianças, não para matar” trata-se de um rompimento da hierarquia discursiva presente nos veículos de comunicação tradicional. O discurso é outro, vem de vozes oprimidas e esquecidas. Zilda parece nem perceber a presença do colaborador da Ponte, gerando uma sensação como se a Ponte tivesse dito: “Manda brasa, aqui o direito da palavra só a ti pertence”. Assim, parece que os canais contra-hegemônicos, como a Ponte, parecem contribuir a incorporação desses personagens (invisíveis à grande mídia) ao campo de luta das práticas discursivas e de justiça social, num esforço semelhante ao que a criminologia “marginal” (ZAFFARONI, 1995) e “engajada” (ANDRADE, V. R. P., 2012) tenta fazer.

F) O Estado que prende, o Estado que (se) cala

Nesse movimento engajado de mulheres que lutam por justiça social, afirmação de direito e contra o controle da violência estatal, “Tortura em unidade feminina da Fundação Casa”, vídeo de 16 de novembro de 2016, filmado, produzido e editado pelo colaborador da Ponte Caio Castor, retrata a luta de duas mulheres que, em frente a unidade onde suas filhas adolescentes estão presas, denunciam supostas agressões e espancamentos praticados por funcionários do local.

Ambientado no portão principal da unidade, localizada em Parada de Taipas, zona norte da capital paulista, o vídeo trata-se de um acompanhamento de uma realidade oculta (e ignorada) por grande da sociedade. Os personagens dessa narrativa são duas mulheres, Ruth e Janete, ambas mães que dedicam parte de seu dia em tentar coletar informações sobre suas filhas, especialmente em relação as suas condições (físicas, psicológicas e emocionais), – após as informações de que elas estariam sendo agredidas dentro da unidade.

ILUSTRAÇÃO 9 – JANETH, À DIREITA; RUTH, À ESQUERDA



Fonte: Extraído do vídeo “Tortura em unidade feminina da Fundação Casa”, 2016.¹¹⁸

O vídeo é dividido em dois momentos. Em um, o colaborador da Ponte busca acompanhar a tentativa de contato de Ruth e Janeth com algum responsável da instituição com o objetivo de coletar informações sobre as suas filhas. No outro, são coletados os relatos de ambas as mães. Percebe-se que a Ponte tenta não influenciar a fala das mulheres, dando-lhes a oportunidade de relatar o ocorrido a partir da visão construída por elas próprias:

Minha filha relatou que estava sendo maltratada, não só ela como as outras meninas. Na sexta-feira, dia 12, entraram dentro da cela onde elas já estavam presas isoladas, no castigo, quando as cinco horas da manhã todas as meninas acordaram no susto com os agentes batendo com barra de ferro nas portas e gritando ‘acorda, acorda, acorda’ [...] já puxando as meninas pelo cabelo, jogando no chão, uma das meninas acabou caindo de mal jeito e parece que quebrou o dedo porque está com a mão muito inchada, e elas [agentes da unidade] já foram batendo, dando pontapé, tapa na cara, dando soco, agredindo, mandando as meninas ficarem nuas ficando abaixadas no chão. Algemaram as meninas e continuaram batendo nas meninas, xingando-as de tudo o quer nome, de marginal, e daí vai. Todas as meninas ficaram muito machucadas, e quando as meninas pediram para ir ao banheiro porque tinham acabado de acordar e estavam com a bexiga cheia, elas [agentes da unidade] falaram que não, que era para fazer tudo ali, e uma menina se urinou de tanto que apanhou. (ARRUDA, Janete, vídeo, 2016).

Neste relato transcrito acima, o colaborador da Ponte não pergunta nada, não indaga e aparentemente não interfere na construção do discurso. A câmera da Ponte

¹¹⁸ Na versão digital deste trabalho, ao clicar na figura acima, a pessoa leitora será direcionado à íntegra do vídeo publicado no *YouTube*.

parece atuar como um sujeito que acompanha, como se fosse uma terceira força, um apoio, na luta desigual entre duas mulheres e o Estado, este último representado por um gigantesco muro alto, com grades, cercas, vidros temperados e um único interfone que se presta em intermediar o diálogo dos “de dentro” com os “de fora”.

É por esse interfone que Ruth, a segunda mãe da narrativa, tenta saber informações sobre sua filha: “Por favor, alguém atende, quero saber notícias da minha filha. Desde domingo que eu quero saber como minha filha está [...] pelos maus-tratos que vocês fazem aí. Eu quero saber alguma resposta.” (RUTH, vídeo, 2016). Ruth não é respondida.

O silêncio dos “de dentro” parece apresentar um desdobramento dual: ao mesmo tempo que demonstra o poder do controle estatal em ocultar a brutalidade do castigo, demonstra também a frieza em ignorar o chamado de mães desesperadas em busca de notícias de suas filhas. De acordo com Ana Gabriela Mendes Braga (2012, p. 16) “[...] o uso da violência pelo sistema penal não é, de forma geral, percebido pela população externa a ele, e as teorias da pena contribuem para esse processo: ofuscam as violências a partir da racionalidade de seu discurso.”

A(s) violência(s)¹¹⁹ experimentadas pessoalmente por aquelas pessoas de dentro do sistema carcerário são praticamente escondidas do grande público. Ainda que do meio das frestas dos imensos portões ou dos ecos que reverberam nas frias e desmobiadas celas passem alguns “recados” do que acontece “lá dentro”, são poucas pessoas que realmente sabem o que se passa lá. Dentre elas, estão os familiares de presos.

A Ponte, ainda que movido por um jornalismo de ação, engajado e penetra, não consegue sequer se aproximar daquele espaço que simbolicamente representa a força máxima do Estado. Enquanto em manifestações em praças públicas a Ponte emerge de dentro das revoltas e praticamente se integra numa multidão de manifestantes e grupos sociais em atos contra o governo e o Estado; aqui, de frente para uma unidade prisional, não consegue nenhum contato com “os dentro”, todavia, consegue coletar informações das pessoas “de fora” mais conhecedoras das batalhas do “de dentro”: as mães.¹²⁰

119 Entendendo aqui o cárcere como uma violência em si e os abusos como mais uma forma de violência.

120 Na Cadeia Pública de Votorantim, a 102 quilômetros da capital paulista, existe um projeto chamado “TV Cela” voltado a realização de material de rádio e televisão produzido por presas. Com o apoio de profissionais voluntários, as presas buscam retratar e discutir a atual situação da vida no cárcere, e também assuntos de interesse geral e variedades.

Enquanto a mídia tradicional programaticamente se cala frente ao que acontece no cotidiano dos presídios, alguns movimentos midiáticos contemporâneos parecem dispostos a assumir essas lacunas. Nesta lógica, Jesús Martín-Barbero (2002, p. 55) coloca que: “O eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações [...]”

Janeth e Ruth são vozes apagadas da mídia hegemônica e, ainda que aparentemente não pertencentes a movimentos sociais, representam muito provavelmente as mesmas classes de pessoas por qual Barbero (2002) pensou enquanto escrevia sua proposta comunicacional. São as faces que geralmente só são lembradas quando sofrem algum tipo de violência – domésticas, sexuais etc; quando cometem crimes; ou quando choram pela morte de filhas, filhos, esposas ou esposos.

Diferentemente das narrativas provenientes da mídia hegemônica, a Ponte parece tentar construir uma outra forma de retratar a realidade, a partir de leituras mais dialógicas e democráticas com a participação de personagens preteridos pela mídia hegemônica. Dessa forma, observo que a Ponte compartilha em muitos aspectos com proposta de Barbero (2002) em deslocar os debates dos meios para as mediações, especificamente ao propor a horizontalização das práticas discursivas ao mesmo tempo que gera potência à falas antes sufocadas pelos emissores hegemônicos do poder.

Ainda que não tenha tido o contato direto com as principais personagens do [duplo] castigo, a Ponte conseguiu ouvir algumas personagens envolvidas diretamente a elas, o que permitiu a coleta de relatos que exprimem um pouco aquela realidade, já que “[...] a não-identificação com a pessoa presa, o não reconhecimento dela como um igual, faz com que seu sofrimento se torne invisível aos olhos da sociedade.” (BRAGA, 2012, p. 54). A partir desses relatos, somado a captura de imagens que mostram a pouca disponibilidade de diálogo entre o sistema carcerário e os familiares de pessoas presas, o trabalho exercido pela Ponte representa uma tentativa de tornar visível aos olhos da sociedade a dor sofrida pelas pessoas presas. “Tortura em unidade feminina da Fundação Casa” é um vídeo de denúncias em relação ao sistema carcerário, mas também um filme que instiga repensar certas crenças sobre punição e cárcere.

G) Livremente acorrentado a preso pelo Estado

Um jovem decide se acorrentar em frente ao edifício da Secretária de Segurança de Pública do Estado de São Paulo. Trata-se de um ato pacífico. O desfecho? Impedido, imobilizado, jogado ao chão e preso.

Com reportagem de Tatiana Merlino, imagens de Preto Brasileiro e edição de Maria Carolina Trevisan e Luiza Xavier, o vídeo da Ponte de 4 de julho de 2014, “Advogados pedem que MP investigue PMs por ‘tortura’ a estudante” é um daqueles vídeos que, enquanto você vê, imagina cena por cena do relato. O personagem principal é Murilo Magalhães, um jovem estudante de Direito, que decidiu realizar um ato simbólico para chamar atenção da população a respeito da greve dos metroviários.¹²¹

ILUSTRAÇÃO 10 – MURILO MAGALHÃES



Fonte: Extraído do vídeo “Advogados pedem que MP investigue PMs por ‘tortura’ a estudante”, 2014.¹²²

Dos quase cinco minutos do vídeo, Murilo é o único enunciador da narrativa. A câmera da Ponte permanece durante todo o vídeo focada no rosto de Murilo, sendo desviada somente quando apresenta as fotos do dia do ocorrido, onde se surge imagens de marcas e hematomas pelo seu corpo. Recheado de detalhes, a

¹²¹ Realizada pelos metroviários de São Paulo, a greve, decidida em assembleia em 04 de junho de 2014, com início em 05 de junho de 2014, tinha como pauta reajustes salariais, plano de carreira da categoria e a participação nos lucros e resultados.

¹²² Na versão digital deste trabalho, ao clicar na figura acima, a pessoa leitora será direcionado à íntegra do vídeo publicado no *YouTube*.

fala de Murilo assume um protagonismo peculiar, uma vez que a Ponte não coletou a versão oficial da história. Conta Murilo:

Eu e outros estudantes chegamos a uma opinião que deveríamos fazer alguma coisa para chamar a atenção da população para aquela situação que estava acontecendo na cidade. Foi quando tive a iniciativa de me dirigir até a Secretária de Segurança Pública e fazer um ato simbólico e pacífico de me acorrentar na porta deste prédio público. Um policial me impediu, me imobilizou, me jogou no chão e me deu voz de prisão. Em seguida, me revistou e disse que seria detido. Ele me levantou e disse o seguinte para mim, 'que agora eu teria o que merecia'. (MAGALHÃES, Murilo, vídeo, 2014).

Neste vídeo a Ponte não tratou de cobrir as manifestações coletivas dos metroviários, mas, especificamente os fatos ocorridos no protesto pacífico realizado pelo estudante de Direito. O interessante é que apesar da gravidade do relato a Ponte foi o único meio de comunicação a cobrir o acontecimento, não tendo sido identificada nenhuma postagem referente ao caso – ao menos no ambiente digital – proveniente de veículos de comunicação hegemônicos.¹²³

Neste sentido, sobre as escolhas de não cobrir determinados acontecimentos, alguns autores chegam a sugerir que essa inclusão ou exclusão de certos assuntos às pautas jornalísticas fariam parte de uma estratégia de manipulação para evitar com que as pessoas se envolvam em um pensamento crítico ou atividade política. Edward Hérmán e Noam Chomsky (2002), foram um desses atores que demonstraram como certas histórias são sub-representadas na mídia. Hérmán e Chomsky ao analisar algumas matérias do *The New York Times* notaram que as mortes em massa produzidas por arma de fogo da Indonésia em Timor-Leste recebiam menor atenção do que as mortes a mando de Pol Pot (líder comunista cambojano).¹²⁴ De acordo com os autores estadunidenses a razão para isso se baseava no fato de que as armas que abasteciam os massacres no Timor-Leste eram de origem estadunidense e de parceiros deste (HÉRMAN; CHOMSKY, 2002, p. 22).

Ainda que o caso de Murilo não envolva diretamente milhares de mortes como os casos apresentados por Hérmán e Chomsky (2002), torna-se pertinente

123 Na tentativa de localizar notícias relacionadas ao ocorrido, busquei realizar pesquisa exploratória na plataforma "Google Notícias". Para tanto lancei busca às palavras-chaves "Murilo Magalhães" e "Secretária de Segurança Pública", no intervalo delimitado entre 9 de junho de 2014 (data dos fatos) e 16 de junho de 2016 (uma semana após os fatos). Todavia, a pesquisa retornou com nenhuma notícia, manchete ou nota relacionada as palavras-chave.

124 Sendo analisado o mesmo período e as mesmas edições do jornal.

perceber que somente a Ponte Jornalismo se interessou por sua história, sobretudo por envolver graves denúncias ocorridas dentro do edifício da Secretária de Segurança Pública. Enquanto a Ponte se dedicava a coletar a fala de Murilo a mídia hegemônica tradicional permaneceu inerte diante dos fatos. Ocorre que a ela talvez não caberia o desconhecimento dos fatos, uma vez que a história de Murilo, ao tempo do acontecimento, tomou certa projeção com a mobilização de colegas e de movimentos sociais, sobretudo de esquerda. Sendo assim, por que transparece a sensação de que mídia hegemônica fabrica discursos baseados na representação da violência que ignora programaticamente a violência de origem estatal?

Segundo Norman Fairclough (2001, p. 140):

A representação do discurso é obviamente uma parte importante das notícias: representações do que as pessoas disseram e que merece ser notícia. Mas também é extremamente importante em outros tipos de discurso, por exemplo, como evidência em tribunais, na retórica política e na conversação diária, nas quais as pessoas infindavelmente relatam o que outros disseram. De fato, não tem sido geralmente avaliado o quanto é importante a representação do discurso, não como um elemento de linguagem de textos, mas também como uma dimensão da prática social.

Nessa representação do discurso “dos outros” a notícia geralmente é produzida a partir de uma prática social que impede a visibilidade e conseqüentemente a articulação de focos de lutas. De acordo com o autor inglês:

O discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não-discursiva, e assim por diante. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Assim, partindo do pressuposto apresentado por Fairclough (2001) de que as práticas discursivas são investidas ideologicamente, talvez isso nos permita chegar mais próximos das razões pelo qual a mídia parece se interessar mais pelas versões oficiais da história do que as versões advindas dos personagens vítimas de ações estatais. Chama atenção, contudo, quando este movimento toma ares sinceros e o próprio Estado, na figura de seus agentes, reproduz discursivamente certas predileções que geralmente são encobertas por uma prática política, editorial e

ideológica voltada a evitar com os próprios discursos revelem o que está por trás das relações de poder entre mídia e Estado.

No caso do vídeo do Murilo, há um certo trecho de seu relato onde a percepção de que o Estado atua em uma espécie de “parceria” com a mídia hegemônica torna-se bastante clara:

Eu sou levado numa sala próximo de onde ficava a escritã, eles me ordenam ficar de cabeça abaixada, algemado, virado num canto da parede. Aí o policial que conduzia o veículo [da Secretária de Segurança até o 1º Distrito Policial] continua fazendo uma tortura psicológica comigo dentro da delegacia, dizendo que era para me prender, que era para chamar toda a imprensa, chamar o Datena, o secretário, e que seria preso. (MAGALHÃES, Murilo, vídeo, 2014).

A mídia ou o Estado que torna vítima em réu e considera como criminoso um manifestante, como no caso de Murilo, atua ou ao menos parece atuar na tentativa daquilo que notou Edward Hérmán e Noam Chomsky (2002), de impedir com que as pessoas tenham pensamento crítico ou se envolvam em atividade política. Pelo fato de o pensamento crítico ser aquele mais próximo dos problemas reais e o mais comprometido com a transformação democrática (MACHADO, A. A., 2009), parece que ao poder instituído, é interessante o impedimento das pessoas a todos os caminhos que possam tentar transformar a realidade quotidiana.

Esse impedimento, ilustrado pela não cobertura do acontecimento (por parte da mídia tradicional) e pela detenção de Murilo motivada por uma manifestação pacífica (por parte do Estado), revela como a não representação ou a sub-representação da violência estatal pode estar relacionada a uma atuação conjunta (e com objetivos comuns) entre a mídia tradicional e hegemônica e o Estado, já que conforme sinalizado por Nilo Batista (2003) apud Vera Malaguti Batista (2011, p. 5): “Quem pauta as agências do sistema penal é o monopólio global da mídia no Brasil.”.

De acordo com Juarez Cirino dos Santos (2008, p. 41), sob o enfoque da Criminologia Radical, “[...] o controle do crime por parte da polícia, da justiça e da prisão é o que assegura a continuidade (reprodução) do sistema social capitalista.” Por meio de um simulacro de liberdade, mídia e Estado parecem ocultar coações àqueles que tentam desafiar as estruturas do poder. Nesse mesmo sentido, coloca o autor paranaense que:

A articulação específica entre a estrutura econômica da sociedade, definida como o ‘conjunto das relações de produção’, e as formas ideológicas superestruturais jurídicas e políticas do Estado, que instituem e reproduzem aquelas relações de produção, é a base explicativa da contradição entre a aparência e a *realidade* dos fenômenos sociais: a forma jurídica das relações de produção é, simultaneamente, forma de reprodução das relações de produção e de *mistificação* dessas mesmas relações como representação ilusória ou invertida da realidade. (SANTOS, 2008, p. 42).

Dessa maneira, numa ordem onde a informação parece fluir de cima para baixo, a Ponte Jornalismo surge como uma espécie de alternativa na forma de representar as violências, especialmente ao atuar numa constante série de denúncias de violências por parte do Estado. Ao centralizar seus olhares aos sujeitos mais esquecidos ou menos importantes na hierarquia do poder e ao dar espaço de voz a esses sujeitos, o discurso sobre a realidade parece assumir novos contornos, e diferentemente do que o senso comum poderia apontar, a fala desses sujeitos se diferencia do discurso hegemônico do Estado e da mídia.

De acordo com Fairclough (2001, p. 87), “[...] os sujeitos sociais constituídos não são meramente posicionados de modo passivo, mas capazes de agir como agentes e, entre outras coisas, de negociar seu relacionamento com tipos variados de discursos a que eles recorrem.” Essa abertura promovida pela Ponte ao dar voz a Murilo e tantas outras pessoas ignoradas pela mídia tradicional mostra que as pessoas são capazes de construir enredos diferentes daqueles propostos pela mídia tradicional, desmistificando um pouco as “[...] representações ilusórias [...]” (SANTOS, 2008) construídas para a manutenção das relações de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente dissertação busquei analisar as representações das violências de alguns vídeos do canal no *YouTube* da Ponte Jornalismo. Para tal, em um primeiro momento procurei explorar o universo teórico das representações, resultando na primeira parte deste trabalho, onde pude construir algumas linhas gerais sobre as representações, analisando as práticas discursivas, cujo caráter intercambiável entre as representações sociais e a linguagem, mostrou-se como ponto chave para a compreensão do discurso como um sistema de representação.

Com foco em delimitar o por que denominaria a Ponte Jornalismo como um meio de comunicação contra-hegemônico, ainda na primeira parte desta dissertação, me dediquei em apresentar alguns pressupostos básicos da hegemonia para Antonio Gramsci, com especial recorte nos discursos contra-hegemônicos midiáticos, aqueles que representam as vozes alheias à hegemonia, das classes trabalhadoras e populares e que se ocupam de “incomodar” os detentores do poder (econômico e político-ideológico).

Tratei também acerca do *YouTube* e da cultura participativa. Por entender que nem todas as pessoas leitoras poderiam conhecer essa ferramenta, optei em encerrar a primeira parte deste trabalho trazendo algumas breves considerações a respeito das origens, das funções e da importância do *YouTube*, contextualizando-o a partir da cultura participativa, da qual, segundo Jean Burgess e Joshua Green (2009), o *YouTube* foi um importante catalisador no sentido de ampliação deste movimento.

Na segunda parte, expliquei a metodologia de pesquisa. Aqui tentei demonstrar os caminhos, as escolhas e os procedimentos. Busquei desenvolver um percurso sistematizado, no sentido de tornar essa parte da pesquisa uma espécie de mapa metodológico, especialmente em relação às operações envolvendo a empiria.

Na terceira parte busquei conceituar “quem é a Ponte Jornalismo”. Para isso, trouxe impressões minhas e da própria Ponte, além de esquematizar um roteiro de apresentações onde pude detalhar a apresentar e a Ponte Jornalismo e a sintetizar algumas de suas atividades e mensagens.

Essas três partes serviram-me de pilar para a quarta e última parte deste trabalho, a qual busquei desenvolver análises sobre as representações das violências a partir propriamente do campo. Acessórias ao principal, as três primeiras

partes dessa dissertação tiveram uma finalidade instrumental imprescindível para as reflexões criminológicas desenvolvidas na quarta parte.

Considero que é nesta última parte, “Cenas midiáticas: Uma ponte à outras representações”, onde estão as principais reflexões deste trabalho. Nesta fase busquei analisar alguns vídeos da Ponte e deles extrair reflexões sobre:

- as diferenças entre a Ponte Jornalismo (captável a partir dos vídeos analisados) e os meios de comunicação tradicionais em relação a maneira de representar a população negra, especialmente em relação a temas vinculados à violência e seus efeitos;

- a (re)construção dos destinos das pessoas trans e transexuais na mídia, uma vez que enquanto na tradicional e hegemônica a morte ou o crime (a prisão) muitas vezes parecem como o único destino possível, na Ponte Jornalismo essas pessoas são visibilizadas, tornando-se protagonistas, fugindo da “regra” das representações midiáticas (pessoa branca, cis, heteronormativa), num processo de rearquitetação das representações da violência em relação às pessoas trans e travestis;

- a possibilidade de representações da violência calcadas em outras narrativas que não aquelas consubstanciadas na demanda pela repressão contra certas pessoas, geralmente provenientes de territórios da pobreza. Interessou-me problematizar as representações da violência da Ponte Jornalismo que busca denunciar as violências do Estado *versus* as representações da violência da mídia tradicional e hegemônica que programaticamente não representa ou sub-representa a violência de origem estatal.

Diante desse quadro e considerando minha hipótese inicial de que seria possível a constituição de práticas discursivas calcadas em perspectivas contra-hegemônicas capazes de enrobustecer outros paradigmas no que se refere às representações das violências, busquei discutir a percepção de que, ainda que timidamente, a Ponte Jornalismo – ao menos no ambiente virtual do *YouTube* – vem conseguindo impor novas formas de representação das violências, deslocando

sujeitos invisibilizados ao centro dos debates e reinterpretando as violências de modo a considerar também as violências provenientes do Estado.

Entretanto, válido é reafirmar que, a Ponte Jornalismo trata-se de um canal do *YouTube* com alcance infinitamente menor do que os grandes veículos de comunicação da mídia tradicional e hegemônica, razão pelo qual talvez ainda não seja possível concluir que esteja havendo uma mudança de paradigma em níveis maiores, ou seja, para além do *locus* analisado. Mas, como foi objetivo desta pesquisa direcionar olhares ao movimento contemporâneo das mídias “ciberativistas” e “ciberlivristas” (BENTES, 2015), neste universo sim parece haver maior introdução de outras formas de representação das violências, sendo a Ponte Jornalismo um importante exemplo disto.

Neste sentido, a Ponte Jornalismo ao conectar processos estéticos simbólicos a uma narrativa periférica e alternativa, parece mudar o eixo das coberturas em relação às violências, trazendo novas possibilidades ao cenário midiático contemporâneo. Se na mídia tradicional e hegemônica a representação da violência é personificada a certas classes de pessoas, na Ponte as narrativas são outras, conduzindo a representações voltadas principalmente às denúncias das violências do próprio Estado.

Assim, ciente da ausência de uma produção criminológica brasileira que direcionasse olhares a essas novas formas de produção de conteúdo, busquei desenvolver a presente dissertação a partir do desafio de tentar fazer algo novo, a partir de outras perspectivas.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. Les représentations sociales : aspects théoriques. **Pratiques sociales et représentations**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

ACEVEDO, Cláudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Interpretações sobre os retratos dos afro-descendentes na mídia de massa**. Curitiba: RAC, 2008.

ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Revista Comum**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 111-125, 2001.

ANDRADE, Daniela. Cis, Trans, Travesti: o que significa? **Não me Khalo**, Rio de Janeiro, 18 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.naomekahlo.com/single-post/2015/04/18/Cis-Trans-Travesti-o-que-significa>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Horizonte de projeção do controle penal no capitalismo globalizado neoliberal. **Capítulo Criminológico**, Maracaibo, v. 37, n. 3, p. 33-52, 2009.

_____. **Pelas mãos da criminologia**: o controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: ICC : Revan, 2012.

ANIYAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da libertação**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BATISTA, Vera Malaguti. Autoritarismo e controle social no Brasil: memória e medo. **Sem-Terra**, São Paulo, n. 10, p. 80-84, 2001.

_____. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro, Revan, 2011.

BATISTA, Nilo. **Mídia e sistema penal no capitalismo tardio**. Covilhã: BOCC, 2003.

BECKER, Howard S. A epistemologia da pesquisa qualitativa. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, São Paulo, v. 1, n. 2, jul. 2014. Disponível em: <<http://reedpesquisa.org/revista-da-reed/vol-1-n-2/>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Tradução Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. São Paulo: Zahar. 2008.

BENTES, Ivana. Estéticas insurgentes e Mídia-Multidão. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 330-343, 2014. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3552/3049>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BENTES, Ivana. **Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopoder**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

BITTAR, Carlos Eduardo. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Paulo César Corrêa; COELHO NETTO, Helena. A mulher e o direito penal brasileiro: entre a criminalização pelo gênero e a ausência de tutela penal justificada pelo machismo. **Revista de Estudos Jurídicos da UNESP**, Franca, v. 17, n. 25, p. 317-336, 2013.

_____.; COSTA, Stella Mendes. Pena de morte em tempo de guerra e a incompatibilidade com a tutela dos direitos humanos. **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 19, n. 3, p. 819-838, 2014.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Criminologia e prisão: caminhos e desafios da pesquisa empírica no campo prisional. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 46-62, jan. 2014. Disponível em: <<http://reedpesquisa.org/revista-da-reed/n-1-vol-1/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **A identidade do preso e as leis do cárcere**. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. **Reintegração social: discursos e práticas na prisão – um estudo comparado**. 2012. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BUDÓ, Marília. **Mídia e controle social: da construção da criminalidade dos movimentos sociais à reprodução da violência estrutural**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

_____. Newsmaking criminology: o papel dos intelectuais na construção de um novo discurso sobre o crime nos media. **Comunicação & Cultura**, Porto, n. 14, p. 107-123, 2012.

_____. Velhas e novas mídias: estratégias de acesso da crítica criminológica ao discurso público sobre o crime. **Panóptica**, Vitória, v. 11, n. 2, p. 471-501, 2016.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube: online video and participatory culture**. Cambridge: Polity Press, 2009.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Tradução de Patrícia Soley Beltran. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2006.

_____. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. London: Routledge, 1990.

CAMPOS, Carmen Hein de. Criminologias feministas: três possibilidades para a

configuração de um campo de estudo. In: CONPEDI (Org.). **Criminologias e política criminal**. Florianópolis, 2014.

_____.; BRAGA, Ana Gabriela Mendes. **Criminologia e sistema de justiça criminal em uma perspectiva feminista**. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2017. (Palestra).

CAPPI, Riccardo. A teorização fundamentada nos dados. In: MACHADO, Maíra Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

CARRAGEE, Kevin; ROEFS, Wim. The neglect of power in recente framing research. **The International Communication Association**, Washington, D.C., 2004. Disponível em: <www.communicationcache.com/uploads/1/0/8/8/10887248/the_neglect_of_power_in_recent_framing_research.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2018.

CARVALHO, Salo de. Sobre as possibilidades de uma criminologia queer. **Sistema Penal & Violência: Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUCRS**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/12210/8809>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CHAMPAGNE, Patrick. La visión mediática. In: BOURDIEU, Pierre. **La miseria del mundo**. Madrid: Akal, 1999.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão, 2002.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Preocupações éticas no jornalismo feito por não-jornalistas. **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 25, p. 267-277, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. 2nd. ed. New York: Routledge, 2000.

CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro. Teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação. **Aprender: Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, Vitória da Conquista, ano 2, n. 2, p. 105-114, 2004.

DAVIS, Angela. **A democracia da abolição: para além do império das prisões e da tortura**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

DUARTE, Evandro Charles Piza. Negro: este cidadão invisível. **Recrie:**

Arte e Ciência: Revista Crítica Estudantil, Florianópolis, ano 1, n. 1, p. 1-16, 2004. Disponível em: <http://www.academia.edu/34166298/O_Negro_Este_Cidad%C3%A3o_Invis%C3%ADvel>. Acesso em: 15 jul. 2017.

DURKHEIM, Emile. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Ícone, 1994.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. Tradução de Iran Ferreira de Melo. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. Disponível em: <www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____.; MULDERRIG, Jane; WODAK, Ruth. Critical discourse analysis. In: DIJK, Teun A. Van. (Ed.). **Discourse studies: a multidisciplinary introduction**. London: Sage, 2011.

_____. **Discurso e mudança social**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Language and power**. Harlow: Longman Group UK, 1989.

FERREIRA, Guilherme Gomes. Violência, interseccionalidades e seletividade penal na experiência de travestis presas. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 14, n. 27, p. 99-117, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.publicacoes.ufes.br/temporalis/article/view/7359/5846>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 197-223, 2001.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.repositorio.unb.br/handle/10482/5117>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Original publicado em 1969).

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996a.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 1996b.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. São Paulo: Ática, 2002.

MARTÍNEZ GARCIA, Manuel F.; GARCÍA RAMÍREZ, Manuel. Técnicas y procedimientos para el estudio de las representaciones sociales. In: CLEMENTE DIAZ, Miguel. **Psicología social: métodos y técnicas de investigación**. Madrid: Ediciones de la Universidad Complutense, 1992.

GODIN, Patricia Zancanaro. A prática discursiva da Revista Veja sobre adolescentes que praticam ato infracional: A punição como correção. **Advérbio: Revista Científica dos Cursos de Comunicação Social do Centro Universitário FAG, Cascavel**, v. 12, n. 24, p. 50-70, 2017a.

_____. Menores de idade na criminalidade e o discurso da Revista Veja. **Linguagem & Cidadania**, Santa Maria, v. 19, [p. 1-20], jan./dez. 2017b.

GÓES, Laércio Torres de. Contra-hegemonia e internet: Gramsci e a mídia alternativa dos movimentos sociais na web. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, 9., 2007, Salvador. **Anais....** São Paulo: Intercom, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2007/resumos/R0364-1.pdf>> Acesso em: 27 jan. 2018

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do cárcere**: temas de cultura: americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do cárcere**: apêndices: variantes e índices. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 6.

_____. **Cuadernos de la cárcel**. Edición crítica del Instituto Gramsci. A cargo de Valentino Gerratana. Mexico, DF: Ediciones Era, 1986. T. 4. Cuadernos 9 (XIV) 1932, 10 (XXXIII) 1932-1935, 11 (XVIII) 1932-1933, 12 (XXIX) 1932).

_____. **Cadernos do cárcere**: o risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HALL, Stuart. Cultural studies: two paradigms. **Media, Culture and Society**, v. 2, n. 1, p. 57-72, Jan. 1980.

_____. Notes on deconstructing the popular. In: SAMUEL, Raphael (Ed.). **People's history and socialist theory**. London: Routledge, 1981.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006a.

HALL, Stuart. Popular culture and the state. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA; Akhil (Org.). **The anthropology of the state**: a reader. Pondicherry: Blackwell Publishing, 2006b.

_____. **Representation**: cultural representations and signifying practices. London: Sage Publications, 1997.

_____. et al. **Policing the crisis**: mugging, the state, and law and order. London: Macmillan, 1978.

GARCÍA RAMÍREZ. Técnicas y procedimientos para el estudio de las representaciones sociales. In: CLEMENTE DIAZ, Miguel. **Psicología social: métodos y técnicas de investigación**. Madrid: Ediciones de la Universidad Complutense, 1992.

HOOKS, bell. **Feminism is for everybody**: passionate politics. Cambridge, MA: South End Press, 2000.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora: a Revista de História do Tempo Presente**, v.16, n. 2, p.101-123, 2013.

JODELET, Denise. Aportes del enfoque de las representaciones sociales al campo de la educación. **Espacios en Blanco – Serie indagaciones**, Buenos Aires, n. 21, p. 133-154, jun. 2011.

_____. El movimiento de retorno al sujeto y el enfoque de las representaciones sociales. **Cultura y representaciones sociales. Un espacio para el diálogo transdisciplinario**. Cidade do México, ano 3, número 5, 2008.

_____. **Les représentations sociales**: un domaine en expansion. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

KARIM, Jawed. **Me at the zoo**. 2005. (0m19s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jNQXAC9IVRw>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

KLEIN, Caio César. **A travesti chegou e te convida pra roubar**: representações sociais e sujeição criminal de travestis na mídia policial. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6918/2/DIS_CAIO_CESAR_KLEIN_PARCIAL.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2018.

KOTTAK, Conrad Phillip. **Prime-time society**: an anthropological analysis of television and culture. New York: Routledge, 2016.

LEITE, Maria Alzira. Representações e práticas discursivas na publicidade. **Revista Eletrônica Letra Magna: Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, São Paulo, ano 13, n. 20, [p. 1-21], 2017. Disponível em: <http://www.letramagna.com/artigos_20/artigo5_20.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

LÉVY, Pierre; LEMOS, André. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

MACHADO, Antônio Alberto. **Ensino jurídico e mudança social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, Maíra Rocha. Pesquisa empírica em direito: os limites dos métodos e o ganho dos debates públicos. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de

Assuntos Legislativos. **O papel da pesquisa política legislativa: metodologia e relato de experiências do Projeto Pensando o Direito**. Brasília, DF: 2013. (Pensando o direito, v. 50).

_____. O estudo de caso na pesquisa em direito. In: _____. (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARINONI, Bruno. Por que a dívida da Globo não é manchete de jornal? **Carta Capital**, São Paulo, 31 jul. 2014. Política. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/por-que-a-divida-da-globo-nao-e-manchete-de-jornal-670.html>>. Acesso em: 5 out. 2017

MARTIN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, Mauro Wilton (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

METROVIÁRIOS. **Greve 2014**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.metroviarios.org.br/site/tag/greve-2014/>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

MORAES, Dênis. **A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

MOSCOVICI, Serge. **Psichanalyse: son image et son public**. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NEGRINI, Michele; TONDO, Romulo. O apresentador espetáculo: O discurso de José Luiz Datena. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 4, n.1, p. 23-32, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2213>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

GUARALDO, Luciano. Revelação do ano, 'Sabiá' festeja série: 'Finalmente não vou ser bandido'. **NTV**, São Paulo, 13 dez. 2017. Notícias da TV. Disponível em: <<http://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/celebridades/revelacao-do-ano-sabia-festeja-serie-finalmente-nao-vou-ser-bandido--18186>>. Acesso em: 20 jan. 2018.
OLIVEIRA, Márcio de. O conceito de representações coletivas: Uma trajetória da divisão do trabalho às formas elementares. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 13, n. 22, p. 67-94, jul./dez. 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORTEGAL, Leonardo. Raça, criminologia e sociologia da violência: contribuições a

um debate necessário. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 238, p. 527-542, 2016.

Disponível em:

<<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/download/231/220>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

PACHECO, Hellen de Paula. Representatividade da imagem do negro nos meios de comunicação: Revista Raça Brasil e a imprensa brasileira. In: CONGRESSO INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 24., Campo Grande, 2001. **Anais....** Campo Grande: Intercom, 2001. Disponível em:

<www.portcom.intercom.org.br/pdfs/97663351962682632683873552417813541725.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PASTANA, Débora. Cultura do medo e democracia: um paradoxo brasileiro. **Revista Mediações**, Londrina, v. 10, n. 2, p. 183-198, 2005. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/2172/1864>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

PAVARINI, Massimo. **Control y dominación. teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico**. Tradução de Ignacio Munagorri. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1988.

PONTE JORNALISMO. [São Paulo], 2017-2018. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/user/pontejornalismo/about>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

_____. **Advogados pedem que MP investigue PMs por 'tortura' a estudante.**

#pontejornalismo. [S.I.], 2014. (4m52s). Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=jrtd-iEz2vk>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

_____. **"Chapa pode ser qualquer um de nós", diz Emicida.** [S.I.], 2016.

(6m47s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Wjsh_2J4WQ>.

Acesso em: 25 set. 2017.

_____. **Criolo: a certeza na quebrada é que você vai ser nada.** [S.I.], 2015. (8m0s).

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YFg8ah7eDMM>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. **Emicida fala sobre racismo para a #pontejornalismo.** [S.I.], 2014.

(6m35s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=n7DcbOpKUw8>>.

Acesso em: 24 set. 2017.

PONTE JORNALISMO. **Exclusivo: Imagens de dentro do prédio do despejo da Ocupação São João.** Da #Pontejornalismo. [S.I.], 2014. (4m24s). Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=BHoylxvnoMMatch?v=TIhPkRKdJNo>>. Acesso em: 26 set. 2017.

_____. **Luana Santos, 34 anos, morreu após ser espancada por PMs de SP.**

[S.I.], 2016. (1m12s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HcFG_BvwRSk>.

Acesso em: 10 set. 2017.

_____. **O Estado que arranca olhos** – Alex encontra Sérgio #pontejornalismo. [S.l.], 2014. (5m25s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TRsDdXahoR8>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. **"Polícia é para proteger crianças, não para matar"**. [S.l.], 2017. (3m46s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gdH5LkWIF3M>>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Tortura em unidade feminina da Fundação Casa**. [S.l.], 2016. (4m38s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hR06gd1rjTw>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

_____. **Visibilidade Trans**: entrevista com Daniela Andrade. [S.l.], 2015. (7m21s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Dt9LeyyJtKc>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 211-233, 2009.

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. A criminologia crítica no Brasil e os estudos críticos sobre branquidade. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 70-84, 2017.

_____. Sistema penal subterrâneo: o caso do trabalho escravo contemporâneo na Amazônia. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 6, n. 22, p. 149-165, 2006.

REIS, Hilbert; SALOTTI, Carolina Sabbag. O traficante nos media: Um olhar criminológico sobre a construção de textos jornalísticos. In: SAAD-DINIZ, Eduardo (Org.). **O lugar da vítima nas ciências criminais**. São Paulo: LiberArs, 2017.

RIBEIRO JÚNIOR, Antônio Carlos. As drogas, os inimigos e a necropolítica. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 238, p. 595-610, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/251/223>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; GASPAR, Nádea Regina. **Discurso midiático**: sentidos de memória e arquivo. São Carlos: Pedro & João, 2008.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência: práticas discursivas. **Tempo Social**; **Revista Sociologia da USP**, São Paulo, v. 10, p. 145-157, 1998.

SÁ, Alvino Augusto. **Criminologia clínica e psicologia criminal**. 4. ed. São Paulo: RT, 2014.

SÁNCHEZ RÚBIO, David: Inversión ideológica y derecho penal mínimo, decolonial, intercultural y antihegemónico. In: BORGES, Paulo César Corrêa Borges (Org.). **Leituras de um realismo jurídico-marginal**: Homenagem a Alessandro Baratta. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. (Tutela Penal dos Direitos Humanos).

SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia radical**. Rio de Janeiro: ICPC Lumen Iuris, 2008.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns: televisão e pós-pensamento**. Bauru: Edusc, 2001.

SCHLESENER, Anita Helena. Hegemonia e cultura: a dimensão política da educação e a formação escolar em Antonio Gramsci. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 50, n. 2, [p. 1-11], 2013. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3466/2685>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

SEMERARO, Giovanni. Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 29, p. 95-104, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n29/a08n29.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

_____. Por uma criminologia travesti: (des)construções de gênero no discurso judicial criminal paulista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: Women's Worlds Congress, 13., Florianópolis, 2017. **Anais eletrônicos....** Florianópolis: Ed. UFSC, 2017.

SERRA, Victor Siqueira. Tempos difíceis exigem pensamentos difíceis: crítica criminológica como resposta à criminalização dos movimentos sociais. **Boletim do Ibccrim**, São Paulo, v. 26, ed. 302, p. 9, 2018.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 6. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014.

SOUZA, Leonardo; PRANDO, Camila et al. A criminalização de Rafael Braga: notas sobre a seletividade racializada e a cidade revanchista. In: RESENDE, Viviane; SILVA, Rosimeire (Org.). **Diálogos sobre resistência: organização coletiva e produção do conhecimento engajado**. Campinas: Pontes, 2017.

THE TELEGRAPH. **YouTube: a history**. London, 2010. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/finance/newsbysector/mediatechnologyandtelecoms/digital-media/7596636/YouTube-a-history.html>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Discourse and inequality. **Lenguas Modernas**, Santiago do Chile, v. 21, p. 19-37, 1994. Disponível em: <<http://www.discourses.org/OldArticles/Discourse%20and%20inequality.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

_____. Discourse, power and access. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; COULTHARD, Malcolm Coulthard (Ed.). **Texts and practices: readings in critical discourse analysis**. London: Routledge, 1996.

_____. Media, racism and monitoring. In: NORDENSTRENG, Kaarle; GRIFFIN, Michael Griffin (Org.). **International media monitoring**. Cresskill, NJ: Hampton Press, 1999.

_____. Power and the News Media. In: PALETZ, D. (Org.). **Political communication and action**. Cresskill, NJ: Hampton Press, 1995a. Disponível em: <<http://www.discourses.org/OldArticles/Power%20and%20the%20news%20media.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

_____. **The mass media today**: discourses of domination or diversity? Ljubljana: Javnost : The Public, 1995b. Disponível em: <<http://www.discourses.org/OldArticles/The%20mass%20media%20today.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**: mass media: contextos e paradigmas. Novas tendências: efeitos a longo prazo: o newsmaking. 8. ed. Lisboa: Presença, 1999.

YOUTUBE. **Estatísticas**. San Bruno, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/yt/press/pt-BR/statistics.html>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Criminología**: aproximación desde un margen. Bogotá: Temis, 1988.

_____. **Em busca das penas perdidas**: a perda de legitimidade do sistema penal. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

_____. **La cuestion criminal**. 4. ed. Buenos Aires: Planeta, 2012.

_____. **Poder judiciário**: crise, acertos e desacertos. Tradução Juarez Tavares. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1995.

_____.; BATISTA, Nilo et al. **Direito penal brasileiro**: teoria geral do direito penal. Rio de Janeiro, Revan, 2003. v. 1.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n3/v13n3a01.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

APÊNDICE

APÊNDICE A - PONTE JORNALISMO¹²⁵

Data da postagem	Data da consulta	Quantidade de visualizações no dia da consulta	Título do vídeo e Referência com link de acesso
07/01/2015	15/10/2017	312.746	Criolo: a certeza na quebrada é que você vai ser nada https://www.youtube.com/watch?v=YFg8ah7eDMM
10/09/2014	15/10/2017	240.317	Emicida fala sobre racismo para a #pontejornalismo https://www.youtube.com/watch?v=n7DcbOpKUw8
23/04/2016	15/10/2017	59.819	Luana Santos, 34 anos, morreu após ser espancada por PMs de SP https://www.youtube.com/watch?v=HcFG_BvwRSk

¹²⁵ Os vídeos ora apresentados são ordenados por quantidade de visualizações.

Data da postagem	Data da consulta	Quantidade de visualizações no dia da consulta	Título do vídeo e Referência com link de acesso
31/08/2016	15/10/2017	47.616	<p>"Chapa pode ser qualquer um de nós", diz Emicida</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=-Wjsh_2J4WQ</p>
17/09/2014	15/10/2017	16.717	<p>EXCLUSIVO: Imagens de dentro do prédio do despejo da Ocupação São João. Da #Pontejornalismo</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=BHoylxvnoMMatch?v=TIhPkRKdJNo</p>
29/01/2015	15/10/2017	12.593	<p>Visibilidade Trans: entrevista com Daniela Andrade</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=Dt9LeyyJtKc</p>

Data da postagem	Data da consulta	Quantidade de visualizações no dia da consulta	Título do vídeo e Referência com link de acesso
18/06/2014	15/10/2017	9.064	<p>O Estado que arranca olhos – Alex encontra Sérgio #pontejornalismo</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=TRsDdXahoR8</p>
16/11/2016	15/10/2017	6.377	<p>Tortura em unidade feminina da Fundação Casa</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=hR06gd1rjTw</p>
04/07/2014	15/10/2017	4.759	<p>Advogados pedem que MP investigue PMs por 'tortura' a estudante #pontejornalismo</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=jrtd-iEz2vk</p>

Data da postagem	Data da consulta	Quantidade de visualizações no dia da consulta	Título do vídeo e Referência com link de acesso
23/04/2017	15/10/2017	3.359	"Polícia é para proteger crianças, não para matar" https://www.youtube.com/watch?v=gdH5LkWIF3M